



DE CIDADE A METRÓPOLE: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Universidade Federal do Ceará**Reitor**

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Editora UFC**Editor**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial**Presidente**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof^a. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof^a. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Coleção Estudos Geográficos**Coordenação Editorial****Coordenador**

Prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Membros

Prof. Ana Fani Alessandri Carlos

Prof. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Prof. Christian Dennys Oliveira

Prof. Edson Vicente da Silva

Prof. Francisco Mendonça

Prof. Hérvé Théry

Prof. Jordi Serra i Raventos

Prof. José Borzacchiello da Silva

Prof. Jean-Pierre Peulvast

Prof^a. Maria Elisa Zanella

Eustógio Wanderley Correia Dantas
José Borzacchiello da Silva
Maria Clélia Lustosa Costa

COLABORADORA
Maria Salete de Souza

DE CIDADE A METRÓPOLE: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza



Fortaleza
2009

De Cidade a Metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza

© Copyright by Eustógio Wanderley Correia Dantas, José Borzacchiello da Silva e Maria Clélia Lustosa Costa; Maria Salete de Souza (Colaboradora)

Impresso Brasil / Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766/3366.7499

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

Coleção Estudos Geográficos

Doutorado e Mestrado em Geografia da UFC

Campus do Pici, Bloco 911, Fortaleza - Ceará - Brasil

CEP: 60445-760 - tel. (85) 33669855 - fax: (85) 33669864

internet: www.doutoradogeografia@ufc.br - email: edantas@ufc.br

Coordenação Editorial

Moacir Ribeiro da Silva

Revisão de Texto

Leonora Vale de Albuquerque

Normalização Bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães – CRB 3-801

Capa

Marcos Aurélio

Programação Visual

Luiz Carlos Azevedo

Catálogo na Fonte

Biblioteca Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801-98

D 192 c Dantas, Eustógio Wanderley Correia
De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em
Fortaleza./ Eustógio Wanderley Correia Dantas, José
Borzacchiello da Silva e Maria Clélia Lustosa Costa –
Fortaleza: Edições UFC, 2009.

235 p. il.;

Isbn: 978-85-7282-351-7

(Coleção Estudos Geográficos, 3)

1. Urbanismo 2. Transformações urbanas I. Título

CDD: 710

Editora filiada à



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 ANÁLISE DA ESTRUTURA URBANA.....	13
CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL URBANA	87
CAPÍTULO 3 PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA	143
CAPÍTULO 4 O CENTRO DE FORTALEZA NA CONTEMPORANEIDADE	187
Referências Bibliográficas.....	229



APRESENTAÇÃO

Nos últimos decênios produziu-se largamente sobre a cidade de Fortaleza. Obras clássicas, datadas e representativas de suas épocas constituem um acervo rico, mas lamentavelmente com disponibilidade reduzida, principalmente quando se referem a resultados de trabalhos de pesquisa não veiculados em livros e periódicos. A necessidade de compreensão da cidade na atualidade impõe considerar estas fontes, elucidativas de uma época e indicadoras das tendências postas à política de modernização empreendida na cidade e de constituição da metrópole.

DE CIDADE A METRÓPOLE foi construído a partir da associação estabelecida entre três professores-pesquisadores associados ao Observatório das Metrôpoles (Eustógio Wanderley Correia Dantas, Maria Clélia Lustosa Costa e José Borzacchiello da Silva) e da colaboração de professora-pesquisadora (Maria Salete de Souza), a disponibilizar texto clássico da área.

No sentido de propiciar acesso a trabalhos imprescindíveis no entendimento da influência da dinâmica passada na construção da morfologia urbana contemporânea, organizou-se, no bojo do Observatório das Metrôpoles e contando com recursos do Instituto do Milênio (CNPq), o presente livro, com disponibilização, em novo formato, dos textos abaixo:

1. SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza: uma análise da estrutura urbana. In: _____. *Guia de excursões do 3º Encontro Nacional de Geógrafos/AGB*, Fortaleza, 1978 (mimeo.).
2. SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: _____. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
3. COSTA, Maria Clélia Lustosa. Planejamento e expansão urbana In: _____. *Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza*. 1988. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana/Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (mimeo.).
4. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Assaltados por nossos fantasmas. In: _____. *Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza (1975 a 1995)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (mimeo.).

Os referidos textos foram reestruturados em quatro capítulos: “Capítulo 1 : Análise da Estrutura Urbana”; “Capítulo 2: Formação Socioterritorial Urbana”; “Capítulo 3: Planejamento e Expansão Urbana”; “Capítulo 4: Centro de Fortaleza na Contemporaneidade”.

O primeiro capítulo contempla obra clássica produzida no momento da realização do Encontro Nacional de Geógrafos de 1978, em Fortaleza. Sua veiculação inicial deu-se no Caderno de Excursões do referido evento, constituindo trabalho de peso na análise das características de ordenamento do espaço urbano da capital em foco nos anos 1970. Dividido em dois tópicos lida, de um lado, com o processo de crescimento de Fortaleza, enfatizando a temática de sua força centralizadora em relação às outras cidades do estado e, de outro, o tratamento das características do fenômeno de estruturação do espaço urbano e seus reflexos na cidade. Rico em dados e marcado pela disponibilização de material iconográfico, constitui obra de referência para os especialistas da área. Nestes termos, os autores agradecem a colaboração da eminente geógrafa Maria Salette de Souza, com cessão de seu texto, incluso na íntegra e no sentido de propiciar publicização de obra impar à comunidade universitária e planejadores urbanos.

O segundo capítulo, construído pelo reconhecido geógrafo José Borzacchiello da Silva, lida com dinâmica de constituição da cidade, com ênfase na análise dos movimentos sociais urbanos. Aqui se retrabalha texto constante no livro *Os Incomodados não se retiram*, editado pela Fundação Demócrito Rocha (esgotado no final dos anos 1980). Se o primeiro lida com lógica de estruturação da metrópole após processo de constituição de novas centralidades que a redefinem e redimensionam-fortalecem sua relação com outros núcleos urbanos, o texto em questão aborda dinâmica caracterizadora de processo de construção de uma cidade desigual e na qual os incomodados não se retiram, imprimindo lógica de constituição que evidencia uma periferia em construção, lócus da carência e dos movimentos de resistência que tornam a cidade diversa. Metaforicamente falando, remete à clássica diferenciação entre a zona leste (nobre) e oeste

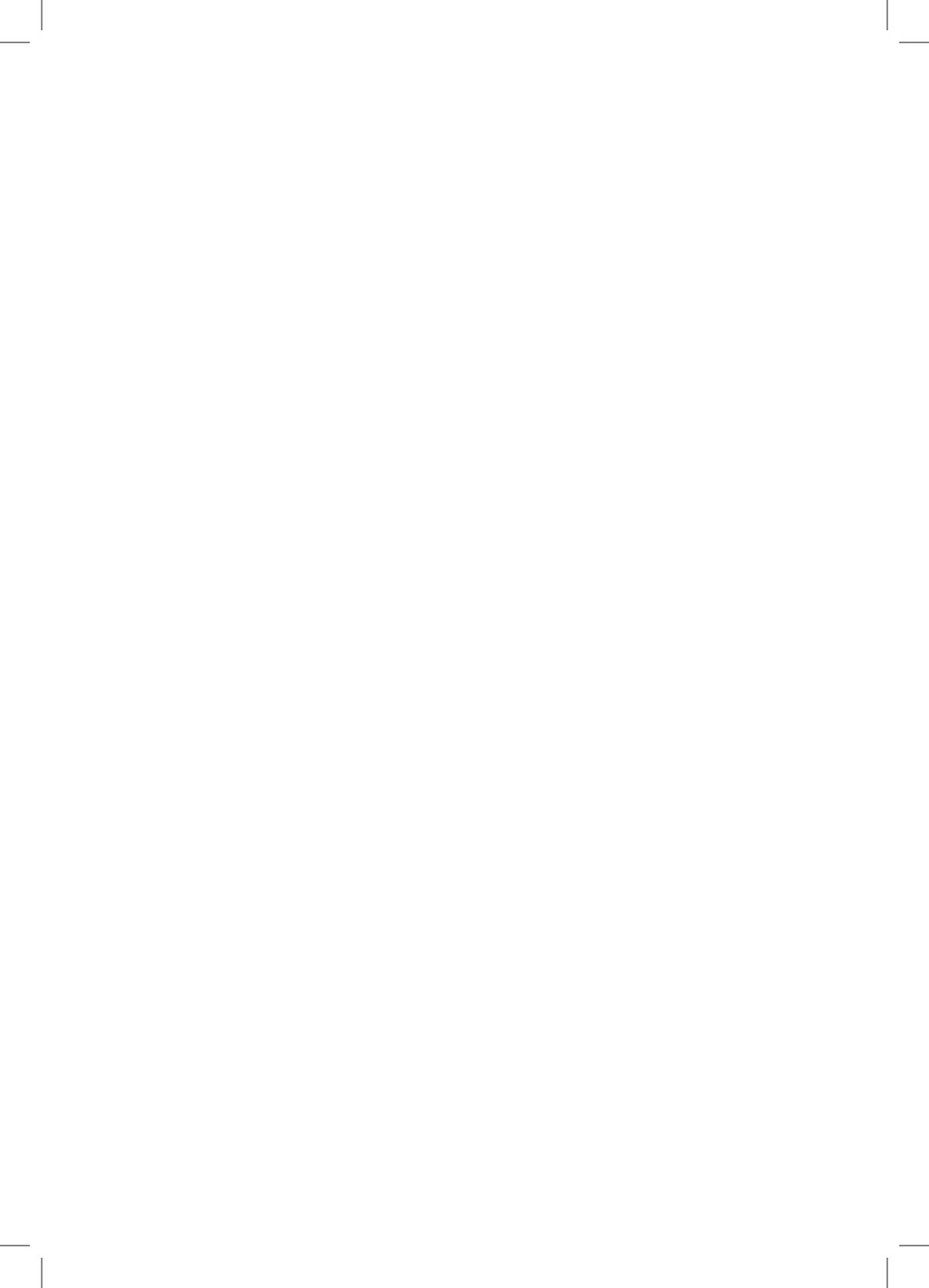
(pobre) que caracteriza a estrutura urbana à época; ao processo de constituição do centro como “centro da periferia”; à dinâmica de implantação de residências populares além das fronteiras da cidade, os conjuntos habitacionais associados à política do antigo BNH e, por último, ao processo de ampliação das áreas faveladas. A exemplo do primeiro capítulo, também dispõe de volume significativo de dados indiretos, importantes na apreensão da dinâmica tratada.

O terceiro capítulo, construído pela geógrafa Maria Clélia Lustosa Costa, possibilita apreensão dos planos de urbanização adotados na cidade e sua influência no processo de expansão da malha urbana. Planejamento é vislumbrado como reflexo da sociedade na qual se insere, denotando padrão no qual predominam interesses de determinados segmentos da sociedade (potentados associados ao setor imobiliário). Assim, compreende-se melhor de que forma os diferentes grupos de interesses políticos e econômicos têm interferido na produção do espaço urbano de Fortaleza. Neste sentido indica quadro no qual o planejamento se impõe à sociedade, justificando, conseqüentemente, série de problemas notados: especulação imobiliária desmedida que induz mudança de zoneamento em função de interesses individuais e não coletivos; ocupação de áreas públicas por particulares, amarrados às leis que visam o expansionismo urbano, pela pressão do setor imobiliário e pela ideia de propriedade privada como motor da organização espacial, não se submetendo aos interesses sociais, e, por último, dificuldade de apreensão da questão ambiental como interligada à qualidade de vida da população. Fecha o trabalho com análise do contexto político dos anos 1980, esboçando nuances do político (práticas de governo de esquerda x práticas de governos de direita) na adoção de políticas públicas norteadoras da expansão urbana de Fortaleza.

O quarto capítulo, construído pelo geógrafo Eustógio Wanderley Correia Dantas, apresenta análise rica à possibilitar apreensão de lógica de constituição da cidade moderna, cidade monocêntrica a se tornar policêntrica e cujas implicações redimensionam a área central. Discute, nestes termos, o papel contemporâneo do Centro a partir de sua relação com outros centros e, principalmente, com a periferia. Pautado no entendimento do processo de apropriação do centro pelo comércio ambulante, constrói quadro analítico capaz de apreender problemática urbana característica das zonas urbanas centrais brasileiras, a perderem sua hegemonia e tornarem-se o “Centro da Periferia”. O Centro, outrora lócus do poder, local do encontro e da festa da elite fortalezense, tem sua centralidade redefinida, passando a lócus de consumo que é apropriado por outros segmentos da sociedade fortalezense, tanto para o consumo, quanto em menor proporção para o lazer. A resultante é a de que o Centro tende a se tornar normatizado e concentrador de consumidores, as ruas propriamente ditas passam a ser utilizadas pelo automóvel e as calçadas tornam-se locais de circulação de consumidores em potencial, que disputam espaço com o comércio ambulante, inserido no Centro graças à possibilidade de apropriação privada do espaço público.

A produção DE CIDADE A METRÓPOLE se tornou possível graças ao apoio de pessoas e instituições, remetemos aqui, no primeiro domínio, a ambiente de pesquisa em rede, característico do Observatório das Metrópoles, que nos instigou a construir esta obra, no segundo domínio, ao apoio financeiro dado pelo CNPq (Instituto Milênio) ao desenvolvimento de pesquisa sobre o fenômeno metropolitano brasileiro.

Os autores



CAPÍTULO 1

ANÁLISE DA ESTRUTURA URBANA

Maria Salete de Souza

1 Caracterização do Processo de Urbanização

Segundo estimativas, a população de Fortaleza, em 1975, atingia 1.100 mil habitantes. O rápido crescimento populacional de Fortaleza, nos últimos trinta anos, dissociado de uma evolução correspondente de sua economia urbana, vem refletir evidentemente nas características atuais de sua estrutura urbana. Por outro lado, esta estrutura interna apresenta os reflexos dos relacionamentos externos que apresentam cada vez maior amplitude, pela expansão da área de influência da Capital.

Desta forma, apresentam-se inicialmente as características do processo de crescimento de Fortaleza, enfatizando o problema da sua concentração em relação às demais cidades do Estado. Na segunda parte do trabalho procura-se dar ênfase às características da estrutura do espaço urbano nos dias atuais como reflexo da evolução da cidade.

1.1 Expansão demográfica e densidades

Os resultados censitários, a partir de 1940, demonstram o rápido crescimento da população de Fortaleza. Assim, o Município, de acordo com o Recenseamento de 1950, apresentou um acréscimo populacional de 49,9% em relação à década anterior. Nos decênios seguintes, 1950/60 e 1960/1970, os índices de crescimento foram, respectivamente, 90% e 66% (Tabela 1). Fortaleza posicionou-se, desta forma, entre as capitais do Nordeste que vêm apresentando os maiores índices de crescimento demográfico.

A participação de Fortaleza na população urbana do Estado do Ceará é bastante significativa. Em 1970, a capital concentrava 48% da população urbana do Estado. Este processo de concentração tem evoluído progressivamente, tendo em vista que, nos anos de 1950 e 1970, estes índices eram de, respectivamente, 25% e 45%. De acordo com o Censo Demográfico de 1970, Fortaleza concentrava 19% da população do Estado.

Tabela 1 – População do Município de Fortaleza 1890-1970 – Números Absolutos e Crescimento Intercensitário

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO INTERCENSITÁRIO%
1890	40.902	-
1900	48.369	18.2
1920	78.536	62.2
1940	180.185	129.4
1950	270.169	49.9
1960	514.813	90.5
1970	857.980	66.6

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1976.

Apesar das elevadas taxas de crescimento vegetativo, o crescimento de Fortaleza decorre, em maiores proporções, das migrações internas. O saldo migratório foi estimado na ordem de 400.000 pessoas, nos últimos trinta anos (Tabela 2).

Tabelas 2 – Município de Fortaleza - Componentes do Crescimento Demográfico

Período	Incremento Total	Saldo Migratório		Crescimento Vegetativo	
		Incremento Parcial	%	Incremento Parcial	%
1940-1950	89.948	56.904	63.24	33.080	36.76
1950-1960	244.649	158.629	64.84	86.020	35.12
1960-1970	357.916	222.796	62.29	135.119	37.65

Fonte: PLANDIFOR - Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza- 1972

O crescimento de Fortaleza se verifica, portanto, às expensas de uma alta participação de migrantes procedentes, na sua grande maioria, do interior do Estado. Constitui-se, principalmente, de uma população de baixa renda, que, chegando à cidade, contribui para a expansão das aglomerações faveladas que apresentaram amplo crescimento na capital, nos últimos anos.

Em estudo realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS/GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1967), foi pesquisada a procedência dos imigrantes para Fortaleza, observando-se que os contingentes humanos são originários, principalmente, das zonas do Sertão do Baixo e Médio Jaguaribe, do Sertão Central-Norte, da Ibiapaba e do Litoral, no Ceará. A participação de migrantes de outros Estados é bem diminuta.

A procura de explicações para estes movimentos migratórios implicaria uma análise aprofundada dos complexos proble-

mas econômicos e sociais da área, aliados aos fatores climáticos, particularmente a aridez, condicionadores da atividade agrícola. Na verdade, esta mobilidade da população faz parte de um

processo emigratório mais amplo, não apenas cearense, mas nordestino e, como parte deste, suas causas são buscadas nos principais problemas que afligem toda uma região subdesenvolvida, dos quais as migrações constituem consequência e não causa (IJNPS/GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1967).

É necessário lembrar que a ausência de dinamismo dos núcleos urbanos do interior do Estado, incapazes de atrair a população migrante do campo, tem contribuído para intensificar a migração para Fortaleza. Por outro lado, a implantação das vias de comunicação, primeiramente a ferrovia, e mais recentemente as rodovias, tem facilitado o contato entre as regiões e, conseqüentemente, as migrações rurais-urbanas.

O rápido aumento de população de Fortaleza traz implicações de ordem econômica e social, exigindo mais investimentos em infraestrutura social e mais oportunidades de emprego.

A população economicamente ativa de Fortaleza, segundo os dados do Censo de 1970, era de 245.758 pessoas, correspondendo a 41% da população de 10 anos e mais. Em relação à estrutura ocupacional desta população, salienta-se a sua maior participação nas atividades terciárias, notadamente nas ocupações relativas ao Transporte, Comércio e Serviços (Tabela 3)

Os índices de população ocupada nas atividades industriais, segundo os dados do Censo de 1970, parecem bastante elevados, entretanto, engloba a população ocupada nas atividades da mineração e da construção civil. Segundo os dados do Cadastro da Federação das Indústrias do Ceará, as indústrias de transformação de Fortaleza ocupavam, em 1971, 31.814 pes-

soas, ou seja, 12,9% da população economicamente ativa. Este dado parece mais coerente, tendo em vista o limitado desenvolvimento do setor industrial.

Em pesquisa realizada em 1972, pela SUDEC (1973), foi constatado que do total das pessoas que constituem a força de trabalho em Fortaleza, 30,4% se encontravam plenamente ocupadas, 11,6% subempregadas e 3,3% em desemprego aberto. Os 54,7% restantes constituíam a força de trabalho disponível.

Tabela 3 – Cidade Fortaleza - Estrutura Ocupacional da População – 1970

Categorias ocupacionais	População de 10 anos e mais	
	Números absolutos	%
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.	9.643	3,9
Atividades industriais	59.539	24,2
Comércio de mercadorias	43.442	17,7
Prestação de serviços	58.195	23,7
Transporte, comunicação e armazenagem	16.705	6,9
Atividades sociais	22.555	9,2
Administração pública	17.801	7,2
Outras atividades	17.878	7,2
Total	245.758	100

Fonte: FIBGEB – Censo Demográfico, 1970.

O subemprego concentrado, sobretudo, nas ocupações de prestação de serviços é o responsável pelas baixas rendas e, conseqüentemente, pelos precários níveis de subsistência, gerando graves problemas sociais, como subnutrição, baixos índices de escolaridade, precárias condições de moradia etc.

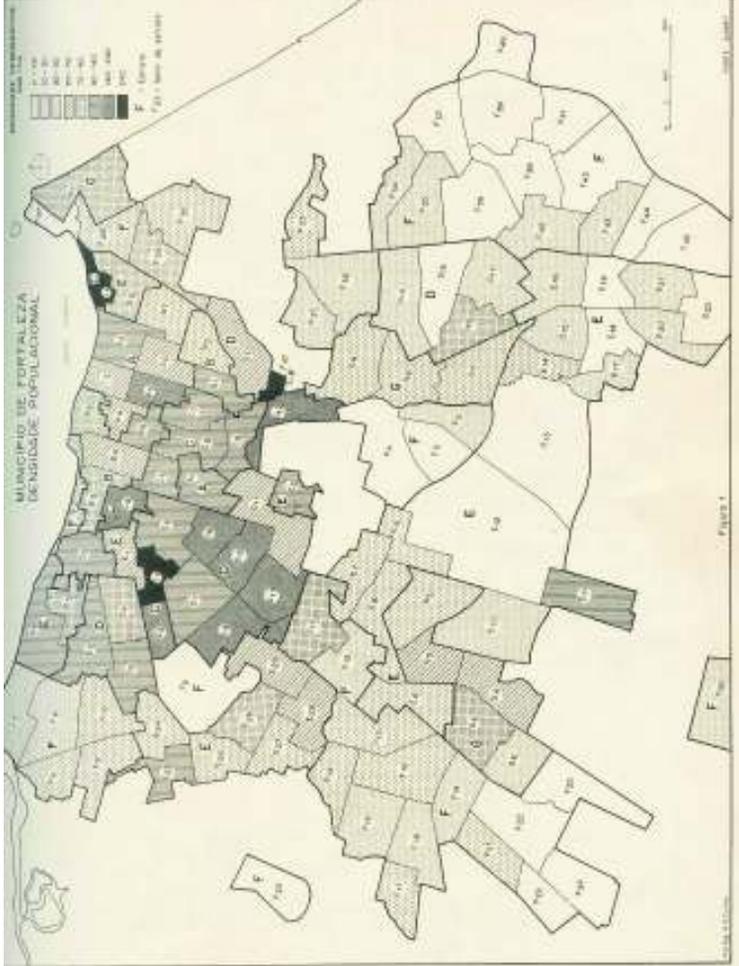
De fato, é alarmante a expansão populacional de Fortaleza, em termos de requerer uma oferta cada vez maior de empregos produtivos. Como se sabe, o crescimento do produto não tem podido fazer face à rapidez do crescimento populacional.

Apesar da política de incentivos fiscais, e, embora o nível de emprego industrial esteja crescendo a uma taxa de 7% ao ano, as novas oportunidades de trabalho estão longe de atender a grande faixa de população em idade produtiva.

O rápido crescimento de Fortaleza é visualizado através da ampliação constante de seu espaço urbano, tanto a periferia, quanto no interior do núcleo, com a ocupação das áreas menos salubres.

A ausência de obstáculos físicos favoreceu a dispersão populacional, traduzindo-se em baixas densidades urbanas. São poucos os estudos sobre densidades para Fortaleza. Encontram-se referências no PLANDIRF (1972), e em trabalho recente, realizado pela AUMEF (Autarquia Metropolitana de Fortaleza) sobre as densidades para Fortaleza, em 1975. Segundo o último trabalho, as densidades são relativamente baixas estando os dados possivelmente subestimados, tendo em vista que os cálculos das áreas nem sempre correspondiam exatamente às áreas ocupadas pela população do setor I. De acordo com a planta de densidades elaborada pela AUMEF, em vastas áreas da cidade, especialmente na parte Sul, Sudoeste e periferia urbana, as densidades são inferiores a 50 hab/ha. (Mapa 1). Estas baixas densidades e a dispersão de ocupação de solo vêm dificultar o atendimento dessa população com relação aos serviços básicos.

No caso do bairro da Aldeota, as densidades também são baixas variando entre 50 a 70 hab/ha. Este fato é explicado através da maior ocupação de espaço para a



Mapa 1 – Município de Fortaleza - densidade populacional

construção, onde as testadas grandes, constituindo-se de amplas mansões.

Os bairros de Gentilândia, Parque Araxá e Jardim América apresentam as maiores densidades (140 a 240 hab/ha e mais de 240 hab/ha).

As densidades para os bairros de Benfica, Joaquim Távora, Parquelândia e a periferia do centro variam entre 90 e 140 hab/ha. Estas áreas são tipicamente de habitações de classe média, apresentando os bairros do Benfica e Joaquim Távora uma ocupação mais antiga, enquanto a Parquelândia (parte Oeste da cidade) é de crescimento recente.

As áreas de favelas encontram-se dispersas por todo o espaço urbano. Entretanto, as áreas de maiores concentrações apresentam densidades elevadas, como no caso da favela do Mucuripe (mais de 240 hab/ha) e do Pirambu (90 a 140 hab/ha). Estima-se que as densidades no Pirambu sejam bem superiores. Nos estudos do PLANDIRF foi encontrada uma densidade de 224 hab/ha. A densidade média do Município de Fortaleza, segundo o mesmo estudo, é da ordem de 97 hab/ha.

1.2 O Processo de concentração das atividades econômico-sociais em Fortaleza

Procurou-se analisar alguns dos fatores econômico-sociais que pudessem explicar o processo de crescimento urbano de Fortaleza, caracterizado pela rápida expansão nos últimos anos.

Fortaleza desempenha um papel de Capital regional que comanda um amplo espaço, ultrapassando mesmo os limites do Ceará. Entretanto, sua predominância no Estado

é marcante. Embora não se possa negligenciar a influência do êxodo rural para o crescimento de Fortaleza, esta Capital exerce, neste espaço, também uma função de drenagem das competências e dos capitais. Este fato deve-se ao papel que exerce Fortaleza na contração das principais atividades administrativas, comerciais, industriais, portuárias, sociais e culturais do Estado.

Entre os fatores econômicos que têm favorecido a expansão urbana, salienta-se a concentração em Fortaleza do excedente do setor primário através dos mecanismos de comercialização, financiamento, arrecadação fiscal e beneficiamento industrial. Além disso, é a Capital o principal mercado consumidor do Estado, motivado pela concentração da renda do setor privado e pela concentração dos investimentos de caráter social, dependentes, sobretudo do setor público.

Por outro lado, o desenvolvimento do setor terciário e a crescente diversificação dos serviços vêm favorecer o processo de concentração na Capital. Assim, em 1970, 45% dos estabelecimentos comerciais atacadistas do Estado estavam instalados em Fortaleza e ocupavam 67% do pessoal no ramo. No comércio varejista, Fortaleza concentrava 22% dos estabelecimentos e 35% do pessoal ocupado. Chama-se a atenção, também, para a presença do comércio especializado de produtos industriais, os mais diversificados, e da implantação nos últimos anos de várias filiais de empresas do Sudeste do país. Além disso, a Capital concentra a maior parte da arrecadação do ICM do Estado, devendo o índice para 1978 atingir 55,5% (*Diário Oficial do Estado do Ceará* – 18 de outubro de 1977).

A modernização das instalações portuárias, nos últimos dez anos, constitui um fator adicional para o progresso econômico de Fortaleza. Entretanto, foi com a expansão da rede rodoviária que se ampliou o seu raio de ação comercial integrando

vastas áreas do Ceará, além de parte do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

O domínio de Fortaleza se faz sentir na educação, na saúde e no lazer.

Os dados demonstram a importância da concentração de profissionais de nível superior em Fortaleza. Em 1972, 82% dos médicos existentes no Ceará trabalhavam na Capital e a concentração de outros especialistas era a seguinte: 81% dos farmacêuticos, 76,6% dos dentistas; 74% engenheiros; 71,2% dos agrônomos; 93% dos assistentes sociais; 82,3% arquitetos; 91% dos veterinários e 90% dos técnicos em administração (SOUZA, 1974).

O Ceará dispõe de três Universidades, sendo uma Federal, uma Estadual e uma Particular, contando com 47 cursos diversificados. As escolas estão concentradas especialmente em Fortaleza, existindo somente algumas escolas de nível superior nas cidades de Crato, Sobral e Limoeiro.

No ano de 1975, o total de inscritos era superior a 13 mil alunos (Vide Tabela 4), estimando-se que as escolas do interior do Estado não concentravam mais de 2 mil alunos.

Tabela 4 – Estado do Ceará – matrícula geral nas universidades, segundo a dependência administrativa – 1971/75

Anos	Universidades e Cursos Isolados			
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	PARTICULAR
1971	9.089	7.170	1.919	-
1972	8.438	7.457	2.462	-
1973	14.068	7.820	3.012	1.270
1974	13.108	7.799	3.315	2.385
1975	13.427	6.293	4.302	3.261

Fonte: SEPLAN/CE – Departamento de Estatística Indicadores Sociais II; 1976.

A Capital do Estado exerce uma influência dominante na coleta das matérias-primas voltadas para o mercado de exportação, seja para o Sudeste, seja para o mercado estrangeiro. Os principais produtos exportados pelo porto de Fortaleza são: a amêndoa da castanha de caju, as lagostas congeladas e o filé de peixe, a cera de carnaúba e os óleos vegetais (mamona, algodão, oiticica), fios de algodão, couros e peles etc. pelo porto de Fortaleza, nos anos de 1976 e 1977.

Tabela 5 – Principais produtos exportados pelo Porto de Fortaleza – 1976/1977

Discriminação	1976		1977	
	Kg.1.000	US\$ 1.000	Kg.1.000	US\$ 1.000
Amêndoas de Castanha de Caju	6.587,4	12.014,3	5.635,7	18.406,5
Lagosta Congelada	1.186,6	13.343,6	1.596,0	17.461,4
Cera de Carnaúba	5.740,6	10.679,9	5.596,3	9.932,3
Óleo de Mamona	14.857,0	7.330,9	9.813,0	8.478,7
Filé de Peixe	1.038,4	2.797,6	1.551,9	4.141,1
Fios de Algodão	1.593,0	2755,4	1.199,5	2.712,4
Tecidos de Algodão	986,6	2.160,1	962,6	2.426,3
Total	31.989,6	51.081,8	26.355,0	63.558,7

Fonte: CACEX

A drenagem destas matérias-primas é feita pelo Ceará, mas também através dos Estados vizinhos do Piauí e Rio Grande do Norte. Citamos como exemplos o fluxo de algodão e da cera de carnaúba (DAVIDOVICH, s.d).

Fora de Fortaleza distinguem-se como os principais centros de comercialização e beneficiamento do algodão as cidades de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte.

Para certos produtos industriais como, por exemplo, a produção de asfalto, material de construção, gás liquefeito e produtos siderúrgicos, a influência de Fortaleza se estende até o Maranhão e Piauí e uma parte do Rio Grande do Norte - região de Mossoró.

Com relação ao setor industrial, o Ceará coloca-se em terceiro lugar entre os Estados nordestinos que foram beneficiados pelos incentivos da SUDENE, estando estes recursos aplicados, em sua grande maioria, em Fortaleza.

Assim é que, no período 1960/1971, dos 112 projetos aprovados para o Ceará, 72 foram localizados em Fortaleza. Por outro lado, cerca de 81% do valor dos projetos aprovados pela SUDENE para o Ceará, até 1969, pertenciam à Capital.

Na verdade, os incentivos fiscais e financeiros da SUDENE e do BNB, a partir de 1960, foram de grande significação para a economia urbana da Capital, à medida que atenuaram a tendência à fuga de recursos e permitiram a implantação de novas indústrias.

Além do mecanismo de retenção da renda, a implantação dos incentivos fiscais veio fomentar o desenvolvimento da mentalidade empresarial, levando à adoção progressiva de critérios de racionalidade nas decisões econômicas e políticas, tanto do setor público, como do setor privado. Por outro lado, os atrativos de Fortaleza como área residencial e o desenvolvimento da oferta de serviços induzem a fixação de uma classe empresarial que alimenta a capacidade de investimento nas diversas atividades econômicas do Estado.

Paralelamente a este surto industrial recente, têm sido canalizados para o Ceará recursos financeiros, através de bancos oficiais e agências de desenvolvimento. O impacto mais importante deu-se sobre o setor terciário e a construção civil, que apresentaram uma grande expansão nos últimos 10 anos.

As agências do Banco Nacional de Habitação, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Caixa Econômica Federal têm injetado recursos bastante expressivos na economia urbana, além das inversões especiais feitas pelas repartições ministeriais, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Universidade etc.

Das 154 agências bancárias existentes no Estado, 51 estão em Fortaleza, sendo 3 matrizes de bancos oficiais, e nada menos de 5 matrizes de bancos privados. E evidente que a presença do Banco do Nordeste do Brasil em Fortaleza contribui de forma significativa para a retenção das poupanças, entretanto não é de se negligenciar o papel exercido pelas matrizes de bancos privado aí existentes. A movimentação bancária está concentrada em Fortaleza, onde se realiza o grosso das operações de compensação de cheque. Em 1973, 94% do valor de todos os cheques compensados no Estado, em 1974, 96. %; em 1975, 98% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1976).

Embora o fluxo de capitais seja favorável à Capital do Estado, deve-se ressaltar que esse elevado grau de concentração agrava ainda mais as disparidades econômico-sociais em relação às demais áreas do Estado.

Entre os serviços de apoio à economia urbana, considera-se como tendo desempenhado papel de grande importância no desenvolvimento recente de Fortaleza, os serviços de distribuição da energia elétrica, o de telefonia, as melhorias no sistema viário e a modernização dos serviços portuários. A melhoria desses serviços se deu, sobretudo, a partir de 1965 coincidindo com o período de maior expansão industrial.

Com relação às atividades administrativas e culturais, Fortaleza concentra a função administrativa do Estado, sendo ainda sede de importantes organismos federais de atuação regional, tais como DNOCS e BNB.

As relações administrativas entre os municípios do interior e a capital se processam, na maioria dos casos, de forma direta. Assim, um grande número de serviços instalados nas sedes municipais depende das Secretarias de Estado localizadas em Fortaleza, inexistindo a ação de órgãos descentralizados. Também na área da justiça observa-se a dependência da Capital. Os casos mais simples são ainda resolvidos em Fortaleza.

O nível de equipamento em meios de informação de Fortaleza apresenta uma grande desproporção em benefício da capital, comparado ao de outras cidades do Estado. Assim, Fortaleza concentra os canais de televisão (três), seis emissoras de rádio e cinco jornais diários.

Excluindo Fortaleza, praticamente não existe uma imprensa local desenvolvida no interior do Estado. Unicamente nas cidades de Crato, Juazeiro e Sobral são publicados alguns jornais semanais, mas a publicação não é regular. Nestas cidades encontram-se também emissoras de rádio. Entretanto, a zona de escuta destas emissoras é muito limitada devido às técnicas rudimentares e sua fraca potência.

Desta forma, a falta de condições competitivas por parte de outras cidades do Estado para intensificar um maior crescimento urbano vem favorecer ainda mais a urbanização acelerada da Capital.

A área de influência de Fortaleza, segundo o estudo do IBGE (Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, 1972) possui 52 centros, abrangendo uma área superior a 400 mil quilômetros quadrados, com uma população total de aproximadamente sete milhões de habitantes. Compreende, assim, a metade norte dos Estados do Maranhão, Piauí e todo o Estado do Ceará.

De acordo com estudo realizado sobre a urbanização do Ceará (SOUZA, 1974), a organização espacial urbana do Estado está composta pela Capital, três centros regionais (Sobral, Crato – Juazeiro e Iguatu, com uma população variável entre 28.000 a

80.000 habitantes); dezoito centros secundários e trinta e cinco centros locais. Estes centros agrupavam em 1970 1.460 mil habitantes, ou seja, 32,5% da população total do Estado.

As oitenta e três sedes municipais classificadas como centros elementares constituem pequenos agrupamentos de população dispersas na zona rural. Estas categorias de cidades refletem diretamente a situação socioeconômica do Estado.

Os centros secundários e os centros locais exercem já uma certa influência nas zonas rurais vizinhas, onde a economia de mercado é mais desenvolvida. Entretanto, faz-se necessário lembrar que muitas destas cidades continuam dependentes de uma economia de subsistência, em razão do baixo poder aquisitivo das populações. Com efeito, o campo começa a se beneficiar dos serviços da cidade à medida que a penetração da economia monetária permite a esta população participar de um certo nível de consumo.

Estes centros secundários locais exercem um papel de pequenos centros de serviços e, por vezes, centros de coleta da produção rural, são frequentemente pequenos centros para onde converge a produção da zona rural vizinha, e em que a feira semanal é a melhor forma de demonstração.

Os centros regionais já adquiriram um certo poder de consumo expresso na utilização de alguns serviços especializados aí instalados, como, por exemplo, os serviços de saúde (hospital, maternidade, clínicas privadas, médicos especialistas etc.) e de ensino (unidades de ensino superior) etc. Funcionam aí algumas atividades comerciais importantes, localização de filiais de empresas de outras áreas, bancos e indústrias de beneficiamento de matérias-primas regionais etc.

Assim, os centros de Sobral, Crato - Juazeiro e Iguatu, funcionam como “pontos de apoio” de Fortaleza, não somente para a distribuição dos produtos manufaturados, mas, sobretudo, na organização da coleta da produção agrícola regional.

Estes fatos analisados evidenciam a não existência no Ceará de uma rede urbana organizada, onde pudessem ser realizadas relações funcionais hierarquizadas. Com efeito, o Ceará é bem caracterizado pela presença da grande cidade (a Capital) catalisando as populações, as atividades econômicas e decisões políticas, acompanhada por um grande número de pequenos centros urbanos, sendo pouco expressivos os níveis intermediários de cidades. Assim, além do desequilíbrio em termos espaciais verifica-se, no Ceará, as disparidades entre o processo de crescimento de Fortaleza e das demais cidades. Na realidade, entre as dificuldades da estruturação de uma rede urbana no Ceará destaca-se a superconcentração das atividades econômicas e sociais em Fortaleza, aumentando cada vez mais as disparidades entre a Capital e as demais cidades.

2 Estrutura Urbana Atual

2.1 Distribuição espacial das principais funções urbanas

A) Áreas de Comércio e dos Serviços

O crescimento de Fortaleza está diretamente relacionado ao desenvolvimento da função comercial que tem a primazia sobre as demais. Concentrando o excedente do setor primário, a cidade se constitui em centro de coleta da produção agrícola e distribuidor de bens e serviços a uma vasta área, que extravasa os limites do Estado.

O predomínio da função comercial de Fortaleza fez com que a sua configuração espacial urbana sofresse influência decisiva das relações da cidade com sua região e com o exterior, de modo que apresenta uma elevada concentração do comércio e dos serviços na área central. A sua função de centro regional favoreceu o desenvolvimento de uma estrutura viária radiocon-

cêntrica que, por sua vez, tem contribuído para acentuar esta centralidade (PLANDIREF, 1972).

O centro concentra cerca de 57% dos estabelecimentos comerciais existentes na cidade (Tabela 6). A frequência do comércio diminui à medida que se vai afastando do perímetro central, onde predominam as áreas residenciais.

Fora do centro e das áreas com tendência recente à formação de centros comerciais de bairros, encontra-se apenas um comércio de varejo, formado quase que exclusivamente da venda de produtos alimentícios. A partir de 1965, esse comércio registrou uma maior expansão com a proliferação dos supermercados que se localizaram, inicialmente, próximo ao centro da cidade e nos bairros de renda média e alta. Hoje se encontram supermercados em quase todos os bairros de Fortaleza, competindo com as mercearias e os pequenos “botequins”. Este fato vem contribuindo para o enfraquecimento destas pequenas casas de comércio, embora o seu número ainda seja expressivo, principalmente nos subúrbios e bairros mais pobres da Capital.

Tabela 6 – Fortaleza – participação percentual da zona central no total de estabelecimentos comerciais por gênero

GÊNEROS	PARTICIPAÇÃO %
Alimentos de varejo	35,44
Materiais de construção	50,91
Veículos, máquinas e acessórios	81,63
Estivas	69,43
Diversos	76,86
TOTAL	56,98

Fonte: Pesquisa S. D. Consultoria de Planejamento Ltda.

Ainda com relação aos supermercados, convém salientar que nos últimos anos processou-se uma verdadeira invasão des-

te tipo de comércio em Fortaleza. O processo teve início com a instalação de 13 estabelecimentos através de um grupo financeiro local. Posteriormente, verificou-se a concorrência de grupos do Sudeste instalando filiais, ou passando a associar-se ao capital local. Deste modo, Fortaleza passou a contar com grandes supermercados, comparados aos do Rio de Janeiro e São Paulo, e que se localizaram, preferencialmente, no bairro da Aldeota.

No que diz respeito ao comércio atacadista, cabe ressaltar a sua elevada concentração no centro da cidade, mais precisamente nas proximidades do Mercado Central e ao longo das ruas Governador Sampaio e Conde D'Eu.

A permanência deste gênero de comércio no centro da cidade tem gerado problemas principalmente no tocante ao trânsito de caminhões que, em suas operações de carga e descarga, provocam sérios congestionamentos.

Os atacadistas de modo geral adquirem suas mercadorias nas próprias fontes produtoras ou em outros atacadistas, e ainda nos escritórios de representação, nos depósitos de empresas transportadoras e no cais do porto.

Destaca-se ainda uma área de concentração de armazéns e depósitos, próximo ao antigo porto do Poço da Draga, onde se localiza o antigo prédio da Alfândega. Aí se formou uma zona comercial com a instalação, a princípio, de algumas firmas descaroadoras de algodão devido a proximidade do cais de embarque. Posteriormente, estas firmas foram transferidas para a Avenida Francisco Sá onde havia uma maior disponibilidade de terrenos.

Com a ampliação do porto de Mucuripe em 1955, aquela área vem passando por um processo de esvaziamento, através da transferência de parte dos depósitos para os armazéns das Docas. Entretanto, permaneceram junto ao antigo porto alguns

depósitos como os de cerveja e de açúcar. Observa-se ainda a presença de muitos depósitos e escritórios de firmas de exportação de algodão, couros e peles e cera de carnaúba, ocorrendo uma maior concentração na rua José Avelino. Vale ainda destacar as mudanças que vêm se processando com a instalação naquela área de empresas de transporte rodoviário e de carga, provocando um intenso movimento de caminhões nas operações de carga e descarga.

Fortaleza apresenta, nos dias de hoje, tendência à formação de centros comerciais de bairros, destacando-se dois núcleos de maior expressão, um no bairro da Aldeota e outro no Montese ao longo da Av. Gomes de Matos. Ainda se registram pequenas concentrações comerciais na zona industrial da Francisco Sá, nas praças de Parangaba e de Messejana.

Relacionado com o alto poder aquisitivo da população, surgiu na Aldeota um comércio de luxo constituído, na maioria, por filiais de lojas sediadas no centro da cidade, que adaptaram antigas residências de alto padrão à função comercial. Encontram-se estabelecimentos comerciais nas avenidas Santos Dumont e Barão de Studart. Na primeira, localizou-se um centro comercial a partir de 1973, congregando significativo número de lojas. Paulatinamente foram-se instalando nas cercanias do “Center Um”, novos estabelecimentos comerciais do mesmo padrão, procedendo-se assim a uma transformação do uso do solo naquela área que deixou de ter a função tipicamente residencial.

O comércio da Av. Gomes de Matos parece ter surgido devido à função de conexão regional rodoviária. A pavimentação daquela Avenida desviou o tráfego da Av. Capistrano de Abreu em direção à CE-1 (estrada para Baturité), desestimulando assim a expansão comercial do bairro de Parangaba contíguo ao Montese (PLANDIRE, 1972).

Nesse local se desenvolveu um núcleo comercial, em que se nota o predomínio de pequenas lojas de autopeças, o que pa-

rece demonstrar a importância da função de conexão regional desempenhada pela citada artéria. Atualmente, ao longo da Avenida, se encontram cerca de 14 estabelecimentos comerciais que atuam neste ramo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, o limitado poder aquisitivo da população do Montese não teria sido capaz de estimular o comércio naquela área. Realmente, foi o impacto do fluxo de tráfego que incentivou a implantação comercial na Avenida Gomes de Matos. Entretanto, não se deve negligenciar a importância da elevada densidade demográfica do bairro de Montese e da área contígua da Parangaba, não obstante o predomínio de população de baixo nível de renda. Atualmente, já se observa uma tendência a instalação de filiais do centro da cidade com lojas de tecidos, móveis e até de eletrodomésticos.

Um aspecto que chama à atenção é a ausência de agências bancárias no Montese, quer sejam públicas ou privadas, enquanto a Aldeota já dispõe de dois bancos particulares e uma agência da Caixa Econômica Federal.

Fazendo-se um paralelo entre o tipo de comércio existente nos dois bairros, observa-se uma significativa diferença, que é perfeitamente explicável. Enquanto na Aldeota vem se desenvolvendo um comércio de luxo, serviços bancários especializados e outros serviços em geral, o bairro do Montese concentra pequenas lojas comerciais que utilizaram residências de baixo padrão, o que deve ter facilitado a ocupação pelo setor comercial.

B) Área de Concentração de Indústrias

A indústria de transformação é pouco expressiva em Fortaleza, quando se considera o reduzido número de pesso-

as ocupadas relativamente a outros setores de atividades, não obstante os empregos acrescidos com a política de industrialização da SUDENE.

Conta atualmente com 816 estabelecimentos e 40.160 pessoas ocupadas (Tabela 7). Entretanto são poucas as unidades visíveis na paisagem. Predominam os pequenos estabelecimentos entre 5 a 20 operários. Apenas nove unidades contam com mais de 800 empregados.

As atividades tradicionais de beneficiamento e transformação de matérias-primas agrícolas, predominantes em Fortaleza, são responsáveis pelo maior emprego de pessoal no setor. As indústrias de beneficiamento da castanha de caju, de tecidos e de confecções são as que têm o maior número de empregados.

A produção industrial de Fortaleza é diversificada, entretanto predominam os gêneros alimentar, têxtil, confecções e químico (de óleos vegetais), em que ocorre uma interdependência em relação aos insumos utilizados. Os demais, alguns dos quais considerados dinâmicos, têm pouco significado, tanto em número de estabelecimentos como em valor de produção e pessoal ocupado. Destacam-se apenas um ou dois estabelecimentos de cada gênero, que surgiram somente com a política de industrialização da SUDENE e que se caracterizam pela adoção de uma moderna tecnologia e utilização de matérias-primas importadas de outras regiões do país.

Constituem exemplo a indústria do mobiliário, papel e papelão, matérias plásticas, metalurgia e mecânica.

Quanto à localização dos estabelecimentos industriais no espaço urbano, observa-se que estão dispersos, embora ocorra tendência à aglomeração em determinadas áreas. A maior concentração verifica-se até mesmo tomando-se como referência o centro da Cidade, ao longo do eixo viário da Av. Francisco Sá,

começando no bairro de Jacarecanga e se estendendo até a Barra do Ceará.

As indústrias localizam-se ainda em Parangaba, ao longo da CE-01, rodovia que liga Fortaleza à zona central, maior produtora de algodão do Estado; em Antonio Bezerra, em torno da BR-222 e na zona portuária do Mucuripe.

A preferência pela parte ocidental da Cidade já se faz sentir a partir da implantação das primeiras indústrias. Em 1926, instala-se, no bairro de Jacarecanga, uma indústria têxtil e de cigarros. Em 1927, instala-se nas proximidades da linha férrea Sul, cruzando com a Av. Francisco Sá, uma fábrica de tecidos, atualmente fechada, e em 1928 implanta-se naquela área as oficinas dos Urubus, da Rede Viação Cearense.

A ocupação dessa área pelo setor secundário pode ser explicada pela presença da ferrovia, que não só facilitava o recebimento de matérias-primas e escoamento da produção, bem como desvalorizava os terrenos por onde passavam os trilhos da RVC. A zona litorânea foi sendo ocupada por uma população de baixa renda, que parece ter crescido em função da atividade pesqueira.

Os terrenos arenosos e de dunas eram pouco valorizados, e o regime de propriedade da terra não exerceu função restritiva à ocupação daquela área, onde foi se formando a favela do Pirambu, a maior da cidade (PLANDIREF, 1972).

Em resumo, os fatores que contribuíram para ocupação da zona Oeste pelo setor secundário parecem ter sido a presença da ferrovia, o baixo valor dos terrenos, além de outros aspectos como as facilidades de obtenção de água, a proximidade do centro e da favela do Pirambu.

Tabela 7 – Fortaleza: número de estabelecimentos e pessoal ocupado por gêneros de indústria – 1977

Gêneros	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	
		ABSOLUTO	%
Minerais não Metálicos	52	1.352	3,4
Metalúrgica	67	5.811	14,5
Mecânica	18	618	1,7
Material elétrico e de construção	8	289	0,7
Material de transporte	3	63	0,1
Madeira	45	768	1,9
Mobiliário	75	2.517	6,3
Papel e papelão	9	240	0,6
Borracha	2	15	-
Couros e peles	4	517	1,3
Químicas	26	2.226	5,5
Produtos farmacêuticos e medicinais	8	342	0,8
Perfumaria sabões e velas	14	110	0,3
Produtos plásticos	20	934	2,3
Têxtil	61	7.368	18,4
Calçados e vestuários	122	5.004	12,6
Alimentar	171	10.514	26,2
Bebidas	13	218	0,5
Fumo	-	-	-
Editorial e gráfica	70	981	2,4
Diversos	28	210	0,5
Total	816	40.160	100,0

Fonte: Cadastro Industrial do Ceará – Federação das Indústrias do Ceará – 1977

O distrito de Parangaba constitui também uma zona de concentração de indústrias, onde se misturam velhos e novos estabelecimentos. Em 1926, instalou-se junto à estrada de ferro Fortaleza-Baturité um indústria de beneficiamento de gipsita. Nas décadas de 1940 à 1950, localizou-se naquela área uma indústria têxtil, atualmente a maior da cidade, além de outros estabelecimentos de beneficiamento de óleos vegetais.

Com os novos projetos aprovados pela SUDENE, e conseqüentemente maior ocupação do espaço pela indústria, a zona de Parangaba foi atraindo novos estabelecimentos que foram se localizando de preferência ao longo do principal eixo de circulação rodoviário.

Uma outra área de concentração, porém de ocupação mais recente, é a zona da praia próxima ao porto do Mucuripe. Para ali foram as indústrias que estão na maior dependência do transporte marítimo com relação às matérias-primas, como os moinhos de trigo e a Fábrica de Asfalto de Fortaleza, subsidiária da Petrobras, além dos estabelecimentos de frigorificação da pesca. Os incentivos concedidos pela SUDENE à indústria do beneficiamento da pesca contribuíram para o surgimento de indústrias do ramo, favorecendo assim uma maior ocupação do Mucuripe pelo setor secundário.

O Distrito de Antônio Bezerra concentra também algumas indústrias. Destacam-se um estabelecimento do ramo químico de beneficiamento do óleo do caroço de algodão, além de duas unidades de beneficiamento da castanha do caju, ambas implantadas a partir de 1960, com o apoio da SUDENE.

As primeiras indústrias localizaram-se mais próximas ao centro, enquanto que as instaladas mais recentemente foram-se distanciando do perímetro central numa decorrência lógica e natural do crescimento urbano, que se processa espontaneamente e em todas

as direções. A configuração plana da cidade, sem obstáculos topográficos, favoreceu esta situação, ao mesmo tempo em que contribuiu para uma maior dispersão das atividades fabris no espaço urbano.

O fator que tem orientado primordialmente a instalação de indústrias na área urbana de Fortaleza tem sido a posse prévia do terreno por parte do empresário ou as facilidades de sua aquisição.¹

Os fatores técnicos locacionais parecem ter tido pouca importância na escolha do sítio das indústrias. Em alguns poucos casos registram-se a dependência em relação a esses fatores. Via de regra, a localização não obedece a nenhum critério prévio de escolha de áreas dentro do contexto urbano de Fortaleza, resultando daí uma maior difusão dos estabelecimentos.

No Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, realizado em 1972, foram propostas cinco áreas consideradas vantajosas para futura localização de indústrias, entretanto, o plano parece não ter sido seguido mantendo-se assim a tendência à dispersão ou a implantação nas áreas que já apresentavam uma maior concentração. Por outro lado, o Distrito Industrial² criado para receber as novas indústrias, não se desenvolveu como havia sido previsto, e apenas um insignificante número de indústrias localizou-se naquela área planejada para esse fim.

C) Esquema Viário Básico: Principais Eixos de Circulação

As ligações viárias de Fortaleza com o interior e outros Estados se processam através de um esquema de circulação que

¹ Pesquisa de campo realizada em 1972.

² O Distrito Industrial, criado em 1967, está localizado no município vizinho de Maranguape, pertencente a Microrregião Metropolitana de Fortaleza, ao Sul da capital entre a Estrada de Ferro Baturité e a CE - I. Dista 15 km do centro da cidade e 22 km do Porto do Mucuripe.

compreende duas vias férreas, uma em direção a Sobral e a outra a sudoeste, em direção a Maracanaú, Baturité e Crato, e um sistema rodoviário que engloba as grandes vias de penetração ou as chamadas vias principais (Mapa 2).

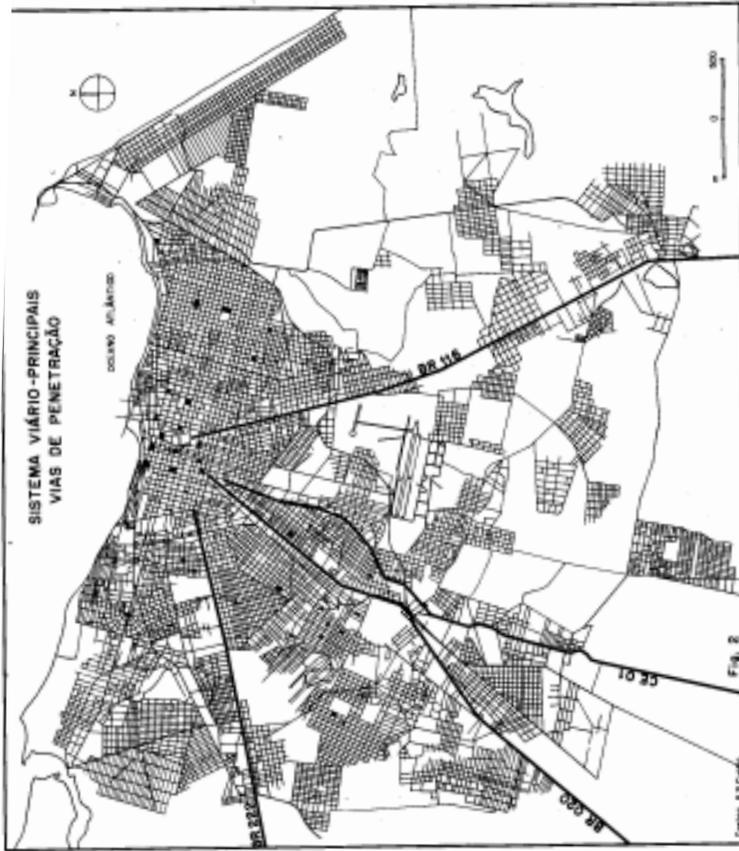
Estas vias de acesso induziram e direcionaram o crescimento urbano de Fortaleza. Com o crescimento da população, o solo urbano foi sendo ocupado de duas maneiras, em etapas sucessivas, uma conforme os eixos de ligação para o interior entre as linhas férreas que partem do centro da cidade e outra na zona periférica e áreas existentes entre esses eixos e as referidas linhas (CARVALHO, 1974).

Esse esquema viário estruturou o espaço urbano de forma que a Oeste localizaram-se as indústrias e os bairros mais modestos acompanhando os leitos da RVC, e os eixos de circulação rodoviária. No centro concentrou-se a atividade comercial que é de onde partem as ferrovias e as rodovias, enquanto a zona Leste da cidade foi ocupada por uma população de nível de renda mais elevado.

Fortaleza apresenta uma conformação radioconcêntrica em decorrência do predomínio da função comercial, que fez com que a cidade sofresse influência decisiva das relações comerciais com sua região exterior (PLANDIRE, 1972).

Os antigos caminhos de Parangaba, Soure e Messejana que ligavam a vila de Nossa Senhora da Assunção ao interior, esboçando essa configuração espacial, compreendem atualmente as avenidas que se prolongam como as três principais vias de penetração. A Avenida Visconde do Rio Branco³ se prolonga como BR-116, em direção ao sul do país, a Avenida Bezerra de Mene-

³ Com a abertura da Avenida Aguanambi paralela à Visconde do Rio Branco houve um desvio do tráfego desta que passou a ser efetuado através da nova artéria.



Mapa 2 – Sistema Viário – principais vias de penetração

zes continua como BR-222 para o Piauí e a Avenida Capistrano de Abreu se prolonga como BR-020, rodovia que liga Fortaleza à zona sudoeste do Estado, e daí a Brasília.

As vias de grande penetração trazem a produção do interior do Estado que se encaminha para a exportação, ou que se destina ao consumo, acentuando a posição de Fortaleza, como centro de convergência da circulação regional. Por outro lado, as estradas mais recentes acentuaram a atuação da capital cearense sobre partes do Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão.

A rodovia é hoje responsável pelo maior volume de trocas do Ceará, sendo superior à cabotagem, mesmo nas relações com o mercado nacional. Segundo o PLANDIRF, as importações rodoviárias de Fortaleza eram seis vezes maiores que as marítimas, somando-se a cabotagem com as de longo curso, enquanto as exportações rodoviárias eram cerca de doze vezes maiores que as embarcadas por navio.

Além das vias de grande penetração que trazem o tráfego do interior ao centro urbano, vale destacar a existência de um sistema de vias de ligação, que fazem a conexão entre os vários bairros. Dentre outras, destacam-se as Avenidas 13 de Maio, Duque de Caxias, Luciano Carneiro e as ruas Jovita Feitosa e Padre Ibiapina.

Em síntese, o sistema viário de Fortaleza se configura na existência de duas malhas, uma radial concêntrica e outra ortogonal. A primeira constitui elemento principal e norteia o conjunto das atividades localizadas na área central. A segunda tem a função de apoio do sistema radial, fazendo as ligações entre as vias principais.

2.2 A Organização do Espaço Urbano

A) O Centro da Cidade

Fortaleza já atingiu um grau de evolução urbana, capaz de organizar uma zona onde estão reunidas atividades diversificadas e intensas, e onde predominam os locais de comércio negócios e reuniões. É o chamado “centro da cidade”, onde já acontece fenômeno da expulsão residencial para outras áreas.

O Centro da cidade foi definido nos últimos estudos para Fortaleza como sendo limitado pelas Avenidas Dom Manuel, Imperador, Duque de Caxias e a orla marítima.

A expansão dessa área fez-se desordenadamente, sem nenhuma coordenação, contando somente com as iniciativas particulares isoladas, e as possibilidades de modificação de uso das antigas residências, numa primeira etapa e, posteriormente, através da demolição dessas residências e a construção de prédios de volume maior, no terreno por elas ocupado.

Essa expansão fez-se longitudinalmente pelas ruas de acesso à área central, tornando-as nitidamente comerciais, dificultando, entretanto, a circulação em geral. No centro da cidade são poucos os edifícios altos, superiores a cinco pavimentos, dominando ainda em Fortaleza um aspecto de horizontalidade, pouco comum as grandes cidades brasileiras. Entretanto, a expansão do centro e a especulação dos terrenos, põem em risco estes aspectos agradáveis da paisagem urbana.

Fortaleza é uma cidade de característica essencialmente mononuclear. Vários fatores de ordem econômica e social explicam esta estruturação do espaço físico, caracterizada pela ausência de verdadeiros centros de bairros. Somente nos últimos três anos, tem se observado uma tendência de descentralização de algumas funções, tais como administrativas e comerciais, para

outras áreas. Desta forma, a estrutura urbana está caracterizada por um processo de hiperconcentração no núcleo central, gerando sérios problemas de tráfego no conjunto do espaço urbano.

As atividades do setor terciário são as que apresentam índices mais elevados de aglutinação, em torno do centro urbano. Com exceção do ensino e dos transportes, as demais atividades terciárias têm índices de localização central, que variam de 70% a 80% do total da Cidade.

De acordo com os dados do PLANDIRF (1972), dos edifícios de mais de dois pavimentos, 63% são comerciais, cerca de 2% residenciais, 4% de uso misto, 20% de uso administrativo e 11% de outros usos, tais como hotéis, bancos, igrejas, etc., totalizando 412.222m² de área construída. Na planta de densidade da população, observa-se que essa área apresenta, em relação às áreas vizinhas, uma densidade demográfica inferior.

O centro de Fortaleza concentra 2/3 dos empregos urbanos, sendo responsável por 75% de todo o volume de tráfego gerado. As pesquisas do PLANDIRF estimam que o centro comporta entre 50% a 67% dos empregos remunerados, exercidos fora do domicílio. Por outro lado, 50,8% das viagens motivadas pelo trabalho destinam-se a esta área.

A área central onde predominam as atividades comerciais e administrativas possui imóveis altamente valorizados, vias estreitas e sem espaço para estacionamento de veículos, apresentando uma situação difícil de ser corrigida. O ritmo de remodelação é muito lento devido à pequena largura dos lotes, as exigências da legislação em vigor, além das condições econômicas da cidade, tornando difícil qualquer iniciativa de renovação urbana. Somente através de amplos recursos poder-se-ia prover alargamentos das vias e áreas de estacionamento por meio de desapropriações.

O exame das tendências e potenciais da área central foi salientado pelo Plano Diretor de Fortaleza (urbanista Hélio Mo-

desto) aprovado em 1963, demonstrando que a expansão do centro tem se verificado em direção ao sul e sudoeste, devido as “barreiras” que impedem a expansão em outras direções - o Mercado e o Vale do Pajeú, a oeste o Quartel-General, o Passeio Público, a Santa Casa, a Penitenciária, a Estação de Estrada de Ferro, ao norte.

A concentração das atividades comerciais e de negócios neste espaço é marcante, manifestando-se através da concentração das atividades terciárias e do mercado de trabalho, da concentração das correntes de tráfego, da concentração das redes de distribuição de serviços de saneamento básico etc.

As causas dessa centralidade, embora de caráter histórico, possuem características inerentes à própria vida econômico-social da cidade. Os estudos do PLANDIRF salientam, entre outros aspectos, a limitada expressão alcançada pela industrialização na periferia da região metropolitana, o pequeno grau de extensão da rede de serviços urbanos, principalmente de saneamento básico e pavimentação, e a incapacidade da cidade em gerar subcentros comerciais, fora das vias de conexão com o interior do Estado.

Além disso, vale ressaltar a facilidade de conexão de todos os bairros, com o centro, tendo em vista a ausência de obstáculos físicos.

Apenas algumas funções, como por exemplo, a administrativa, têm apresentado tendências espontâneas de descentralização, notadamente na direção da Aldeota, sobretudo nas Avenidas Santos Dumont, Barão de Studart e ruas transversais. Explica-se essa tendência pelo fato de haver nessa área vários imóveis de grandes dimensões, que, não oferecendo condições para continuarem sendo utilizados para uso residencial, passaram a ser ocupados por repartições públicas. Essa tendência foi acentuada após a localização do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado, na Avenida Barão de Studart.

Por outro lado, com a instalação, nos últimos três anos, de significativo número de lojas comerciais filiais do centro e de agências bancárias na Aldeota, observa-se uma tendência para crescer espontaneamente um novo centro comercial.

A localização industrial tende a afastar-se, progressivamente, do centro da cidade.

Em resumo, observam-se tendências de alguns setores de atividades no sentido da descentralização. Trata-se, entretanto, de um fenômeno espontâneo que se faz sem qualquer sentido de subnucleação ou formação de polos secundários de empregos, comércio ou serviços.

A concentração na área central e a função polarizadora da cidade favoreceram o desenvolvimento de uma estrutura viária radioconcêntrica que, por sua vez, tem atuado para acentuar ainda mais esta centralidade.

A expansão da área central no sentido sudoeste, tem sido a mais significativa, acusando altos índices de crescimento, favorecido pela existência de áreas desocupadas, constituídas pelo vale do Jacarecanga.

A partir de 1973, com a construção da Avenida Aguanambi, intensificou-se naquela via a implantação de casas comerciais, depósitos, armazéns, terminais de carga etc. Atualmente, vêm sendo instalados em torno da Estação Rodoviária, armazéns e depósitos, além de já estar em funcionamento o prédio central de coleta dos Correios e Telégrafos, hotéis e restaurantes. Portanto, a expansão destas atividades para a parte sul da Cidade constituirão elementos catalisadores para o surgimento de outras áreas de concentração.

Segundo ainda o PLANDIRF “o centro de Fortaleza chegou um ponto de maturidade em que a descentralização se torna uma exigência para o funcionamento regular da cidade. A remoção de funções suscetíveis de mais fácil transferência terá que ser

providenciada sem demora. A função administrativa e o comércio atacadista estão neste caso”.

B) As Áreas Residenciais

O crescimento urbano de Fortaleza tem ocorrido, tradicionalmente, através da ocupação paulatina dos loteamentos existentes, sobretudo na periferia da cidade, por população de baixo poder aquisitivo. Isto se traduz em densidades baixas que tornam difícil o atendimento da população pelos transportes, serviços urbanos, comércio, escolas, saneamento básico, dificultando a integração social de um modo geral.

As edificações, destinadas à habitação, apresentam características diferentes quanto aos tipos de construção, estado de conservação, idade etc. segundo os bairros em que se localizam.

As características gerais da habitação e as disponibilidades dos serviços urbanos possibilitam agregar importantes observações sobre a existência de uma organização espacial resultante da estrutura e organização social no contexto urbano. Desta forma, a estrutura interna da cidade de Fortaleza, de acordo com a concentração de padrões residenciais, apresenta padrões regulares de zoneamento, diferenciados em função dos níveis de renda da população.

Em pesquisa realizada em Fortaleza, em 1970, foi possível obter o critério de concentração residencial e localizar os limites espaciais dos estratos sociais.⁴

⁴ SUDENE/SUDEC - Programação Habitacional para o Estado do Ceará, Fortaleza, 1971. A População de Fortaleza foi dividida em cinco estratos sociais: Estrato A - das vilas ou zonas marginais; Estrato B - da camada baixa; Estrato C - da camada média baixa; Estrato D - da camada média; estrato E - da camada média, alta e superior. Os indicadores utilizados para identificar as diferenças sociais foram: nível de renda, nível de instrução, profissão, sistema de ocupação domiciliar; tipologia da habitação e situação sanitária.

Desta forma, a distribuição residencial dos bairros é tipicamente social. No bairro da Aldeota concentra-se o estrato E da cidade constituído das populações que possuem os mais altos níveis de renda.

Corresponde a uma parte da zona leste da cidade, tendo nos últimos anos se expandido bastante para a Praia do Futuro, o chamado planalto da Nova Aldeota. Predominam nestas áreas as residências de padrões mais altos, onde as testadas dos lotes são grandes, em virtude dos tipos de construções. Entretanto, as densidades são baixas, variando em torno de 30 a 50 hab/ha.

A extensão das áreas com a denominação de Aldeota é um fato curioso, tornando-se difícil um possível trabalho de delimitação. Este fato explica-se pela procura de uma maior valorização dos terrenos. Assim é que parte das antigas áreas de Dionísio Torres, Água Fria e Cidade dos Funcionários, são locacionalmente denominadas de Aldeota Sul.

Os bairros de Joaquim Távora, Fatima, Benfica e Parquelândia são típicos do estrato social D. As testadas dos lotes são geralmente de menor tamanho que os da Aldeota, ocorrendo também um maior índice de prédios alugados.

À medida que as zonas residenciais afastam-se do centro nas direções sudoeste e sul da cidade tem-se predominância dos estratos de renda mais inferiores, correspondentes aos estratos C e B. Trata-se, sobretudo, das áreas denominadas de bairros de Rodolfo Teófilo, Jardim América, Montese, Panamericano, Aerolândia e Cidade dos Funcionários.

Também salientam-se como de expansão recente, áreas de localização dispersa e afastada da convivência urbana, como os bairros novos de Quintino Cunha, Henrique Jorge, Granja Portugal, Parque Bom Jardim, Parque São José, Itaperi, Dias Macedo, e nos loteamentos dos distritos de Antônio Bezerra, Mondubim e Messejana. Estas áreas precariamente servidas pelos

serviços urbanos de saneamento básico transporte etc, entram em processo de relativa marginalização. Os índices de densidades são inferiores a 50 hab/ha, dificultando o atendimento da população pelos serviços básicos.

O chamado estrato A encontra-se disperso por todo o espaço urbano. Constitui-se de uma população de renda muito baixa, por vezes nula, que habita os casebres localizados nas áreas menos salubres da cidade. Foram localizadas 73 vilas marginais (favelas), totalizando no seu conjunto 37 mil domicílios, abrigoando em 1970 aproximadamente 223 mil pessoas (SUDENE/SUDEEC).

Este crescimento das vilas marginais consiste na ocupação clandestina de áreas relativamente próximas ao mercado de trabalho e inseridas no tecido urbano. Desta forma, a cidade oferecia à população de baixa renda, na maioria migrante, a alternativa de morar na periferia ou nas favelas mais próximas ao centro.

Entretanto, o ritmo da construção em Fortaleza tem evoluído bastante, demonstrado pelos altos índices de crescimento da construção civil. Desta forma, observam-se já algumas modificações ocorridas nos índices de ocupação domiciliar, através de uma relativa diminuição do número de domicílios alugados em relação à obtenção da casa própria.

Assim é, que, em 1962, cerca de 50% dos domicílios eram alugados, 3% cedidos e 47% próprios. Em 1965 somente 42,5% eram alugados, sendo 54,3% próprios e, em 1970, a proporção das residências alugadas baixou para 28,9%, e levando-se as próprias para 61,2% do total.⁵

A construção de conjuntos habitacionais parece ter sido a causa do declínio da importância relativa do aluguel. No pe-

⁵ PLANDIRF, Op. cit., p. 103

ríodo de 1967/ 1976 foram construídas com recursos do BNH, através de suas várias entidades financeiras, aproximadamente 15 mil unidades residenciais (Vide Tabela 8).

Os resultados de uma pesquisa realizada em 10% das famílias do conjunto José Walter (Mondubim), revelaram que 79% dos proprietários residiam antes em prédios alugados, 19% em instalações cedidas, e apenas 2% em imóveis próprios⁶.

Entretanto, a maior frequência de casas próprias encontrase nas zonas mais pobres da cidade, sendo as áreas faveladas constituídas predominantemente por barracos próprios. As áreas onde se encontram os maiores índices de imóveis alugados abrangem o centro da cidade e sua vizinhança imediata, notadamente os bairros de Benfica, Farias Brito, Monte Castelo e as partes mais antigas da Aldeota.

Estes fatos parecem indicar que o crescimento das favelas e bairros pobres, principalmente na periferia, vem atuando no sentido de baixar o índice de prédios alugados, em relação ao total, sem indicar melhoria das condições de habitação para toda a cidade.

C) O Problema das Favelas – Localização e Extensão

O rápido crescimento demográfico de Fortaleza encontra-se diretamente relacionado à formação de extensas favelas, onde reside uma população pobre, na maioria, imigrantes.

Em estudo realizado pela SUDEC em 1970, foram localizadas 73 vilas marginais, totalizando, em seu conjunto 37.078 domicílios e estimando-se uma população de aproximadamente 223 mil pessoas (Tabela 9).

⁶ Ib. Idem., p. 103

Tabela 8 – Relação dos Conjuntos Habitacionais Constituídos (período -1957/1976)

Nº. DE CÓDICO	CONJUNTOS HABITACIONAIS	LOCAL	ENTIDADE PROMOTORA FINANCEIRA	TOTAL DE HABITAÇÕES
01	Albuquerque Lima	P. do Futuro	INOCOOP (CREDIMUS)	135
02	Aliance	Mundubim	COHAB	84
03	Almirante Garcia D'Ávila	Aldeota Sul Água Fria	IPASE	145
04	Alvorada	Água Fria	FSSF	279
05	Beira Rio	B.do Ceará		412
06	Ceará (1º Etapa)	Granja Portugal	COHAB	966
07	Cidade 2000	Nova Aldeota	TERRA	1936
08	Dois de Junho	Meireles ,Rua da Paz,192	INOCOOP/ COTRACE (CREDIMUS)	48
09	Esperança	Entre Leste –Oeste e Sargento Hermínio	MASTER/ INCOSA (CREDIMUS)	114
10	Francisco Sá I e II	Francisco Sá		329
11	Guararapes	Aldeota Sul	TERRA	88
12	Marechal Rondon	Caucaia/Granja Portugal	FSSF	1.280
13	Nova Assunção	B. do Ceará	CREDIMUS	868
14	Orion	Av.Brasília /Pici	INOCOOP/ COTRACE/ CREDIMUS	39
15	Palmeiras	Messejana	FSSF	732

16	Parque Integração	Francisco Sá	SINCOL/ CREDIMUS	64
17	Parque Tabapuá	C a u c a i a / Parque Tabapuá	IPAS	500
18	Pirambu	Pirambu	COHAB	218
19	Pirambu (Cristo Redentor)	Pirambu	COHAB	126
20	Planalto Monte Castelo I, II e II	Monte Castelo	CREDIMUS	96
21	Prefeito José Walter	Mondubim	COHAB	4.742
22	Presidente Castelo Branco	Rua Sargento Hermínio Bairro Presidente Kennedy	COHAB	318
23	Polar	Barra do Ceará	INOCOPE/ COTRACE (CREDIMUS)	430
24	Santa Luzia do Cocó	Aldeota Sul Santa Luzia do Cocó	COHAB	294
25	Sírius	Francisco Sá		48
26	Treze de Rochdale	Praia do Futuro	INOCOOP/ COTRACE (CREDIMUS)	48
27	Varjota	Varjota/ Aldeota	INOCOOP/ COTRACE DOMUS	68
28	Vicente Arruda	Próximo Caucaia	SANCOL/ TERRA	100
29	Vinte e Oito de Agosto	Barra do Ceará	INOCOOP/ COTRACE (CREDIMUS)	87
TOTAL				14.647

Fonte: Pesquisa Direta 1977.

A planta da cidade onde estão mapeadas estas vilas marginais (Mapa 3) mostra que as mesmas acham-se disseminadas por toda a área urbana. No entanto, observa-se que as maiores favelas estão localizadas na área litorânea, respectivamente, o Pirambu e o Mucuripe-Varjota, e na proximidade da Av. Estados Unidos, na Aldeota.

Trata-se de abrigos precários construídos espontaneamente, em terrenos da União (terrenos da Marinha), da Prefeitura, da Rede Ferroviária e do INPS, além de terrenos de particulares ainda não aproveitados, terrenos baldios e até leito de ruas. É grande o número de favelados localizados ao longo dos trilhos da Rede Ferroviária, especialmente na parte Leste da cidade, tendo em vista a menor procura e valorização dos terrenos nas proximidades da ferrovia.

Observa-se, também, que núcleos de favelados localizam-se nas proximidades de residências de padrão alto, como no caso da Aldeota. Além do problema da posse do terreno, este fato parece também estar relacionado com a proximidade do mercado de trabalho, especialmente, no caso da mão-de-obra feminina, ocupada nas funções de “doméstica”.

A maioria dos aglomerados constituíram-se a partir de 1930, apresentando um crescimento contínuo, como nos núcleos de Pirambu e de Mucuripe.

As demais favelas surgiram posteriormente, coincidindo com o período de maior crescimento da capital.

Tabela 9 – Fortaleza - zoneamento das vilas marginais no espaço urbano – 1970

Z O N A	Nº. DE VILAS	Nº. DE DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO *
Litoral ...	6	12.139	73.314
Leste	10	7.706	46.544
Oeste	20	6.605	39.894
Sul	25	8.913	53.834
Centro	12	1.715	10.358
T O T A L	73	37.078	223.944

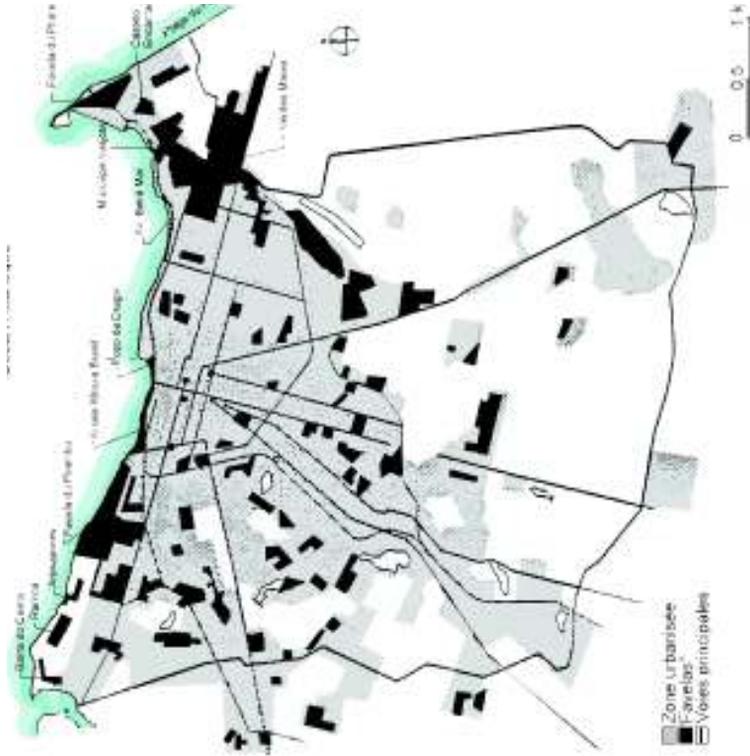
Fonte: SUDEC/SUDENE - Programação Habitacional para o Estado do Ceará

* Nº. de habitações/domicílios = 6,04

Assim, no período de 1930-1950 surgiram as seguintes favelas: Estrada de Ferro, 1954; Cercado de Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Varjota, 1945; Meireles, 1950; Lagamar, 1933; Morro do Ouro, 1940; Papequinho, 1950. Destas 8 favelas, apenas 3 ocupavam terrenos particulares; 2 terrenos de autarquia federal; e 6 terrenos da Prefeitura Municipal (IJNPS/Governo do Estado do Ceará).

Os habitantes das favelas são, na sua maioria, migrantes. Na pesquisa sobre as Migrações para Fortaleza – IJNPS, 1963, foi constatado que a população das favelas constitui-se, na maioria, de migrantes do interior do Estado, representando os naturais da capital, apenas 20,3% do total pesquisado.

Esta população que chega a Fortaleza em busca de melhores oportunidades de trabalho vem constituir a grande massa de subempregados e desempregados, tendo em vista que a oferta de empregos é bastante inferior à demanda. Por outro lado, a baixa qualificação dessa população, na maioria analfabeta, vem dificultar o processo de integração à vida urbana. Assim sendo, formam-se na cidade estas áreas onde se concentra uma população marginalizada, agravando-se os problemas sociais já



Mapa 3 – Estudo das Zonas Marginais de Fortaleza

tão conhecidos, como a mendicância, a prostituição, a delinquência etc.

Quanto às atividades ocupacionais dessa população, verifica-se que parte dedica-se às atividades artesanais, tais como, bordados, rendas, artefatos de palha etc., ou ao pequeno comércio na própria habitação. São as pequenas vendas ou “botequins”. Em algumas favelas localizadas na orla litorânea como Mucuripe, Pirambu, Meireles e Estrada de Ferro, é significativa a ocupação da população nas atividades pesqueiras.

A população desses núcleos marginais que encontra emprego, desenvolve, sobretudo, algumas atividades ligadas ao setor terciário. Este fato é explicado pela maior expansão das atividades comerciais em Fortaleza, através da proliferação do pequeno comércio e da multiplicação de intermediários. Além disso, as atividades de prestação de serviços, e o emprego na construção civil constituem os principais trabalhos remunerados. A população feminina ocupa-se, sobretudo, do emprego de “doméstica” nas residências das classes sociais média e alta.

Em pesquisa realizada na favela da Av. Estados Unidos identificou-se que 43% dos moradores eram constituídos de pescadores, comerciantes e pedreiros, com locais de trabalho na orla marítima. Parte da população, notadamente domésticas, pedreiros e serventes, trabalhavam habitualmente na Aldeota (PREF. MUNICIPAL DE FORTALEZA - PROG. DE DESFAVELAMENTO EM FORTALEZA).

A maior expansão das atividades industriais em Fortaleza é um fato recente, não apresentando grande significação para explicar a formação das favelas. Apenas, o núcleo do Pirambu tende a evoluir mais ligado à indústria, onde parte de sua população é constituída de operários.

No caso do Pirambu tem se observado uma crescente mudança na composição social da população, seja pelo aparecimento de maior número de famílias de renda mais elevada, seja pela progressiva alocação de serviços urbanos e comunitários. Por esta razão, Pirambu não deve mais ser classificada como típica zona de marginalização. O mesmo fenômeno parece estar ocorrendo na zona do Mucuripe.

A partir de 1972, a Prefeitura Municipal partiu para os primeiros programas de remoção de favelas, tendo em vista a necessidade de implantação de alguns projetos de urbanização para Fortaleza, e de expansão do sistema viário.

Através da Fundação de Serviço Social de Fortaleza foi traçado um programa de desfavelamento, no sentido de atender as condições específicas dos habitantes da área, incapacitados de atingir os programas de financiamento da habitação através da COHAB. Desses estudos, resultou a seleção de áreas onde foram construídos os conjuntos habitacionais Alvorada e Marechal Rondon, que a Prefeitura, através da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, loteou para venda a baixo custo tendo em vista os níveis de renda dos favelados.

A primeira favela a ser removida foi a denominada “Tri-lho I” situada entre as Avenidas Pinto Martins e Borges de Melo. Neste local foi construída a Estação Rodoviária e urbanizada a principal via de acesso, a Avenida Borges de Melo.

Posteriormente, foram deslocadas famílias da favela da Avenida Estados Unidos, da Avenida Senador Machado e do Alto da Piçarra. Na primeira, habitavam 85 famílias, na segunda, 13 e na terceira, 145. Segundo os técnicos da Fundação de Serviço Social de Fortaleza, a maior dificuldade de remoção dos favelados da Avenida Estados Unidos e da Avenida Senador Machado foi o problema da escolha de áreas não muito distantes do local de trabalho (PREF. MUNICIPAL DE FORTALEZA - PROG. DE

DESAFELAMENTO EM FORTALEZA) A maior parte destas famílias foi removida para o chamado Conjunto Alvorada, localizado em Água Fria (Seis Bocas). Os terrenos desta área encontram-se atualmente em processo de valorização, constituindo-se a zona de expansão denominada de Aldeota Sul, o que faz supor a necessidade, muito em breve, de novas remoções de favelas.

A construção da Avenida Leste-Oeste, em 1973, ligando a zona portuária de Mucuripe à zona industrial da Francisco Sá e Barra do Ceará, teve como consequência a erradicação da conhecida favela do Arraial Moura Brasil, localizada próxima ao centro, entre as ruas Barão do Rio Branco e Padre Mororó. O trabalho de remoção não abrangeu apenas esse trecho, mas todo o leito da Avenida, incluindo as ruas Braga Torres e Marinho de Andrade, trechos do Pirambu e da Vila Santo Antônio. Aí residiam cerca de 13.000 pessoas, sendo 60% das habitações construídas com palha, taipa ou madeira (PREF. MUNICIPAL DE FORTALEZA - PROG. DE DESFAVELAMENTO EM FORTALEZA). Muitos desses favelados residem atualmente no Conjunto Marechal Rondon, distando 14 quilômetros do centro da cidade, já nos limites com o Município de Caucaia.

É necessário lembrar que qualquer programa de desfavelização só terá real significação se procurar integrar os favelados à estrutura urbana, através da oferta de emprego e treinamento profissional, resultante de um planejamento econômico-social mais amplo. Do contrário, se resumirá em apenas uma mudança do local de moradia, onde são implantadas novas favelas. Observa-se que, no Conjunto Alvorada, ao lado das habitações construídas para atender ao programa de desfavelamento, vem crescendo espontaneamente uma nova favela, onde se multiplicam os casebres sem nenhuma condição de habitabilidade.

2.3 O Sítio Urbano e as Áreas Verdes⁷

Os condicionamentos do sítio urbano fortalezense comportam características que se assemelham de perto ao que é observado na planície litorânea do Ceará.

Geologicamente, chama a atenção o fato dos sedimentos cenozóicos se apresentarem numa faixa bastante estreita, contactando a poucos quilômetros da orla marítima com rochas do embasamento cristalino. Não obstante, a quase totalidade da área urbana está assentada sobre 5 sedimentos plio-pleistocênicos do Grupo Barreiras. Depositados em discordância sobre o embasamento, nota-se, particularmente nos setores meridionais, uma sucessão de trechos compreendidos ora em sedimento, ora em áreas pré - Cambrianas. Esse fato sugere claramente que, á época de deposição do Grupo Barreiras - sob efeito de morfogênese mecânica com processos de pedimentação - as áreas cristalinas se evidenciavam ligeiramente dissecadas como resultado de uma fase úmida que vigorou precedentemente à deposição plio-pleistocênica.

A 2-3 quilômetros da zona de praia, tanto a Nordeste como a Noroeste da cidade, aqueles sedimentos estão sotopostos aos depósitos recentes, os quais, influenciados pela dinâmica eólica chegam a constituir os campos de dunas.

Sedimentos aluviais esboçam também as faixas de planícies fluviais e flúvio-marinhas, dentre as quais merecem destaque as planícies formadas pelos rios Ceará a Oeste e pelo Cocó e Pacoti, a Leste.

Os sedimentos do Grupo Barreiras - com areias, argilas variadas e conglomerados evidenciam a formação de um glaciais de acumulação que mergulha suavemente para a costa, como uma

⁷ Agradecemos a colaboração de Marcos José Nogueira de Souza na redação deste item.

espécie de talude cujas declividades não superam a 5%. Por outro lado, embora se verifiquem algumas diferenciações litológicas para o sul, percebe-se o vigor dos processos de pediplanação responsável pela elaboração da superfície de aplainamento que trunca indistintamente essas litologias sem que ocorram rupturas topográficas proeminentes.

Dessas condições resultou a topografia esbatida que dá a feição característica do sítio de Fortaleza.

Apenas para nordeste e noroeste, como já foi salientado, aquele quadro apresenta-se modificado pela ocorrência dos campos de dunas.

Para nordeste, à retaguarda da Praia de Futuro, as dunas móveis ou estacionárias se sucedem constantemente de modo a dificultar a identificação do tipo predominante. Isso vai decorrer da existência ou não de revestimento vegetal e das condições de desenvolvimento da pedogênese. No período chuvoso, que se estende de fevereiro a junho, não há mobilização eólica motivada pela compactação dos grãos de areia. De julho a dezembro-janeiro, contudo, o carreamento do material é dos mais intensos.

Convém registrar que, na Praia do Futuro e circunvizinhanças, a beleza das paisagens de dunas deu ensejo a um surto de especulação imobiliária em franco processo de desenvolvimento.

Para noroeste, registra-se a ocorrência de outro campo de dunas nas proximidades da barra do rio Ceará. Nessa área, há prevalência de uma geração mais antiga e já submetida aos efeitos pedogenéticos. Com isso, estabeleceu-se um revestimento vegetal de porte maior, onde a diversificação florística já é destacável.

Tanto na Praia do Futuro como na Barra do Ceará a deflação eólica é imposta por ventos de nordeste. A orientação das dunas é feita dessa maneira em sentidos oeste e sudoeste.

Os pequenos cursos d'água que deságuam no litoral de Fortaleza, chegam a constituir planícies aluviais pouco antes de

suas desembocaduras, quando então as características são de planícies flúvio-marinhas.

O revestimento vegetal serve, aliás, como critério satisfatório para identificar um ou outro tipo de planície. Dessa maneira, quando a deposição é fluvial por excelência, há o desenvolvimento das matas galerias de carnaubais que bordejam longitudinalmente as calhas dos rios. Quando, por outro lado, os efeitos de marés se fazem sentir na elaboração das planícies flúvio-marinhas, os mangues se estabelecem. Essas áreas rebaixadas e sujeitas a inundações periódicas oferecem limitações à expansão urbana, constituindo locais preferenciais para residências de populações menos abastadas, a exemplo do que se verifica na área da favela do Lagamar.

As planícies fluviais, revestidas por carnaubais, marcam grande parte da paisagem de Fortaleza, sobretudo nos setores oriental e meridional.

Além dos rios Cocó, Ceará e Pacoti que chegam a ter parte de seus baixos cursos paralelos à costa antes de atingirem o mar por dificuldades impostas ao escoamento pelo cordão de dunas, salienta-se uma drenagem secundária insequente, digna de realce. Isso decorre dos problemas que ele acarreta por ocasião da estação chuvosa, quando os leitos de inundações se evidenciam com desenvolvimento extraordinário. Alguns cursos se acham presentemente canalizados, como é o caso do Pajeú.

São inumeráveis as lagoas formadas às custas de barragem desses pequenos riachos. Algumas delas, por sua maior extensão e beleza natural, representam áreas de preservação ambiental. Nesse particular são referíveis as lagoas de Messejana, Sapiranga - Precabura, Maraponga, Parangaba, entre outras.

Na planície flúvio-marinha do Cocó localizam-se algumas salinas de pequena produção de sal. As margens deste rio vêm sendo continuamente aterradas para a expansão dos loteamentos nes-

ta área, prejudicando os interesses de preservação paisagística.

A parte setentrional da cidade é a zona marítima por excelência.

O litoral de Fortaleza denuncia traços de uma retificação avançada e o acidente que merece maior destaque é a ponta do Mucuripe. Os efeitos da abrasão marinha sobre a mesma, são bastante atenuados face à resistência apresentada pela canga laterizada que a mantém.

Pouco ao sul da ponta do Mucuripe se situa o porto de Fortaleza, que só não chega a apresentar problemas mais agudos de assoreamento face à existência daquele acidente que contribui para a diminuição da sedimentação imediatamente a oeste da área portuária.

Cabe referir finalmente que as condições naturais não chegam a impor maiores empecilhos à expansão urbana, quer num sentido vertical, quer horizontal. Há necessidade, porém, da preservação de setores que, pela beleza paisagística, constituem reservas importantes para o lazer.

Fortaleza não conta com suficientes áreas livres de uso público. As praças são escassas, salvo raras exceções, não estão arborizadas, sendo comum serem ocupadas por edificações.

No centro da Cidade só existem duas áreas verdes (de uso público) – o Passeio Público e o Parque das Crianças - sendo precárias as condições de conservação.

As praias e lagoas, os vales dos riachos não são objetos de aproveitamento, sendo comumente estragadas com edificações. Várias lagoas e riachos já foram definidos como zona de preservação paisagística pela Prefeitura Municipal, entretanto, observa-se o contínuo processamento de aterros, prejudicando de forma irremediável a paisagem urbana.

3 Alguns Aspectos da Evolução Urbana

3.1 A implantação urbana e sua evolução

Com base na análise de documentos históricos, procurou-se abordar alguns aspectos da evolução de Fortaleza, numa tentativa de melhor esclarecer a sua expansão recente.

O núcleo de população que deu origem a cidade de Fortaleza, surgiu com as primeiras tentativas de colonização do Ceará, no século XVII.

Coube ao português Pero Coelho de Souza, a primeira iniciativa de colonizar o Ceará, aqui chegando em 1603, juntamente com a família, com o objetivo de se fixar na terra. Aqui fundou, na Barra do Ceará, o primeiro forte, denominado “Fortim de São Tiago”. Segundo consta nos documentos históricos, não houve maior expansão dessa tentativa de colonização em face da crise climática que ocorreu por volta de 1605, motivando a retirada da comitiva de Pero Coelho de Souza para Pernambuco (GIRÃO, 1971).

Por volta de 1612, chega ao Ceará o português Martim Soares Moreno, e no mesmo local onde se encontravam os restos do Fortim de São Tiago, ergueu o Forte de São Sebastião, permanecendo no Ceará até 1631 (Figura 1). Entretanto, com a volta de Soares Moreno para Pernambuco, o local foi ocupado por holandeses, sendo posteriormente, o forte totalmente destruído pelos índios.

Somente em 1649, aportou no Ceará, no local da atual praia de Mucuripe, a expedição chefiada pelo holandês Matias Beck, construindo na foz do riacho Pajeú, um Forte que denominou Schoonenborch (Figura 2). Segundo os historiadores, o motivo da escolha desse local relaciona-se com a maior proxi-

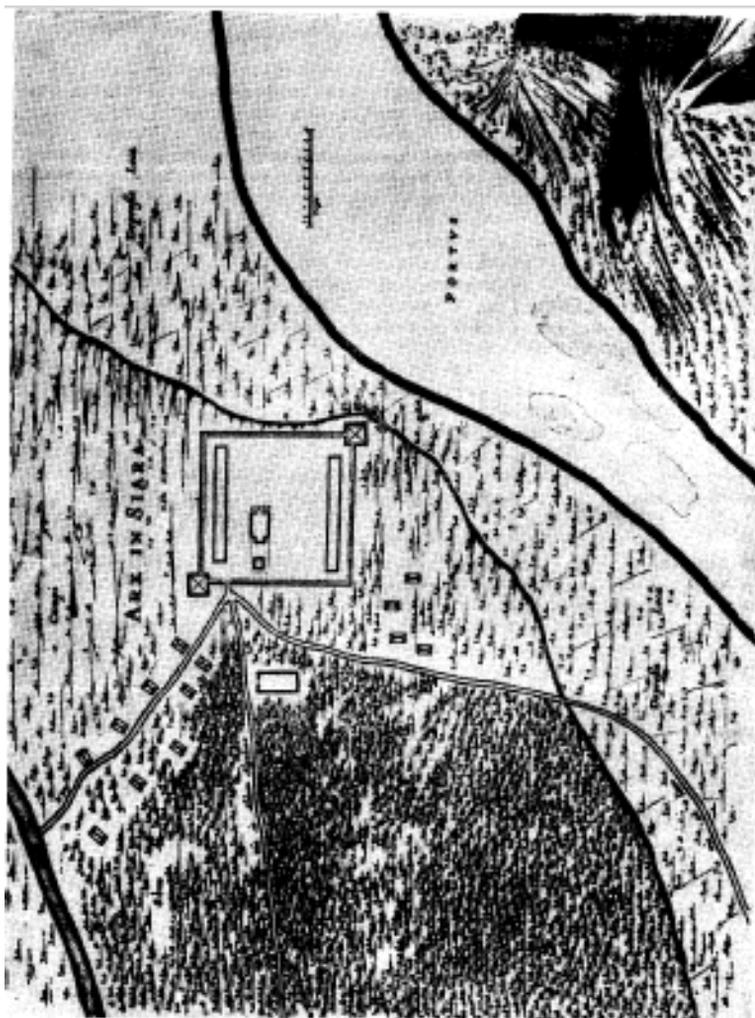


Figura 1 – ARX in Siara



Figura 2 – Forte Schoonenborch

Fonte: Pintura de Frans Post.

midade do “Monte de Itarema”, na serra de Maranguape, onde os holandeses esperavam encontrar prata. Objetivando a exploração do “Monte Itarema”, Matias Beck lançou em planta todo o trajeto de sua caminhada, apontando os acidentes geográficos aí encontrados (Figura 3).

O núcleo fundado por Beck, deu origem a Cidade de Fortaleza. Como explica o historiador Raimundo Girão,

concentração demográfica oriunda do arraial que aos poucos se justapôs ao Forte de Schoonenborch. Fortaleza é bem o tipo de uma Cidade espontânea de desenvolvimento ligado muito mais aos fatores mesológicos do que humanos crescendo ao tirante dos mais acentuados daqueles fatores – o ribeiro Pajeú com sua “água doce” o seu pequeno vale fresco as suas barrancas e as suas sinuosidades. (GIRÃO, 1959).

Entretanto, segundo alguns autores, o episódio holandês teve pouca significação com relação à evolução urbana de Fortaleza (CASTRO, 1968). Recuperadas as terras do Ceará para a Coroa Portuguesa, em 1654, durante muito tempo as povoações de Fortaleza e Aquiraz disputaram a hegemonia do território. O núcleo de Fortaleza foi elevado à categoria de vila somente em 1726, denominada Vila de Nossa Senhora da Assunção, encontrando-se nos documentos uma planta da mesma, em que estão representados os principais prédios (Figura 4).

Esta aglomeração teve pouco desenvolvimento, vivendo de sua função administrativa, inexistindo outros fatores que pudessem dinamizar o núcleo. Desta forma, com a dificuldade do sistema de comunicações, o comércio de Fortaleza era muito limitado, ligando-se mais com as serras próximas de Maranguape e Baturité.

As relações comerciais com o interior faziam-se, em sua quase totalidade, através do Vale do Jaguaribe, vindo de Icó, Lavras, até Aracati, em carros de bois, e daí eram enviados por navios a Recife.

Até 1799, ano do desmembramento da Capitania do Ceará da de Pernambuco, o algodão cearense era exportado por Recife (SOUZA BRAZIL, 1926).

Em 1810 o inglês Henry Koster, visitando Fortaleza, assim a descreve:

A Vila de Fortaleza do Ceará edificada sobre terra arenosa em formato quadrangular com quatro ruas partindo da praça e mais outra bem longa do lado norte desse quadrado. correndo paralelamente. mas sem conexão. As casas tem apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamentos n'algumas residências. Há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A Fortaleza de onde esta Vila recebe a denominação fica sobre uma colina de areia, próxima as moradas e consiste num baluarte de areia ou terra do lado do mar, uma palissada enterrada no solo para o lado da Vila. Não é muito para compreender-se a razão de preferência dada a este local. Não há rio nem cais, e as praias são más e de acesso difícil. As vagas são violentas o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa. A fundação antiga estava localizada a três léguas ao norte, sobre um pequeno riacho e só existe a ruína do Velho Forte. A costa é escarpada, determinando uma ressaca perigosa para os barcos que procuram ancoragem perto do litoral... O porto é exposto e mau. Os ventos são sempre do Sul e Leste. Fossem mais variados, e seria raro um navio chegar a costa[...] (KOSTER, 1942).



Figura 4 – A Primeira Planta de Fortaleza

Fonte: Croqui desenhado pelo Capitão- Mor Manuel Francês em 1726.

As descrições feitas pelo ouvidor Rodrigues de Carvalho, no ano de 1816, retratam Fortaleza como sendo uma “vila pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada; mas como só as imediações do termo até a serra de Uruburetama, parte do termo de Aquiraz e parte do termo da vila de Monte-mor - o Novo (Baturité) se surtem de Fortaleza, o comércio é muito menor que o de Aracati. Não há uma só casa de sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta; o tijolo, a cal e madeiras são caros e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação (GIRÃO, 1959).

Por volta de 1817, o viajante francês L. A. Tollenare comenta que Fortaleza não possui mais de 1.100 a 1.200 habitantes, o seu porto é péssimo não oferecendo as mesmas garantias que o de Pernambuco (GIRÃO, 1959).

Assim sendo, com as dificuldades dos transportes terrestres foi muito limitado o comércio durante toda a primeira metade do século XIX.

Com efeito, o crescimento de Fortaleza, no período colonial, foi muito lento, pois, apesar de ser a capital administrativa, não foram aí desenvolvidas atividades econômicas que pudessem provocar uma maior dinamização do núcleo. O porto era precário, dificultando assim o contato com outras áreas e a inexistência de estradas para o interior do Ceará, impossibilitava o maior relacionamento com as áreas de produção. Desta forma, as cidades de Icó e Aracati, localizadas no vale do Jaguaribe, em contato com as zonas de maior desenvolvimento das fazendas de gado tiveram, neste período, um crescimento mais acelerado que a capital. A este respeito assim se refere Raimundo Girão

limitando-se quase exclusivamente a riqueza econômica da Capitania à criação de gado e achando-se a vilazinha da capital numa região nada propícia à indústria pastoril outras aglomerações do interior se desenvolveram mais favoravelmente, arrebatando-lhe o cetro da primazia (GIRÃO, 1959).

Entretanto, já na segunda metade do século XIX, Fortaleza substituiu Aracati no comando das relações comerciais de boa parte do baixo Jaguaribe e do Sertão Central.

O progresso de Fortaleza foi acentuado a partir de 1866, com o estabelecimento de uma linha de navios diretamente para a capital, ao mesmo tempo em que ocorriam melhorias das vias de comunicação com o interior cearense.

Fator fundamental foi a implantação da estrada de ferro que, partindo de Fortaleza, atingia Sobral em 1882, Quixadá em 1891, Iguatu em 1910, Crateús em 1912 e o Crato em 1926, integrando a maior parte do sertão à influência da capital.

Assim, a ampliação da função comercial da capital nessa época deve-se a expansão da cultura do algodão nas serras e no sertão, e à implantação do sistema ferroviário.

Com efeito, organizando-se em Fortaleza o comércio exportador de algodão, o raio de projeção da cidade ampliou-se para além das zonas produtoras do Uruburetama e Baturité para atingir o oeste e sul do Ceará, acompanhando a própria extensão da cultura algodoeira. As relações com a capital se faziam através das casas exportadoras de algodão, as mesmas que exportavam couros e peles e importavam da Europa os mais variados artigos.

Sintetizando, pode-se verificar que transformações de ordem econômico-social e do sistema de transportes - as ferrovias no final do século passado e durante toda a primeira metade deste século, e as rodovias sobretudo a partir de 1950 - explicam a evolução de Fortaleza. As vias de comunicação vieram facilitar os contatos entre as regiões favorecendo, além das atividades comerciais, um intenso processo migratório para a capital. Este processo migratório, diretamente ligado aos problemas da economia rural do Estado, foi intensificado a partir de 1930, em parte por influência das sucessivas secas (1932, 1952, 1958 e 1970).

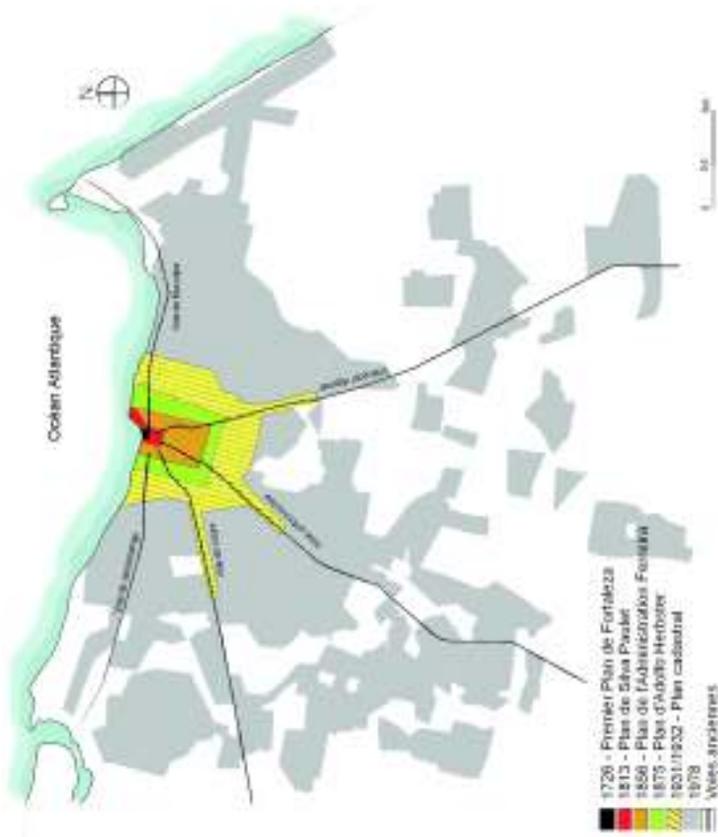
A ampliação do espaço urbano de Fortaleza foi muito acentuada a partir de 1940 como pode ser visualizado através da planta de evolução urbana (Mapa 4). O crescimento expandiu-se para oeste e para leste, além da ferrovia, através de aglutinação cada vez maior dos espaços periféricos.

3.2 Os Planos Urbanos Anteriores ao PLANDIRF

A expansão urbana de Fortaleza se deu de forma espontânea e até certo ponto desordenada, apesar da existência de alguns projetos de disciplinamento urbano encomendados pelos administradores, ainda no início do século passado.

No governo de Inácio de Sampaio (1812 -1820) foram traçadas as primeiras normas de organização do espaço urbano de Fortaleza com a elaboração da planta da cidade de autoria do engenheiro Silva Paulet. As diretrizes urbanas seguem um traçado em xadrez, adaptado a natureza relativamente plana do terreno. A planta traçada por Silva Paulet, não ia além das ruas Barão do Rio Branco e Senador Alencar (Figura 5). Também, durante este governo, foram incentivadas as letras e as artes, efetivada a reconstrução do antigo forte, em alvenaria e instalada a Alfândega. Novos edifícios públicos foram construídos como o Mercado Público (posteriormente demolido) e chafarizes em diversos pontos da vila.

Posteriormente, na administração do Boticário Ferreira, o núcleo urbano passou a contar com um maior disciplinamento no seu crescimento. Era proibida a construção de becos estreitos e ruas tortuosas no perímetro central, iniciando-se a iluminação pública da cidade à base de óleo de peixe. Nesta época, foi elaborada a primeira planta de autoria do arquiteto Adolfo Herbster (1859) em que se evidencia que a cidade se estendia para oeste até a Rua Senador Pompeu, e na direção Sul atingindo a atual



Mapa 4 – Evolução Urbana

Fonte: Maria Salete de Souza, “Fortaleza : uma análise da estrutura urbana”, in : Guia de Excursão do III Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza : AGB/DN, 1978.

Praça do Ferreira, terminando os arruamentos na Rua Pedro Pereira (Figura 6). Analisando-se esta planta pode-se verificar a localização dos edifícios públicos e os nomes das ruas e logradouros, hoje substituídos. O núcleo era, portanto, bastante diminuto, estando localizado o Matadouro, na atual Praça da Bandeira. Somente depois de longa caminhada, era possível atingir o atual Parque das Crianças.

O Senador Pompeu no seu Ensaio Estatístico publicado em 1863 calculava que a população da cidade, inclusive os subúrbios, ocupados por palhoças, seria de 16 mil habitantes. Apenas 960 casas de tijolo e telha, ocupando unicamente oito ruas “muito direitas, espaçosas e calçadas”; Mas oito eram as suas praças, “sendo notáveis três, que estão plantadas de arvoredos, existindo nelas cacimbas públicas.” (GIRÃO, 1959).

Continuando na sua importante obra de organizar o traçado urbano da capital, o arquiteto Herbster traça em 1875, uma outra planta, prosseguindo no plano de extensão em xadrez (Figura 7). Verifica-se pela planta uma preocupação com a organização física e a expansão orientada através dos traçados de loteamentos dando origem aos primeiros subúrbios. Entretanto, o crescimento da população do núcleo ainda era pequeno, sendo poucas as construções além da Rua General Sampaio e da Avenida Duque de Caxias. Para a parte Leste da Cidade, a expansão era muito pequena, salientando-se apenas as instalações próximas ao antigo porto do Poço da Draga. Este plano foi de importância fundamental para o traçado urbano de Fortaleza, servindo de base para todos os outros estudos da cidade. Posteriormente, a malha urbana projetada por Herbster foi “fracionada em setores, ordenados segundo as vias de saída da cidade todas convergentes para o núcleo central.” (CASTRO, 1968).

O sucesso do plano de Herbster, em 1875, deveu-se também, ao apoio prestado pelas autoridades com a criação do



Figura 6 – Planta Exacta da Capital do Ceará

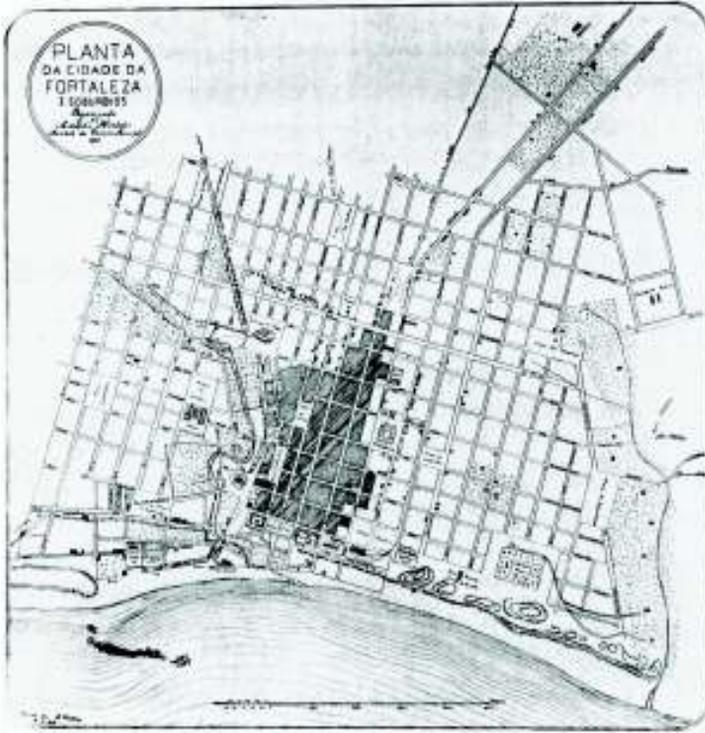


Figura 7 – Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios

Fonte: Plano de Adolfo Herbster - 1875

transporte coletivo (bonde puxado a burro), auxiliado pela primeira linha de trem, já inaugurada em 1873, que passava pela atual Avenida Tristão Gonçalves, e a implantação dos pontos de recreação como o Passeio Público. Assim é que, no último quartel do século passado é intensificada em Fortaleza uma série de melhorias que tiveram um grande impacto para o seu desenvolvimento urbano. Além da implantação da estrada de ferro, que veio reforçar a função comercial da cidade, foram inaugurados os serviços de iluminação pública, calçamento nas ruas centrais, telefones, telégrafo e cabo submarino. Ainda neste período foram realizados os primeiros projetos de construção do porto. As atividades culturais também são dinamizadas, aparecem vários jornais e fundam-se as primeiras associações culturais e sociais.

A iluminação de Fortaleza, até 1866, era feita por meio do azeite de peixe. A partir deste ano, foram utilizados os combustores à base de gás carbônico extraído do carvão-de-pedra. Outro melhoramento é a canalização d'água para o abastecimento da capital. O sistema foi inaugurado em 1867, e, apesar de sua precariedade, funcionou durante 10 anos (GIRÃO, 1959).

A planta cadastral de Fortaleza, elaborada na Administração Revolucionária de 1931/32 denota a total influência das diretrizes deixadas pelo plano de Adolfo Herbster, exceto o deslocamento da linha férrea para a atual Avenida José Bastos e o adensamento linear acompanhando os eixos de penetração para o interior (Figura 8). Este levantamento identificou o volume das unidades prediais para fins tributários, proporcionando assim, melhores condições para introdução de melhoramentos como pavimentação a concreto de grande parte do centro da cidade, prolongamento de algumas ruas e as remodelações da Praça do Ferreira com a construção da Coluna da Hora.

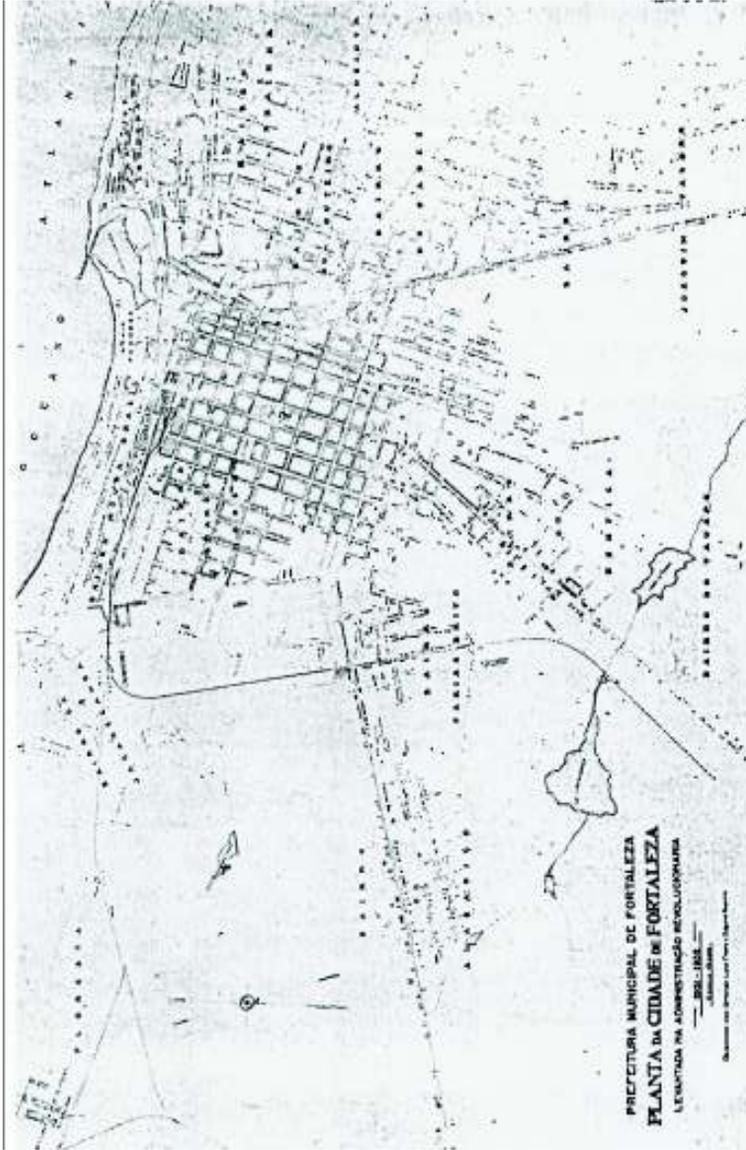


Figura 8 – Prefeitura Municipal de Fortaleza - planta da cidade de Fortaleza

A partir de então, observa-se uma maior intensificação do crescimento urbano de Fortaleza através de uma maior ocupação do seu espaço físico. Na planta urbana verifica-se que os adensamentos das construções na direção oeste atingem até a Avenida Padre Ibiapina, e, na direção sul até a Praça Clóvis Beviláqua. Na direção leste o crescimento vai além da Avenida Dom Manuel, atingindo já as imediações da Praça do Colegio Militar. Um fato novo é salientado através da densificação de construções ao longo das vias de penetração, antigos caminhos de Soure, Arronches e Aquiraz, originando as vias radiais, respectivamente, Avenidas Bezerra de Menezes - BR-222, Capistrano de Abreu - BR-020; Visconde do Rio Branco - BR-116. Desta forma associava-se à malha em xadrez um plano radioconcêntrico, que orientou a continuidade do processo de expansão urbana.

Nessa época, através da orientação do então Secretário da Prefeitura, Raimundo Girão, foi elaborado um código de postura, com a introdução de disciplinamento da construção particular, enfatizando a proibição de construção de prédios com fachadas contínuas, proporcionando assim melhor posicionamento paisagístico e preservação ecológica à cidade (CALDAS, 1974).

Posteriormente, na Administração do Prefeito Raimundo Girão (1933-34), o urbanista Nestor de Figueiredo elaborou um novo plano para Fortaleza intitulado “Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza.” (Figura 9). Este plano, embora fundamentado nas novas metodologias urbanísticas, não teve maior apoio do Conselho Municipal, que argumentava outras necessidades mais urgentes na época (CALDAS, 1974).

Referido trabalho já previa a extinção do ramal férreo da Av. José Bastos, onde hoje ainda persiste, e a abertura de vias periféricas e radiais com maiores larguras fornecendo uma forma radioconcêntrica à malha principal da Cidade.



Figura 9 – Plano de Modelação e Extensão da Cidade de Fortaleza

COLEÇÃO ESTUDOS GEOGRÁFICOS

As proposições deste plano, de certa forma, foram seguidas, como se pode sentir analisando-se a atual estrutura dos arruamentos de Fortaleza.

Em 1947, foi elaborado pelo arquiteto Sabóia Ribeiro um novo plano urbano para a cidade que, apesar de aprovado pela Prefeitura, as diretrizes propostas para ele não chegaram a ser implantadas devido a forte interferência do setor privado.

Desta forma, apesar da cidade já contar com diretrizes urbanas bem definidas, constantes dos vários planos elaborados, continuava a crescer de forma desordenada. Este fato é acentuado pelo aumento da população da capital a partir de 1940, através do contínuo processo de migração do interior do Estado. Surgem nesta época a multiplicação dos aglomerados de favelas e de crescimento desordenado na periferia, contribuindo para a dispersão da população. As datas de instalação das favelas em Fortaleza, anteriormente referidas, comprovam estes fatos.

Em face desta problemática urbana, a administração Cordeiro Neto procurou elaborar por intermédio de uma equipe coordenada pelo urbanista Hélio Modesto, um plano diretor para Fortaleza, que teve uma característica de plano integrado apresentando proposições não somente urbanísticas, mas também de conotação econômico-social e de racionalização administrativa. Este plano foi aprovado pela lei n. 2.128, de 20 de março de 1963.

Do referido plano foram adotadas parcialmente muitas proposições, tornando-se de certa forma um roteiro para o desenvolvimento urbano de Fortaleza, com o apoio das administrações que se seguiram.

Entre as propostas urbanísticas implantadas salienta-se a construção do primeiro trecho da Avenida Beira-Mar, valorizando o grande potencial paisagístico e de lazer aí existente, a

construção da Avenida Perimetral, hoje artéria básica do sistema viário da cidade e a abertura da Avenida Luciano Carneiro, facilitando o acesso ao aeroporto Pinto Martins. Por outro lado, foram elaboradas as cartas aerofotogramétricas e o Cadastro Imobiliário, objetivando melhores condições de controle e implantação das unidades urbanas com consequências positivas no crescimento da receita municipal.

Lamentavelmente não foram levadas adiante várias proposições de cunho econômico-social, tais como o incentivo à criação de centros de bairros, que teriam efeito positivo no des congestionamento da área central, além das diretrizes propostas para fazer face ao problema das favelas.

Pode-se verificar que os planos acima comentados tratam da cidade do ponto de vista físico-territorial, procurando o tratamento dos problemas urbanísticos locais tendo em vista o próprio objeto de planejamento.

3.3 O Processo de Planejamento a Partir de 1972 – Plandirf (Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza)

Considera-se a partir de 1972, uma segunda fase do processo de planejamento de Fortaleza, com o desenvolvimento do plano integrado da região metropolitana.

Com efeito, o PLANDIRF, ampliou o objeto de planejamento, com relação aos planos referidos anteriormente. Caracterizou-se pela análise integrada da cidade no espaço regional, enfatizando a complementaridade intermunicipal, com vistas à problemática de sua área metropolitana.

Este trabalho foi desenvolvido pelos consorciados SERETE S.A., S. D: Consultoria de Planejamento e Jorge Wilhelm

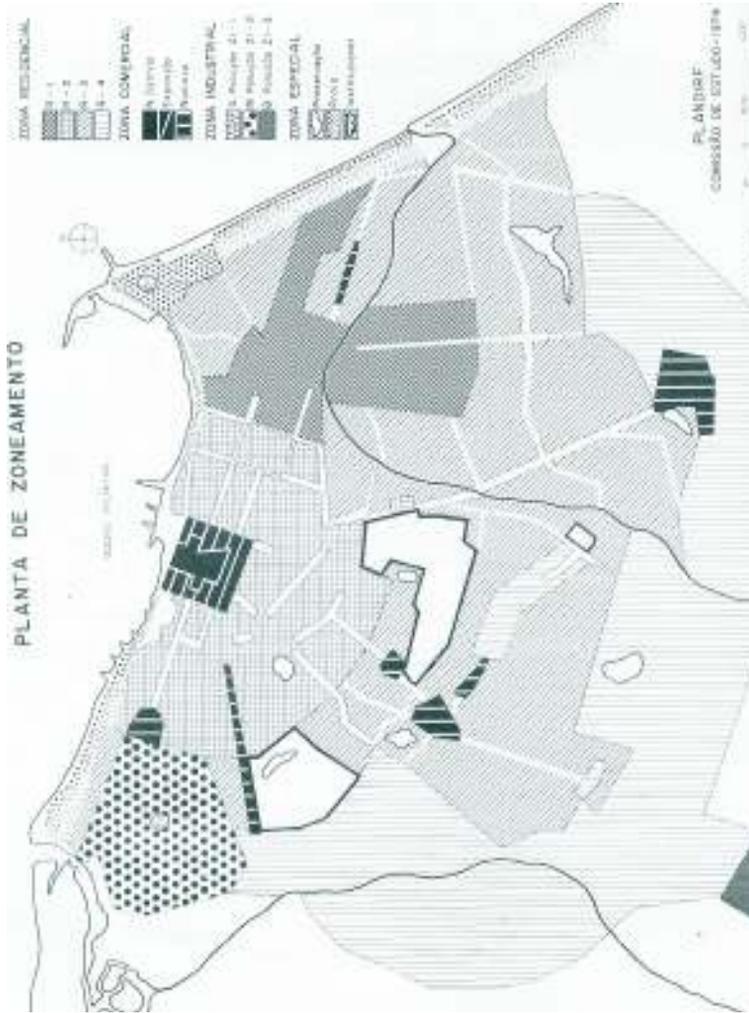
Arquitetos Associados, tendo o apoio técnico e financeiro do SERFHAU.

As proposições apresentadas envolveram, entre outros, os aspectos urbanísticos e o sistema institucional para implantação do plano. O plano urbanístico trata, fundamentalmente, do plano viário e do zoneamento do uso e ocupação. O Zoneamento proposto, em sua estratégia principal, destaca três aspectos: a descentralização comercial e dos serviços, a renovação da área central e um planejamento para a zona da praia. Foi também definido um zoneamento industrial seguindo as tendências atuais de concentração das indústrias na zona da Francisco Sá - Barra do Ceará, em Parangaba e na zona portuária. Para o Distrito Industrial foi prognosticada a implantação de indústrias de elevado índice poluidor (ver Planta de Zoneamento, Mapa 5).

Para o Sistema Viário da Cidade, foi tomada por base a superposição de duas malhas: de um lado a malha radial-concêntrica, que continua como estrutura básica, e de outro, a malha ortogonal com função de apoio ao sistema radial-concêntrico. O plano viário proposto tenta observar aspectos dos planos anteriores, procurando dar continuidade ao planejamento viário da cidade e evitar transformações radicais em áreas já intensamente ocupadas (ZENDE MELO, 1974).

Por outro lado, o PLANDIRF trata do sistema de circulação numa perspectiva mais ampla, atribuindo grande importância à Região Metropolitana e à função de Fortaleza como capital regional.

Concretizando algumas das proposições do PLANDIRF, no que diz respeito ao sistema viário, salienta-se a abertura de vias, tais como, Avenida Leste-Oeste ligando a Zona Industrial da Francisco Sá (Oeste da Cidade) à Zona Portuária, sem in-



Mapa 5 – Planta de Zoneamento de Fortaleza

terferir com o tráfego de acesso à área central; à construção das Avenidas Borges de Melo, José Bastos e Beira-Rio. Recentemente, foi construída a Avenida Zezé Diogo na Praia do Futuro que se liga ao prolongamento da Avenida Santos Dumont, e vem provocando uma grande valorização dos terrenos naquela área.

Encontra-se em andamento a construção do 4º anel viário que liga Parangaba à Avenida Perimetral, objetivando atender a demanda até o ano de 1990, numa visão mais ampla de planejamento.

Quanto ao setor socioeconômico, foram implantadas algumas proposições com vistas a uma maior integração das populações de renda baixa, como a execução dos Centros Comunitários e as primeiras tentativas de desfavelamento através da construção de conjuntos habitacionais.

De acordo com os dados analisados, verifica-se que Fortaleza apresentou acentuado crescimento populacional nos últimos trinta anos, em decorrência de um forte afluxo de migrantes. Esse crescimento vem ocorrendo sem um aumento paralelo da oferta de empregos e serviços, e, conseqüentemente, com alta percentagem de população marginalizada.

O processo de ocupação do espaço urbano vem se realizando de forma multidirecional, inexistindo eixos de crescimento que estejam orientando a expansão das funções urbanas em determinadas direções. Este fato tem provocado uma grande dispersão na ocupação do solo e a dominância das baixas densidades demográficas. A expansão da periferia urbana parece indicar a continuidade desse processo, através dos loteamentos precariamente ocupados, onde praticamente inexistem infraestruturas e serviços urbanos.

A falta de um zoneamento para as diversas funções e o baixo nível de renda da maioria da população explicam, em parte,

a organização do espaço urbano de Fortaleza onde se destaca a inexistência de subcentros.

Por outro lado, a diversificação e estruturação das funções urbanas, ainda não atingiram um nível capaz de irradiar um dinamismo econômico-social nos municípios vizinhos, que pudesse provocar a intensificação dos relacionamentos.

As relações no conjunto definido como Região Metropolitana de Fortaleza (Municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz), estão ainda longe de ser caracterizadas como dinâmicas, tendo em vista a própria estrutura ocupacional e o baixo nível de renda das populações.

Nestes municípios, é ainda diminuta a participação da população em atividades não agrícolas, como também a integração com o sistema ocupacional da capital. Assim é que, apenas no caso dos municípios de Caucaia e Maranguape, encontra-se 14% da população ocupada no setor industrial, embora se saiba que são indústrias de características mais artesanais.

Em pesquisa realizada pela SUDEC, em 1972 (Mão-de-Obra na Área Metropolitana de Fortaleza), foi constatado que apenas em Caucaia e Maranguape são mais elevados os índices de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar em Fortaleza. Em Caucaia este índice era de 21,1% e em Aquiraz apenas de 8,2%.

Por outro lado, os índices de crescimento demográfico de Fortaleza são bem mais elevados que os índices de crescimento populacionais desses municípios contíguos, caracterizando-se os mesmos como áreas de baixos índices de atração migratória.

Na pesquisa acima referida (SUDEC, 1972), foi identificado que no distrito sede de Caucaia 76,4% da população era natural da própria localidade, sendo estes índices para Pacatuba de 78,5% e Aquiraz 82,6%. Apenas em Maranguape a participação

do pessoal local era de 46,7%. Com relação à zona rural e os outros distritos municipais, a proporção de indivíduos da própria localidade era ainda mais acentuada, caracterizando-se muito mais como áreas de repulsão que de atração demográfica.

Com efeito, dos municípios citados apenas Caucaia e Maranguape apresentam indícios de participação de um processo de metropolização que ainda é bastante incipiente. Este fato deve estar relacionado à própria incipiência da industrialização em Fortaleza, incapaz ainda de provocar uma maior diversificação de funções e conseqüentemente uma maior divisão do trabalho refletindo em um espaço mais amplo.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL URBANA

José Borzacchiello da Silva

1.1 A Cidade de Fortaleza no Contexto do Ceará

A história de Fortaleza, a partir de certo momento, se confunde com a própria história do Estado. Uma enorme competição urbana foi travada entre Fortaleza e Aracati no litoral leste e em grau menor com Sobral, que mantinha seu espaço bem definido em decorrência da ferrovia Sobral-Camocim. Sobral ficou durante muito tempo sem conexão com Fortaleza, e foi o grande centro coletor de algodão e de outras matérias-primas que eram transportadas pela ferrovia até o porto de Camocim que, na condição de porto exportador não desenvolveu uma hinterlândia própria. Ao contrário, Sobral, como importante centro regional equipou o porto de Camocim, criando assim o binômio porto-cidade. Aracati, localizada próximo à foz do Jaguaribe, se desenvolveu em função do preparo da carne-de-sol, que a trans-

COLEÇÃO ESTUDOS GEOGRÁFICOS

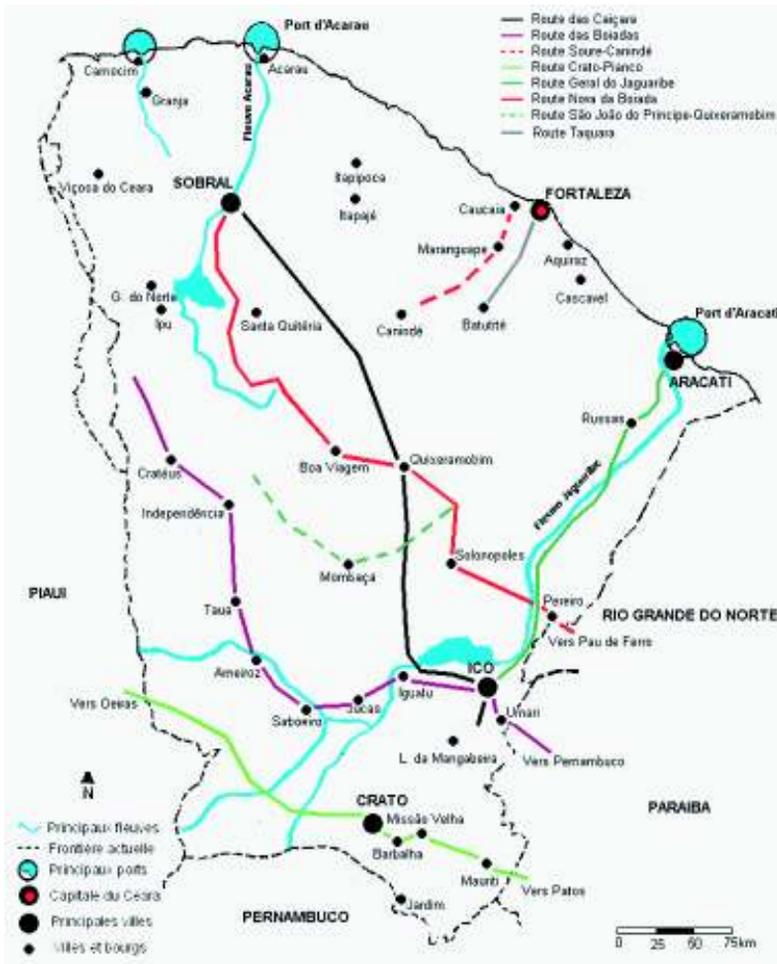
formou num dos maiores entrepostos do Estado, carreando recursos para a cidade que se traduziram em obras urbanísticas de vulto, que, ainda hoje, podem ser observadas na suntuosidade de suas igrejas e de seus casarões. No interior, Icó era o grande entreposto comercial (Mapa 6).

Assim se delineava em fins do século XVIII, a economia urbana cearense que ainda tinha, no seu extremo sul, a presença do Crato, quase que exclusivamente vinculado à economia açucareira pernambucana. O Cariri, na condição de “ilha” de umidade, possibilitou ao Crato essa integração com a economia pernambucana. Aliás, a ausência de uma economia canavieira alijou o Ceará do processo histórico que envolveu o Nordeste da Zona da Mata, o “Nordeste Canavieiro”. O Ceará, com enorme superfície sertaneja, só vai despontar significativamente no contexto histórico do Nordeste a partir do interesse do mercado externo pelo algodão nordestino, especialmente o cearense de fibra longa. O binômio gado-algodão vai ter em Fortaleza seu grande centro, em termos urbanos, assim como a cana-de-açúcar teve o Crato e a carne-de-sol teve Aracati. O algodão também fez de Sobral um expressivo centro coletor, porém não nas mesmas proporções de Fortaleza.

A construção da ferrovia para o interior através do Sertão Central (o transporte ferroviário no Ceará só é implantado no final do Império em 1890). (IPLANCE 1982, p. 49), representou a fase de acentuado crescimento demográfico de Fortaleza. A cidade já nesse tempo possuía suas dificuldades, principalmente aquelas ligadas à construção de seu porto - fator fundamental para a atividade exportadora.

A lavoura algodoeira, à proporção que se expandia, provocava a projeção de Fortaleza como centro urbano.

A análise da cidade no período colonial foi dificultada na organização das informações, a partir do objetivo deste capítulo,



Mapa 6 – Sistema de Vias e Principais Cidades no Ceará

devido à escassez de material bibliográfico que permitisse um aprofundamento maior.

Os trabalhos localizados eram praticamente de cunho narrativo e factual, razão pela qual optamos pelo trabalho “Cartografia Urbana de Fortaleza Colonial” de Castro (1982) que nos pareceu o mais rico nas informações de dados sobre a cidade naquela época. Fortaleza, grande cidade de hoje, tem sua origem no ano de 1603 (portanto há 383 anos) quando os portugueses construíram o forte de São Tiago na Barra do Ceará. Em torno do forte surgiu uma pequena localidade chamada de Nova Lisboa. Dadas as grandes dificuldades de fixação naquela área, era importante para os portugueses a criação de fortes e vilas no litoral para que, além de constituírem postos avançados de defesa do território, facilitassem a conquista do interior. Em 1612, Martin Soares Moreno - cantado na literatura como o “guerreiro branco” de Iracema, constrói o Forte de São Sebastião no local das ruínas do antigo Forte de São Tiago.

Só em 1649 é que Matias Beck funda o povoado que daria origem a atual Fortaleza. No morro chamado Marajaitiba foi construído o Forte Schonenboorch, atual Fortaleza (de N. Sra. da Assunção).

O pequeno núcleo foi elevado à categoria de Vila pela Carta Régia de 1726, com nome de Fortaleza de N. Sra. da Assunção. Apesar do título de Vila, Fortaleza não passava de um acanhado núcleo e suas edificações (poucas e pobres) se localizavam junto ao riacho Pajeú.

A partir do desmembramento da Capitania (1799), o Ceará se tornou independente da Capitania de Pernambuco. Fortaleza a partir de então intensifica a atividade exportadora do algodão. Esta atividade assume um papel de destaque para a Vila, constituindo a base de sustentação do grande empório comercial e elevada à categoria de Cidade em 1823, recebe o nome de Fortaleza de Nova Bragança. Nesse período, a cidade

se espalhava pela área do atual Poço da Draga, Francisco Sá e Marechal Deodoro.

O algodão passa a ser cultivado em maior escala no Ceará a partir dos conflitos internos nos EE.UU (Guerra de Secessão), o que vai provocar a expansão da cidade ampliando seu raio de ação para o interior.

À medida que se expande a produção algodoeira, a cidade fortalece sua economia e aumenta sua área urbana.

A planta do levantamento cadastral de Fortaleza de Nova Bragança de 1856, realizada por Manoel do Rego Medeiros, mostra aspectos da área construída e denominação antiga das Ruas: Rua da Palma, atual Major Facundo; Rua Formosa, atual Barão do Rio Branco; Rua Amélia, atual Senador Pompeu; Praça Municipal, atual Praça do Ferreira; Praça da Carolina - corresponde à área hoje ocupada pelos seguintes edifícios: Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Palácio do antigo Forte Comércio.

No período de 1866 em diante, Fortaleza passa a ser ligada com o Rio de Janeiro e com a Europa através da criação de linhas de navios a vapor. Nesse período é criada a rede de iluminação pública e através de suas funções comerciais, a cidade apresentava um movimento superior a Aracati - sua maior rival até então.

No século XIX, a Vila contava com um sistema de canalização d'água (1867) e possuía um sistema de transporte ferroviário que, partindo da capital em direção ao interior, vai provocar o aceleração das relações do sertão com o litoral, via Fortaleza, o que, sem dúvida, foi muito importante para a cidade.

Em 1875, segundo planta de Adolfo Herbster, Fortaleza se expandiu em termos de espaço efetivamente ocupado, até as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel. Essas vias, introduzidas por Herbster, tornaram-se as principais da área central (Figura 7).

De acordo com o Anuário do Ceará (1975):

No dia 1º de julho de 1873 eram assentados os primeiros trilhos da Companhia Cearense de Via Férrea de Baturité. Nessa fase inicial, as obras de nossa ferrovia se desenvolveram com tamanha rapidez que, transcorridos apenas 33 dias, já a locomotiva Fortaleza era posta a rodar sobre os trilhos, percorrendo por cinco vezes consecutivas o trecho que se estendia da Estação Central até a parada de Xico Manoel. Mas, não obstante o êxito da experiência, somente no dia 14 de agosto daquele ano eram liberados para o tráfego os 7 km e 2 m da subseção que ia de Fortaleza a Parangaba. A inauguração dessa primeira etapa de nossa rede ferroviária se dava a 29 de setembro de 1873.

No período de 1880 a 1926 Fortaleza intensificou mais sua ação sobre o interior, com a expansão da rede ferroviária que vai atingindo as mais distantes localidades do sertão como Baturité, Quixadá, Crato, Sobral e Crateús.

A expansão ferroviária no Ceará a partir de Fortaleza aumentou, consideravelmente, a função comercial da cidade. Dessa forma, o seu raio de ação ampliou-se para além das zonas produtivas de Uruburetama e Baturité, para atingir o Oeste e Sul do Estado, isto é, acompanhando a própria expansão da cultura algodoeira.

A ferrovia assume importância fundamental para o processo de organização do espaço da cidade a partir das relações mantidas entre Fortaleza e o interior. Nessa época já existiam caminhos que partiam da capital para outros pontos do Estado. Dentre eles destacavam-se os de Parangaba, Soure e Messejana, que ligavam-se a Vila de Nossa Senhora da Assunção (Fortaleza). Essas vias assumiram importante papel na organização do espaço de Fortaleza (localização e disposição dos bairros). Hoje esses antigos caminhos compreendem as atuais Avenida João Pessoa (caminho de Parangaba), Av. Bezerra de Menezes com o prolongamento da BR 222 (caminho do

Soure) e Av. Visconde do Rio Branco que se prolongou com a BR 116 (caminho de Messejana).

Essas vias de penetração já tinham significado no passado, visto que a ferrovia só cobria parcialmente o território cearense. Foi sem dúvida de capital importância o advento dos caminhos, embriões das atuais rodovias, responsáveis pela maior parte do transporte realizado no Estado. (Mapa 6).

As vias de acesso orientam e dimensionam o crescimento de Fortaleza. À proporção que aumentava a população da cidade, surgiam novos bairros ao longo dela, principalmente da ferrovia.

Em fins do século XIX e início do XX (1880-1926), Fortaleza recebeu vários serviços urbanos como o de transporte coletivo, bondes puxados a burro – caixas postais, além da instalação de cursos superiores de Direito, Farmácia, Odontologia e Agro-nomia. Também, nessa época, é instalado o primeiro cinema na cidade (1907) e o Theatro José de Alencar (1910).

Na época, durante a gestão de Ildefonso Albano, há sensíveis mudanças na cidade com a retificação do alinhamento das casas para o alargamento das ruas e a instalação dos bondes elétricos (1914).

A planta cadastral de Fortaleza, realizada na administração revolucionária 1931/32 (Figura 8), sofre grande influência do plano de Adolfo Herbster, com exceção do deslocamento da linha férrea para a atual Av. José Bastos, até então o leito ferroviário seguia pela Av. Tristão Gonçalves até atingir a atual José Bastos.

A partir da década de 1930, Fortaleza acusa um crescimento demográfico elevado que se reflete no aumento de sua área urbana. Contudo, a expansão da cidade a partir do aumento da população, não gerou a ampliação relativa à infraestrutura urbana, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, rede de esgotos, transportes coletivos, etc.

Esse “crescimento” de forma espontânea e desordenada, deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 1930 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954).

As favelas se proliferaram a partir de 1930 devido ao aumento no fluxo migratório. No período de 1931-32 - conhecido como “Administração Revolucionária”, tendo à frente o Prefeito Cel. Tibúrcio Cavalcante foi realizada uma planta cadastral da cidade de Fortaleza, como resultado do levantamento dirigido por Raimundo Girão. Nesta planta observava-se a implantação do projeto de arruamento de Adolfo Herbster proposto em 1875. Além do arruamento, a planta revelou a progressiva separação das quadras com edificações.

A partir de 1932, Fortaleza passa por um período mais dinâmico, quando é bem intenso o crescimento urbano da cidade. Isso é revelado pela maior ocupação do seu espaço físico. Os maiores adensamentos da época ocorrem na direção Oeste, chegando até a Av. Padre Ibiapina. Cabe observar que já há algum tempo o crescimento de Fortaleza se orientava para aquela direção.

Lentamente, Fortaleza foi se destacando entre as cidades do Ceará. Só recentemente alcança a posição que ela ocupa hoje entre as cidades brasileiras. Para Maria Salete de Souza (1978, p. 65).

Os resultados censitários a partir de 1840, demonstram o rápido crescimento da população de Fortaleza. Assim, o município, de acordo com o Recenseamento de 1950, apresentou um acréscimo populacional de 49.9%

em relação à década anterior. Nos decênios seguintes, 1950/1960 e 1960/1970, os índices de crescimento foram, respectivamente 90,0% e 66,0%. Fortaleza posiciona-se, dessa forma, entre as capitais do Nordeste que vêm apresentando maiores índices de crescimento.

A cidade foi aos poucos se estruturando, conquistando espaço no sertão, em decorrência do algodão e de outros produtos, e se firmando como centro coletor de produção primária. A ferrovia e, posteriormente, a abertura de rodovias, provocaram a integração de Fortaleza com outros Estados da região e do país. Foi a partir dessa integração que ela se tornou foco de atração da população migrante. Seu crescimento demográfico acentuado, como vem ocorrendo nos últimos anos, tem vínculos íntimos com os longos períodos de estiagem que atingem o Ceará e, sobretudo com a estrutura fundiária vigente, que tem suas bases na grande propriedade dedicada à criação de gado. Sabe-se que esta atividade dispensa cada vez mais a mão-de-obra utilizada. Nos longos períodos de estiagem há uma redução significativa dos rebanhos cearenses, provoca tanto pelos altos índices de mortalidade ocasionados pela falta de pastagens e longos deslocamentos do gado em busca d'água, até a completa remoção de seus rebanhos por parte de alguns criadores que transferem seus animais para lugares mais seguros, livres da seca. Tanto os fatores de ordem climática, seca ou cheia, quanto os sociais, fundamentalmente a estrutura fundiária, dificultam, cada vez mais, a fixação da população no interior. Decorre desses fatos, dentre outros, o aumento dos fluxos migratórios para a capital (Tabela 1) que aparece como uma das poucas alternativas de sobrevivência para essa população despossuída e sem rumo.

Tabela 1 – Região Metropolitana de Fortaleza Crescimento da População dos Municípios Metropolitanos, 1940 -1980

ESPAÇOS	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RECENSEADA							
	1950/1940		1960/1950		1970/1960		1980/1970	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Aquiraz	3.441	16,8	2.722	11,4	6.108	23,0	13.107	40,1
Caucaia	7.750	25,8	4.740	12,5	12.555	29,5	40.089	72,7
Fortaleza	89.984	49,9	244.649	90,6	357.884	69,5	466.091	53,4
Maranguape	2.373	6,1	4.620	11,1	14.417	31,2	32.180	53,1
Pacatuba	1.467	7,9	4.468	22,4	7.724	31,6	10.848	33,7
Região Metropolitana de Fortaleza	105.015	36,4	261.199	66,4	398.688	60,9	562.315	53,4

Fonte: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1980 – Ceará.

A tabela revela a importância que o saldo migratório significa para Fortaleza. Nesse período observado (1940/1980) ele foi sempre superior a 60,0%. A escolha da cidade pelo migrante está vinculada à proximidade de Fortaleza, mas também à ausência de garantia de emprego no Centro-Sul, principal foco de migração das últimas décadas. O contexto de crise em que está inserida a economia do país e que atingiu sobremaneira os maiores centros industriais, contribuiu, sem dúvida, para engrossar as correntes migratórias em direção às cidades nordestinas e, no caso cearense, especialmente para Fortaleza. Além da crise geral na indústria, a construção de grandes usinas hidrelétricas como Itaipu e Tucuruí, significaram o término do período das “grandes obras” do governo brasileiro, que absorviam parte representativa da mão-de-obra migrante. Por esta razão,

chama mais atenção ainda o fato de Fortaleza ter cada vez mais sua população acrescida. Não existe na cidade um setor industrial de grande porte; em Fortaleza trata-se de pequenas e médias empresas industriais que não têm condição de absorver o fluxo de migrantes que flui anualmente em direção à cidade. Embora o setor acuse um constante crescimento, este, nem de longe, acompanha os índices de aumento da população economicamente ativa, sobretudo a partir da criação da SUDENE. Segundo o Censo Demográfico de 1970 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a participação da população economicamente ativa (PEA) na Região Metropolitana de Fortaleza era a seguinte:

Tabela 2 – Região Metropolitana de Fortaleza - participação da População Economicamente Ativa - PEA

ANOS	SETORES		
	Primário %	Secundário %	Terciário %
1970	13,0	22,8	64,3
1978	7,45	29,96	62,57

Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 1970 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE 1978

Nota-se nitidamente reduções sofridas pelos setores primários e terciários, sendo que o primeiro foi o que teve maior diminuição, tendo passado de 13,0% em 1970, para 7,45% em 1978. Esta redução pode ser explicada pelo crescente aumento da área urbana da região metropolitana, como também pelo fato de grande parte das terras dos municípios que compõem a região metropolitana serem consideradas como urbanas, recolhendo imposto territorial urbano e não mais Imposto do INCRA. Essa passagem do rural para o urbano, aprovada por quase todas as Câmaras Municipais, representa um mecanismo utilizado pelas municipalidades para arrecadar um pouco mais, evitando, dessa

forma, que suas terras recolham impostos federais. Esta prática, no entanto, provoca o parcelamento desordenado do espaço municipal, mesmo que esses lotes não venham a ser ocupados tão cedo. Na verdade, a partir do momento que parte substancial dos municípios fica contida em áreas que, apesar de eminentemente rurais, estejam classificadas como urbanas, ela perde toda a importância como uso agrícola. Quem se arriscaria a pagar impostos tão altos para fins agrícolas? A partir dessa alteração da legislação sobre o uso da na Região Metropolitana de Fortaleza, surgiram os mais longínquos loteamentos, na maioria das vezes, desprovidos de infraestrutura básica, porém, lançados com as mais modernas técnicas promocionais. Durante o lançamento, o aspecto deles é o melhor possível. Entretanto, logo após a venda dos lotes, ficam numa situação de abandono, de tal forma que resumem novamente todas as características de áreas rurais. Noutros, mais próximos da malha de expansão urbana de Fortaleza ou de municípios contidos na região metropolitana, o alargamento dessa malha é representado pela incorporação de loteamentos periféricos, na maioria das vezes clandestinos, ocupados pelo sistema de autoconstrução. Nesses loteamentos ocorrem, na maioria das vezes, a fixação do homem do campo recém-chegado à cidade. O modelo dominante de organização do espaço reflete o tipo de parcelamento e o tipo de uso do solo que é feito. Lotes pequenos, principalmente de testada, que na maioria das vezes não ultrapassa 7 metros, vão provocar constantes problemas sanitários. O tamanho exigido dos lotes resulta na perfuração de poços ou cacimbas e fossas muito próximos uns dos outros, o que conduz à contaminação da água utilizada para fins domésticos. Em loteamentos de melhor padrão, encontram-se chafarizes ali instalados a partir de reivindicações de moradores, por meio de abaixo-assinados encaminhados à prefeitura. As habitações meio se caracterizam pelo aspecto incabado que apresentam, dando sempre a impressão que estão em

fase constante de construção, seja pelas ampliações que lhes são feitas, seja pela presença de material de construção nos quintais. Na faixa contida entre os loteamentos e a malha urbana efetivamente ocupada e dotada de melhores condições infraestruturais, ocorrem mais uma vez os vazios urbanos que constituem as áreas de “pousio urbano”, ou seja, espaços que atuam como reserva de valor para a especulação imobiliária. Assim, o abastecimento agrícola e hortifrutigranjeiro da cidade fica por demais prejudicado, pois terras que deveriam compor o chamado “cinturão verde” ou mesmo as “manchas verdes” de agricultura permanecem desocupadas, acumulando valor a partir desse processo de urbanização. Por certo, sua ocupação não só atenuaria certos problemas ligados ao abastecimento, como também poderia diminuir o índice de desemprego que ocorre na Região Metropolitana de Fortaleza.

O homem do campo, que se desloca em busca de melhores condições de vida na cidade, quando chega, é logo “expulso” para as periferias urbanas, ficando numa situação idêntica, ou pior, que a anterior. O quadro sobre a PEA é bem expressivo quando mostra essa diminuição sofrida pelo setor primário. Quanto ao setor secundário, que apresentou um crescimento de 7,16%, este nem sempre indica a realidade que está contida nessa situação de crescimento. Uma observação acurada na situação do emprego industrial em Fortaleza e sua Região Metropolitana revelará que parte substancial dessa mão-de-obra ocupada é constituída, essencialmente, pela mão-de-obra feminina em pequenas indústrias de confecções ou aquelas ligadas ao artesanato. Na maioria das vezes esses estabelecimentos, mesmo classificados como fabris, não representam os requisitos necessários para serem considerados como “indústrias” propriamente ditas.

O terciário é aquele setor da economia que emprega maior volume de mão-de-obra na Região Metropolitana de Fortaleza, embora tenha sofrido pequena diminuição no período de 1970/1978. É o

setor que vem surgindo como o mais importante na composição da mão-de-obra total ocupada dos países capitalistas mais adiantados ou desenvolvidos, o que revela a mecanização do setor primário e a robotização ou automação do setor secundário, permitindo um maior número de pessoas disponíveis para o setor terciário. No caso específico do Brasil e especialmente do Ceará, o setor secundário surge ainda como aquele capaz de absorver maior contingente de mão-de-obra, fazendo com que a luta pela instalação de indústrias se trave em níveis de grande competição, principalmente entre os Estados nordestinos, onde a indústria significa progresso e desenvolvimento. Daí a explicação para o fato de ter ocorrido a diminuição do terciário na Região Metropolitana de Fortaleza, quando o fluxo normal de utilização de mão-de-obra no mundo, mostra a ampliação desse setor. O contexto de crise que atinge o país nos últimos anos explica também, em parte, essa retração do setor terciário. A crise que se abate sobre a economia brasileira vem atingindo principalmente o consumo e os serviços, estes contidos no setor terciário.

Em tempos recentes, a retratação da economia brasileira atingiu toda nossa sociedade e o surto de industrialização pelo qual passou o país provocaram alterações substanciais nas relações campo-cidade. Uma nova reordenação território-espacial deu-se principalmente devido ao arranjo espacial urbano que passou por transformações rápidas. Este, por sua vez, alterou a estrutura hierárquica das cidades brasileiras e redefiniu zonas agrícolas, expansão das fronteiras agrícolas, anexação de novas áreas de colonização, novos polos minerais, como também áreas de extrativismo vegetal, em partes do país até pouco tempo inexploradas. A industrialização surge como fato mais importante dessas alterações ocorridas na vida brasileira. A velocidade com que o país passou de “eminente” agrícola para o industrial, inseriu no contexto espacial brasileiro mudanças tão rápidas que, em muitos casos, passavam despercebidas. A população urbana, brasileira, nordestina e cearense, aumentou sensivelmente nestes últimos quarenta anos, o que pode ser visto na tabela seguinte:

Tabela 3 – População Residente no Brasil, Nordeste e Ceará Segundo a Situação de Domicílio, período: 1940/1980.

PAÍS, REGIÃO E DOMICILIAR.	ANOS												
	1940		1950		1960		1970		1980				
	Nº. ABSOLUTOS	%	Nº. ABSOLUTOS	%									
BRASIL	TOTAL	41.236,315	100	51.944,397	100	70.070,457	100	93.135,037	100	119.098,992	100		
	URBANA	12.880,182	31,23	18.782,091	36,15	31.303,034	44,67	52.084,984	55,90	80.479,195	67,57		
	RURAL	28.356,133	67,77	33.161,506	63,85	38.767,423	55,33	41.064,053	44,10	38.619,797	32,43		
NORDESTE	TOTAL	14.434,080	35,00	17.973,413	34,60	22.181,880	31,65	28.111,927	30,18	34.861,907	29,27		
	URBANA	3.381,173	23,42	4.744,808	26,39	7.516,500	33,89	11.752,977	41,81	17.585,618	50,44		
	RURAL	11.052,907	76,58	13.228,605	73,61	14.665,380	66,11	16.358,950	58,19	17.276,289	49,56		
CEARÁ	TOTAL	2.091,032	5,07	2.695,450	5,18	3.296,366	4,70	4.361,603	4,68	5.294,876	4,44		
	URBANA	475,028	22,72	679,604	25,21	1.098,901	33,34	1.780,093	40,81	2.814,235	53,15		
	RURAL	1.616,004	77,28	2.015,846	74,79	2.197,465	66,66	2.581,510	59,19	2.480,641	46,85		

Fonte: FIBGE – Crescimento e Distribuição da População Brasileira – 1940/1980 TAS;

1) O percentual da população total é sempre em relação ao Brasil;

2) O percentual da População urbana e rural é em relação ao Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente.

COLEÇÃO ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Este crescimento acelerado da população urbana do país revelou, também a concentração dessa população nas grandes cidades, provocando um grande hiato entre as pequenas e grandes cidades brasileiras. Segundo documento da CNBB, em 13 concentrações urbanas do país moram 32% da população total, que representam metade da população urbana (CNBB 1982, p. 6). Destaca-se que parte da população urbana é constituída de população de baixa renda que ocupa espaços mínimos nas cidades. Daí a complexidade da distribuição da população brasileira que, apesar da imensa vastidão do território nacional, vê-se comprimida em espaços urbanos e vivendo muitas vezes sob precárias condições de vida. Aqui não se pretende estabelecer critérios de valor quanto à qualidade de vida do homem brasileiro, no sentido de se estabelecer o que seria melhor - a vida no campo ou na cidade. O que se questiona são as condições de vida desse contingente significativo da população que se dirige às cidades.

Esses deslocamentos estão ligados à questão de acesso à terra no Brasil, além de fatores vinculados às estruturas fundiárias e agrárias que dominam o campo brasileiro. O processo acentuado de industrialização conhecido pelo país, se cotejado com os movimentos migratórios para as cidades contém, no seu bojo, explicações para esses fenômenos. O avanço das relações capitalistas no espaço brasileiro está embutido no crescimento econômico que se instaurou no país, especialmente a partir da segunda metade do século. A cidade, *locus da* concentração do capital, privilegiada pela presença da indústria vai cada vez mais se contrapor ao campo (MOREIRA, 1981, p. 101).

A partir da concentração da população em grandes cidades é que se estabelecem as bases para a hierarquia urbana brasileira. Dentre as 13 concentrações urbanas brasileiras, a maioria é constituída de capitais de Estado que, através dessa condição, transformam-se em magníficos polos de atração para a popula-

ção interiorana, que busca nas estruturas administrativas dos Estados da Federação, novas oportunidades de emprego. Fortaleza não foge à regra e, poderíamos afirmar que o Estado é o grande empregador no Ceará no setor de serviços.

A tabela revela a importância do Estado como empregador. Este fato, entre outros, tem provocado um rápido crescimento da população da cidade que vem adquirindo velocidade bem maior do que o verificado no Estado como pode ser observado na tabela 4:

Tabela 4 – Composição do Emprego por Subsetor de Atividade, estado do Ceará-1983

ESPECIFICAÇÃO		
Subsetor da Atividade	Total de Empregos	Participação Percentual
Indústria	77.010	19.62
Construção Civil	15.161	3.86
Comércio	50.273	12.81
Serviços	98.110	25.00
Administração Pública Direta e Autárquica	137.215	34.97
Agricultura e Criação Animal	5.891	1.50
Outros	8.786	2.24
Total	392.446	2.24

Fonte: RAIS/83 – SINE/CE

Considerando que a indústria, ou seja, o processo de industrialização não ocorreu aqui no Ceará com as mesmas características evidenciadas na região Centro-Sul do país, logo não há emprego industrial suficiente para esse percentual significativo

da população que se desloca para Fortaleza. Mesmo em âmbito de Nordeste, são bem maiores e mais implementados os parques industriais de Recife e Salvador do que o de Fortaleza. A indústria só assume significado econômico, político e social, a partir da intervenção oficial do Nordeste de uma forma mais agressiva, com a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Essa implantação de desenvolvimento capitalista no Nordeste dá-se via utilização de dedução do imposto de renda para as empresas que investem na região. Essa ação completou a integração do Nordeste à economia nacional (OLIVEIRA, 1981, p. 21).

Tabela 5 – População do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza, período de 1890 a 1989 (números absolutos e crescimento intercensitário)

ANOS	CEARÁ	CRES. INTERCENS.	FORTALEZA	CRES. INTERCENS.
1890	805,687	-	40.902	-
1900	849.127	5,38	48,369	18,2
1920	1.319,228	55,3	78,536	62,2
1940	2.091,032	58,5	180,185	129,4
1950	2.695,450	28,9	270,169	49,9
1960	3.337,856	23,8	514,813	90,5
1970	4.491,590	34,5	857,980	66,6
1980	5.380,432	19,7	1.308,919	62,5
1989	6.401,245	23,4	1.763,546	84,2

Fonte: Dados para o Ceará, período de 1890 a 1970 – Sinopse preliminar do 8º Recenseamento Geral - Ceará e Anuário Estatístico do Brasil, 1976. Dados par Fortaleza, período de 1890 a 1970 - Sinopse Preliminar do 8º Recenseamento Geral. Dados para 1980: Sinopse Estatística do Brasil- 1981. FIBGE. Dados de 1989 – Estimativa IBGE- 01/07/1989.

Se por um lado, a execução da política a partir da indústria, resulta num deslocamento maciço da população do campo para as cidades, por outro lado provocará também o surgimento de imensos bolsões de pobreza no interior, em torno dos núcleos urbanos médios e mesmo pequenos. A ocorrência de relações tradicionais de trabalho mantidas no campo nordestino vem passando por mudanças significativas como assinala Carvalho:

As noções de “obrigações e favores” que orientavam as relações entre parceiros-moradores e proprietários estão sendo progressivamente substituídas pelas noções de “direitos” e “deveres” e, portanto, assumindo caráter mais impessoal. O avanço da monetarização da economia no sertão, que a expansão do “crédito institucional” propiciou, determina que a coerção extra-econômica que caracterizava as relações tradicionais perca a sua importância. O palco onde se desenrolavam e resolviam todas as questões entre moradores e donos da terra tende a se deslocar da “fazenda” para a sede dos sindicatos e, em última instância, para os tribunais, revelando as rachaduras de uma organização social em que o “direito” advindo da propriedade da terra era limitado, estendendo-se às coisas e às pessoas. A explicitação legal da função social da terra, invocada com frequência pela Igreja e pelos sindicatos rurais na legitimação da defesa dos direitos dos trabalhadores, exemplifica as mudanças em curso. (CARVALHO, 1985, p. 5)

Esse processo não é dominante, pois a agricultura nordestina mantém características de subsistência em grande parte da superfície sertaneja o que explica, em parte, as condições miseráveis do homem do campo.

As jornadas são longas, ultrapassando muitas vezes mais de 10 horas de trabalho, pagas com salários irrisórios. As pequenas propriedades dão lugar às lavouras de subsistência cada vez em

menor escala, visto o avanço do capital no campo, possibilitando a expansão da monocultura canavieira, cajueira ou outra cultura comercial. As lavouras de subsistência perdem cada vez mais a possibilidade de empregar mão-de-obra, além de apresentarem alto índice de desgaste do solo devido ao tamanho exíguo que impede que seja realizada a rotação de terras (ANDRADE, 1980, p. 202).

Estes fatos, dentre outros, contribuem para que ocorra o constante abandono das terras, principalmente das pequenas propriedades, o que é agravado quando têm início os longos períodos de estiagem. A concorrência da agricultura capitalista do Sudeste também concorre para o enfraquecimento das lavouras nordestinas. As velhas práticas agrícolas, as relações de produção calcadas na extrema exploração da força-de-trabalho parecem combinadas com uma estrutura ágil e moderna que se instalou no Sul do país. A atividade agrária é complementada com o extrativismo vegetal que constitui forte elemento na composição da renda das famílias interioranas. A atividade pode ser a cata de castanhas de caju que são geralmente compradas pelos “bodegueiros” que atuam como agentes informais das empresas castanheiras que beneficiam e exportam o produto. Fortaleza concentra a maior parte das empresas castanheiras e compra o produto em todo o Nordeste. Em menor escala, ocorre a coleta de frutos da oiticica e corte de folhas de carnaúba principalmente para extração de cera. Essas atividades de coleta já não exigem que os trabalhadores a elas dedicados permaneçam residindo no campo para praticá-las. O fato de estarem residindo no campo ou na cidade não impede que as mesmas sejam feitas. Como são atividades temporárias, só realizadas em determinados períodos do ano, os coletores mesmo residindo nas cidades continuam a executá-las. A maioria dos proprietários praticamente impede que os antigos moradores permaneçam nessa condição. Se no campo a realidade nordestina, especialmente a cearense, se apresenta dessa forma, a indústria, por sua vez, tida como a “mola propulsora” do desenvolvimento, não

assume grandes proporções em Fortaleza (Tabela 6). Aliás, mesmo guardando sua singeleza, a indústria no Ceará encontra na capital o seu maior centro. As atividades industriais, ao lado do comércio e serviços de toda a ordem mantidos por Fortaleza, para um vasto espaço que ultrapassa os limites estaduais, explicam em muito a concentração demográfica em torno da capital.

Oliveira, analisando a ação da SUDENE e seus efeitos na economia do Nordeste, estabelece a seguinte relação a partir da criação daquele órgão.

A exportação de mão-de-obra para outras regiões do país não cessou, mas sua tendência se inverteu; é a migração dentro do próprio Nordeste que hoje é mais importante, como se houvesse um represamento invisível a obrigar as pessoas a permanecerem na região.

No passado, o excedente populacional se convertia em reserva de força-de-trabalho fora da região; agora, essa conversão se dá maciça e fundamentalmente dentro da região. Sendo a região agora importadora de capitais, a exportação de mão-de-obra pode declinar, não por qualquer correlação mecânica entre as duas ordens de fatores, mas simplesmente porque tende a haver uma equalização da forma de reprodução da força-de-trabalho entre as duas principais regiões da economia nacional: em teoria, chama-se isso de mercantilização da força-de-trabalho. (OLIVEIRA, 1981, p. 21-22).

Essa condição da região como importadora de capitais do Centro-Sul do país, o que possibilita sua industrialização e, conseqüentemente, concentração de migrantes em torno dos centros industriais, ocorre também no Ceará. A concentração é de tal ordem, que altera acentuadamente a distribuição da população e resulta na elevação dos índices de Fortaleza, com relação à composição da população dos municípios contidos na Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 6 – Fortaleza – evolução do número de estabelecimentos, segundo os gêneros de indústria, 1960 -1975.

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		
	FORTALEZA		
	1960	1975	VARIAÇÃO (%) 1975/1960
Extração e Minerais	3	1	-66,7
Produtos de Minerais não Metálicos	36	92	60,8
Metalúrgica	15	59	74,6
Mecânica	5	41	87,8
Material Elétrico e de Comunicação	1	18	94,4
Material de Transporte	3	15	80,0
Madeira	20	54	63,0
Mobiliário	19	71	73,2
Papel e Papelão	1	8	87,5
Borracha	3	11	72,7
Couros e peles, artefatos para viagem	8	7	-12,5
Química	15	51	70,6
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	7	5	-28,6
Produtos de perfumaria, sabões e velas.	9	14	35,7
Produtos de Materiais Plásticos	-	8	-
Têxtil	16	58	72,4
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos.	26	115	77,4
Produtos Alimentares	84	222	62,2
Bebidas	3	9	66,7
Fumo	1	1	0,0
Editorial e Gráfica	31	76	59,2
Diversos	11	24	54,2
Atividades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial	-	21	-
TOTAL	317	981	67,7

Fonte: IBGE - Censo Industrial - 1960 - Ceará – Censo Industrial - 1975 - Ceará

Tabela 7 – Região Metropolitana de Fortaleza. População Recenseada nos Recenseamentos Gerais a partir de 1940 (valores absolutos e relativos)

MUNICÍPIOS	CENSOS									
	19940 Absol.	%	1950 Absol.	%	1960 Absol.	%	1970 Absol.	%	1980 Absol.	%
Aquiraz	20.429	7,08	23.870	6,06	26.592	4,06	32.700	3,10	45.807	2,84
Caucaia	30.082	10,42	37.832	9,62	42.572	6,50	55.127	5,23	95.216	5,89
Fortaleza	180.185	62,48	270.169	68,67	514.818	78,65	872.702	82,86	1.338.793	82,87
Maranguape	39.212	13,60	41.585	10,57	46.205	7,06	60.622	5,76	92.802	5,74
Pacatuba	18.523	6,42	19.990	5,08	24.458	3,73	32.182	3,05	43.030	2,66
TOTAL	288.431	100,00	393.446	100,00	654.645	100,00	1.053.333	100,00	1.615.648	100,00

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1980 – FIBGE (Dados referentes à população presente).

A análise da tabela evidencia essa concentração: enquanto a população de Fortaleza representava 62,48% da população total dos cinco municípios em 1940, em 1980 essa participação era de 82,87%. Entretanto, verifica-se, a partir dos resultados do Censo, certo ajuste na distribuição da população, visto que, em 1970, a concentração da população na capital era de 82,86%. A explicação para o deslocamento e constante fixação da população de Fortaleza reside no fato de estarem as indústrias praticamente sediadas na cidade. O Distrito Industrial de Fortaleza, localizado em Maracanaú, município criado recentemente, desmembrado de Maranguape (Lei Nº 10.811 de 04 de julho de 83), só entrou em funcionamento na década de 1970. A ausência de infraestrutura básica, transporte, abastecimento entre outros, freava até certo ponto a fixação da população no seu entorno. Mais tarde foram criadas as condições necessárias à fixação da população nas imediações do Distrito Industrial. A maior concentração industrial, entretanto, ainda está localizada na Zona Oeste da cidade de Fortaleza (área da Av. Francisco Sá), onde se fixou maior percentual da população urbana, daí as maiores densidades.

A criação do Distrito Industrial de Fortaleza, deu-se a partir de 1964, quando foram realizados estudos para localização do referido distrito.

Os estudos técnicos indicaram o vizinho município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Distrito de Maracanaú, que dista 15 km do centro de Fortaleza e 22 do porto do Mucuripe (AMORA, 1978, p. 83).

A escolha da área e a maior implantação do distrito não provocaram a aceitação imediata dos empresários que continuaram instalando suas indústrias na Zona Oeste da Cidade. A ausência ou incapacidade da infraestrutura do Distrito Industrial, principalmente no tocante ao abastecimento d'água, parece ter

sido um dos maiores entraves para que as indústrias ali se instalassem de imediato. Além do mais, o Distrito foi entregue sem que houvesse, nas proximidades, disponibilidade de mão-de-obra que atendesse às necessidades das indústrias. Se até 1980, como vimos, a participação da população da capital no contexto da população total da Região Metropolitana de Fortaleza, ainda era significativa, a partir daí essa participação tende a diminuir, pelas razões abaixo indicadas.

O fato do Distrito Industrial - que em maio de 1985 contava com 32 indústrias ocupando diretamente 4.521 pessoas - estar localizado ao lado do tronco sul da ferrovia e de haver o projeto de criação do II Distrito Industrial, em Capuam (Caucaia), ao lado do tronco norte, provocou a localização de vários conjuntos habitacionais ao longo desses troncos. Alguns já foram instalados, outros estão em construção, e vários estão previstos. A crise geral da economia brasileira interrompeu completamente os planos da instalação do II Distrito Industrial, embora alguns conjuntos já tenham sido construídos no município de Caucaia. O I Distrito Industrial localizado em Maracanaú, hoje município autônomo, não tem condições de absorver toda a população que deverá se instalar nas suas imediações. Embora tenha sido previsto para dar lugar às indústrias de alto teor de poluição, foi projetada para seu entorno, principalmente a oeste, a instalação de grandes conjuntos habitacionais, numa direção para a qual sopram os ventos que transportam os poluentes industriais, além de expandir odores por toda a área em questão.

1.2 A Cidade de Fortaleza

A Cidade de Fortaleza apresenta alto índice de carência no que se refere a infra-estrutura urbana (Tabela 8). Os bairros

mais equipados são aqueles que passam por constantes mudanças quanto aos diversos tipos de uso do solo. Grande parte destes bairros estão localizados na parte Leste da cidade, contrastando com os da Oeste que são ocupados, em sua maioria, pela massa trabalhadora. A concentração demográfica de Fortaleza está localizada nesta zona Oeste, embora a imagem da cidade conhecida pelos turistas e veiculada pelos meios de comunicação em campanhas promocionais, seja a da zona Leste. O centro da cidade, tradicional, guarda vestígios do passado, principalmente por ter sido Fortaleza, durante muito tempo, uma cidade monocêntrica. A existência de um único centro esteve ligada à concentração da burguesia comercial e financeira na área central com seus estabelecimentos comerciais, de serviços e outros negócios, como também suas residências. Durante muitos anos o centro foi o local dos clubes mais elegantes da cidade, praças arborizadas com bancos destinados à animação e ao lazer. Da mesma forma as grandes casas de espetáculos como o Theatro José de Alencar e os cinemas ali estavam concentrados. O porto nas suas proximidades reforçava-o cada vez mais como área central de negócios.

A ocorrência de diversos elementos dinamizadores de atividades localizados na área central produziu uma área urbana radioconcêntrica que vigora até os dias de hoje. Essa estrutura tradicional da área central não se coaduna com a malha atual da cidade, o que vem provocando sérios problemas de articulação interbairros.

Tabela 8 – Situação dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos, Segundo as Instalações Existentes nos Núcleos Metropolitanos.

NÚCLEOS METROPOLITANOS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS					
	Duráveis nº. Total de Domicílios	% Iluminação Elétrica	Com Instalação de Água		Com esgoto sanitário	
			Rede Geral	Rede Geral Poço ou Nascente com Canalização Interna	Rede Geral	Rede Geral ou Fossa Séptica
São Paulo	94,8	96,1	64,7	79,2	.*	63,3*
Rio de Janeiro	90,1	95,1	82,8	84,0	53,0	7408
Belo Horizonte	91,2	84,8	48,1	58,2	38,2	47,0
Recife	73,9	85,9	53,4	55,5	19,1	38,8
Salvador	76,3	79,9	54,8	57,0	11,3	32,2
Porto Alegre	89,5	91,8	84,7	86,2	47,2	69,0
Curitiba	92,4	91,4	49,3	64,1	29,2	54,7
Fortaleza	74,4	60,8	13,9	29,5	3,0	26,4
Belém	70,1	80,7	58,5	61,0	8,7	29,4

Fonte: Indicadores para áreas urbanas- Fundação IBGE – 1977

Essa função central foi reforçada a partir da década de 1960, quando se intensifica a inserção do Nordeste no mercado nacional, culminando com a política de incentivos fiscais da SUDENE (OLIVEIRA, 1977, p. 125)

Mesmo antes do advento da SUDENE e sua ação, Fortaleza passou por significativas alterações que parecem culminar em um processo iniciado por volta dos anos 1930, quando a área central vai perdendo o atrativo de área de fixação de residências da burguesia comercial e financeira nas suas imediações.

Na década de 1970 o embrião de futuros subcentros já é sentido em alguns bairros, principalmente na Aldeota e no Montese. À medida que eles se formam, a cidade recebe cada

vez mais levas e levas de migrantes que se fixam em torno dos bairros industriais, especialmente ao longo e nas imediações da Av. Francisco Sá, na Zona Oeste, que constitui a maior zona industrial da cidade.

A criação do BNH, em 1964, provocou a construção de conjuntos habitacionais, que vão ter grande influência na estruturação do espaço da cidade, alterando sua malha, criando e, em alguns casos, recriando focos de concentração demográfica. Nesse processo, o centro tradicional da cidade vai se convertendo em centro da periferia, visto que a população burguesa e amplos setores da classe média encontram subcentros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente pela zona central. Esta, por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças, antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia em suas horas de ócio, hoje são convertidas em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praça do Ferreira, Parque das Crianças e Praça General Tibúrcio). Na verdade, todas estão convertidas em verdadeiros mercados que abastecem a população na periferia distante, principalmente os conjuntos residenciais construídos recentemente e que não possuem infraestrutura necessária para o atendimento da população residente.

Fortaleza é uma cidade plana, com pouquíssimas elevações, estando assentada sobre uma planície plio-pleistocênica, que contém duas grandes bacias hidrográficas, as do Cocó e do Maranguapinho - Ceará, além de outras secundárias formadas por riachos ou córregos de pequeno porte como o Pajeú (em cuja margem esquerda, próximo à sua foz, se instalou na cidade definitivamente) e o Maceió. O terreno possibilitou a formação de várias lagoas no espaço por onde se estruturou a cidade, estando muitas delas já aterradas e as restantes quase que totalmente poluídas, pois nelas

são atirados dejetos e águas servidas das indústrias e da população residente nas redondezas. A linha de dunas edafisadas ou semi-edafisadas que circunda toda a faixa do litoral com recortes nas desembocaduras dos cursos d'água, complementam as características gerais da área onde se assentou e se espalhou, aos poucos, Fortaleza. O sítio, a princípio, provocou algum problema devido às condições de aportagem (ausência de baías), até que se erigisse o atual Porto do Mucuripe. Isto exigiu a construção de entroncamentos que acabaram alterando grande parte do litoral da cidade, marcado pela presença de praias famosas como a de Iracema, parcialmente destruída devido a alteração ocorrida na direção das ondas. Posteriormente foram construídos outros entroncamentos de forma a impedir a destruição do litoral norte da cidade. Se o sítio, a princípio, dificultava o crescimento da cidade para a atual Zona Leste, devido à barreira representada pela necessidade de se transpor o hoje já quase totalmente canalizado Pajeú, a cidade foi aos poucos se desenvolvendo pelo areal e foi assim descrita por Koster em 1810, nas *Viagens ao Nordeste do Brasil*:

A vila de Fortaleza do Ceará edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento, n'algumas residências há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o Palácio do Governo, a Casa da Câmara e Prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A Fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma palissada, enterrada no solo, para o lado da vila... Não é muito para compreender-se a razão de preferência dada a este

local. Não há rio, nem cais, e as praias são más e de difícil acesso. As vagas são violentas e o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorando perto da costa. A fundação antiga estava localizada a três léguas ao Norte, sobre um pequeno riacho e só existe a ruína do velho forte. A costa é escarpada, determinando uma ressaca perigosa para os barcos que procuram ancoragem perto do litoral... O porto é exposto e mau. Os ventos são sempre do Sul e Leste. Fossem mais variados, e seria raro um navio chegar a costa[...] (cit. in SOUZA, 1978, p. 95).

Sem barreiras significativas a sua expansão, a cidade cresceu nos últimos anos em todas as direções, independentemente das condições físicas do sítio. Os aspectos relacionados à forma como se estruturou e se organizou o espaço em Fortaleza provocaram a franca expansão da cidade para o Oeste, principalmente com a construção de luxuosas residências no bairro de Jacareacanga, que ainda hoje sediam importantes órgãos e repartições ligados à administração pública, como também relevantes estabelecimentos comerciais e de serviços. A significância que esse bairro teve em passado recente da cidade pode ser observada pela presença de vários e grandes estabelecimentos de ensino nas redondezas, inclusive o famoso e renomado “Liceu”, que durante muitos anos foi o orgulho da “sociedade cearense”.

Enquanto a cidade se expandia para a Zona Oeste, a chamada Zona Leste possuía pouca utilidade e baixa ocupação. A abertura de um conjunto de avenidas projetadas por Adolfo Herbster em 1875, tangenciando o Centro, constituídas pelas Avenidas Tristão Gonçalves, Duque de Caxias e Dom Manuel (esta última principalmente), significou a integração deste espaço à área Central da cidade. Até essa época, só estava incorporada à malha urbana a área onde se localiza o Seminário da Prainha que, no passado, constituía o início da Picada do Mucuripe, ca-

minho que colocava a enseada do Mucuripe em contato com a cidade propriamente dita. O crescimento da cidade para a Zona Oeste, ao longo da atual rua Guilherme Rocha, que depois da praça do Liceu recebe o nome de Francisco Sá, não privilegiou a orla marítima; ao contrário, ocorreu na faixa mais interna que recebe popularmente na cidade o nome de “sertão”. Provavelmente a ocupação deve ter sido orientada para essa faixa mais interna devido às dificuldades de fixação nas áreas de dunas que margeiam toda a costa. A integração de Fortaleza com o espaço do interior do Estado, que após a abertura de vários caminhos nas direções Oeste (Soure, hoje Caucaia), Sudeste e Sul, e que eram trafegadas por tropas de animais foi modificada radicalmente com a construção da Estrada de Ferro de Baturité. O evento da ferrovia decorre da inserção do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho, por causa do cultivo de algodão, devido a crises no cultivo desse produto em várias partes do mundo (a mais importante e já lembrada anteriormente, foi a Guerra de Secessão Americana). Estes fatos privilegiaram Fortaleza como um importante porto algodoeiro e grande centro coletor e beneficiador da produção do interior. À medida que aumentava a produção algodoeira do Estado, que se alastrou principalmente pelo Sertão Central, Fortaleza foi consolidando sua função centralizadora. Abordando aspectos da supremacia que Fortaleza teve na implantação da malha de transportes rodoferroviários no início de seu crescimento e importância, pesquisa realizada pelo IPLANCE afirma:

As estradas de ferro, no entanto, provocaram um direcionamento das linhas de tráfego para os portos de Fortaleza e Camocim (fins do século passado). Logo após, o transporte rodoviário consolidou essa primazia e, através da rodovia federal BR-222 (Fortaleza-Terezina, via Sobral

e Tianguá), provocou o declínio do porto de Camocim e consolidou o processo de polarização de Fortaleza no Estado e áreas limítrofes do Piauí e do Rio Grande do Norte, disputando com Pernambuco - de quem, na fase inicial da Colônia, o Ceará esteve dependente - a influência sobre vasta área da região Nordeste. (1982, p. 87).

A instalação da ferrovia, a intensificação das relações da cidade com o espaço regional através dessa modalidade de transporte provocaram sensíveis alterações na malha urbana de Fortaleza. A construção de oficinas de reparos nos vagões da ferrovia, propiciou a fixação da mão-de-obra nela empregada, começando a utilizar seus arredores para a construção de suas residências. A proximidade do leito da ferrovia, associado à presença da mão-de-obra, atraiu outras indústrias que estavam ligadas direta ou indiretamente ao algodão. A concentração da população operária, a transformação dessa área na mais promissora concentração industrial do Estado, e o posterior surgimento de favelas foram os maiores motivos para que a burguesia que se instalara com suas confortáveis e belas residências no bairro de Jacarecanga, em sua maioria, e, em menor escala no bairro do Benfica, no início da expansão da cidade, elegeesse outro espaço onde pudesse se instalar, distante de indústrias e da “presença incômoda” de operários. Assim surge a Aldeota, que tem suas origens em forma de bairro organizado no mesmo período em que se registra o surgimento das primeiras favelas de Fortaleza, que se instalam nas proximidades do Centro, naquelas áreas não valorizadas pelos segmentos ricos da população para a fixação de suas residências.

A busca de novos espaços pela burguesia que residia nas imediações da área central implicou em alterações marcantes na cidade e na supervalorização de alguns bairros, como a Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Bairro de Fátima e outros. A

Aldeota é, sem dúvida, o bairro mais valorizado da cidade por ser o preferido da burguesia e da alta classe média. Por isso, conta com o melhor atendimento de infra-estrutura de serviços urbanos, comércio e outros equipamentos. Essa condição de bairro da burguesia, logo o mais completo, justifica a procura geral da classe média pelo bairro. Por ser um bairro dotado de grande parte de rede de esgoto sanitário, com razoável serviço de abastecimento d'água e coleta de lixo satisfatória, a intensa procura por imóveis na Aldeota, especialmente a partir dos últimos 10 anos, gerou um crescimento vertical acelerado. Essa condição de bairro de preferência da classe média hoje, pelo símbolo que ele contém, marca bem a seletividade espacial, ou melhor, socio espacial. As constantes alterações no uso do solo da Aldeota induzem à constatação do significado que o bairro assume na cidade. Famílias que anteriormente habitavam enormes residências ajardinadas, hoje transferem-se para apartamentos. As razões dessa mudança estão contidas na extrema competição pelo solo urbano nessa parte da cidade, bem como na busca de mais comodidade tais como segurança e dispensa de parte da mão-de-obra doméstica que era utilizada para atender a todas as necessidades destas grandes residências. Neste processo, essas grandes casas perdem o seu valor de uso, permanecendo com alto valor de troca para os seus proprietários. Para fins especulativos, o valor de troca está centrado no lote que, com a mudança de uso, será utilizado para a construção de grandes edifícios de apartamentos ou de prédios para escritórios, consultórios etc. Algumas residências de luxo resistem a esse processo de substituição de uso e dão lugar a grandes escritórios e empresas públicas ou privadas que, devido ao grande tamanho dos lotes, resolvem assim, parte do problema de estacionamento de veículos. Com a supervalorização dos lotes da área da Aldeota, Mieireles e adjacências, os construtores, procurando cada vez mais os ter-

renos e buscando compensar os altos preços pagos na compra dos mesmos, constroem edifícios, cada vez mais altos, principalmente a partir dos anos 1980.

Durante os anos 1970, no início do processo de verticalização fora da área central, pequenos edifícios de apartamentos foram construídos na Aldeota. A principal característica deles é a altura, quase sempre com 3 pavimentos e a garagem sob pilotis. Se aparentemente se perdia o espaço reservado ao andar térreo devido à localização das garagens, ganhava-se nos custos, visto que a construção de garagens no subsolo encarecem demais a obra, tanto pelo movimento de terra como também pelo tratamento necessário do lençol freático. À proporção que os lotes ficavam mais caros, a construção desse tipo de prédio pequeno desvalorizava as grandes residências até então ocupadas por famílias tradicionais na cidade e por aquelas de alta renda. A construção de edifícios luxuosos, com apartamentos grandes, substituindo as grandes residências, deu-se a partir de um outro momento. A mudança do tipo de uso e aproveitamento do solo permitiu a permanência das famílias residentes no bairro, só que agora habitando grandes apartamentos em lugar de suas espaçosas casas. Com a verticalização da habitação aumenta a densidade, sendo essa, fruto da valorização dos imóveis a partir do tipo de equipamento, serviços e classe social fixados no bairro. Tornou-se cada vez maior a busca desses bairros para a residência da classe média alta e média da cidade. Os altos custos dos imóveis destes bairros, e, a incessante procura, foram os geradores de novos bairros, localizados em áreas menos privilegiadas, não dotadas dos mesmos equipamentos, porém ocupados por edifícios de apartamentos cada vez mais procurados por famílias de classe média com rendimento que não permitem a compra de imóveis nos tradicionais bairros da Aldeota e do Meireles. Surgem, assim, os bairros que circundam aqueles de

grande valorização, tais como Varjota, Papicu, Praia do Futuro, com nova fisionomia, modificando profundamente características anteriormente estabelecidas e predominantes.

A Varjota, bairro da cidade relativamente isolado entre o leito da Estrada de Ferro (Ramal Mucuripe), e o riacho Maceió, área antes ocupada predominantemente por uma população favelada, se encontra hoje repleta de construções, sobretudo luxuosos edifícios, aí construídos, por serem os lotes menos valorizados do que os da Aldeota. O mesmo ocorre com o Papicu, nas imediações da Cidade 2.000 (Conjunto Habitacional) e da Praia do Futuro, bairros ainda sem infraestrutura suficiente para atender às necessidades de seus habitantes. A crise energética que alterou o preço do petróleo e seus derivados, também redefiniu, em parte, a espacialidade de Fortaleza. Muitos bairros de classe média que se estendiam pela Zona Leste, afastando-se cada vez mais da área central, tiveram seu crescimento reduzido. Por outro lado, aumentou o número de edifícios nas áreas mais próximas dos centros de comércio e de serviços. Hoje percebem-se outras mudanças no interior da Aldeota. Este bairro, que a princípio dera lugar a pequenos edifícios de 3 a 4 pavimentos, porém sempre com apartamentos de 3 quartos, e que posteriormente foi ocupado por prédios altos e luxuosos, com apartamentos de 3 e 4 quartos, está dando agora lugar à construção de edifícios, também luxuosos, porém com apartamentos menores. Aqueles que não puderam adquirir seus imóveis neste bairro tido como privilegiado anteriormente, podem fazê-lo agora, porém na compra de apartamentos menores, com apenas 2 quartos. Embora venha ocorrendo redução no tamanho do imóvel quanto à área construída e ao número de dependências, os preços são cada vez mais elevados, pois no seu custo está computado o alto preço da terra e dos serviços ali oferecidos. Aqueles que preferem apartamentos maiores ou que deles neces-

sitem, devem procurá-los e adquiri-los nas novas áreas lançadas no mercado pelas imobiliárias, com a construção de edifícios de apartamentos em locais desprovidos de infraestrutura básica e de valor especulativo do solo. Trata-se de locais que eram e são ocupados dispersamente em alguns casos por pescadores e migrantes recém-fixados. A construção desses primeiros edifícios imprime valor ao solo dessas áreas, provocando ou aguçando a especulação imobiliária e um constante processo de expulsão da população proletária nelas fixadas. Para aqueles que pretendem residir nos bairros mais equipados como os aqui mencionados, os preços são cada vez mais proibitivos para a compra do imóvel. Esse processo tem provocado a expansão dos chamados bairros de classe média baixa, em setores da cidade que habitualmente não eram ocupados por clientela desse padrão. As marcas espaciais dessas mudanças podem ser observadas na construção de grandes edifícios de apartamentos em bairros próximos do centro da cidade e ao longo dos grandes eixos de circulação, ou seja, nos corredores de adensamento ou de atividades. Entre esses bairros ou em parte deles, os que acusam maiores alterações na sua estruturação espacial são os localizados na Zona Oeste como Monte Castelo, Montese e o Planalto Rodoviário, bairro localizado próximo do Centro, ao Sul da cidade. Dos eixos indicados, o da Bezerra de Menezes é, sem dúvida, o que passa por maior alteração quanto ao uso do solo urbano, tendo suas antigas residências transformadas em estabelecimentos comerciais e de serviços. As Avenidas Aguanambi (fazendo a conexão da BR 116 com o centro da cidade), João Pessoa (ligando as rodovias estaduais que se destinam ao sertão Central com o Centro) e Antonio Sales, importante via na estrutura de Fortaleza na ligação Leste/Oeste, constituem importantes eixos de circulação e corredores de adensamento da cidade.

Nesse processo por que passa a cidade, quem mais sofre

as consequências dessas mudanças é a classe operária, aquela que na verdade tem mais necessidade de permanecer próxima ao local de trabalho. Ao contrário, esse contingente, constituído, principalmente por uma significativa massa de trabalhadores assalariados (que nem sempre recebe um salário mínimo), é empurrado para áreas cada vez mais distantes dos locais de trabalho. Tal processo de transferência que vem afetando a população mais pobre, ocorre também pela valorização da terra, pelo desemprego acentuado, como também pela perda de poder aquisitivo, imposições que obrigam, muitas vezes, moradores antigos desses bairros, a venderem suas casas atraídos pelo novo valor que passa a ter o solo daquele bairro. Outra agravante é a forte pressão exercida pelas grandes construtoras; estas tudo fazem para adquirir um ou mais lotes para neles construir os grandes edifícios de apartamentos, depósitos, supermercados, estabelecimentos de ensino etc. Há casos também em que as melhorias implantadas em certos bairros, como asfalto, rede de esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água e outros equipamentos ou serviços, resultam em taxas de impostos mais altos, impedindo que certos moradores permaneçam nos seus costumeiros locais de moradia. Assim, vai se estruturando o espaço da cidade que se altera em curtos lapsos de tempo. Esse processo tem sido provocado por empresas particulares que elegem certas áreas para implantarem investimentos de grande vulto. Em Fortaleza tem sido comum a escolha desses espaços para a construção de grandes supermercados e centros comerciais que, pelo porte e pelo número de outros estabelecimentos que se instalam nas suas redondezas, adquirem mais as características de grandes centros de compra devido à presença de setores altamente especializados nos seus interiores. O alto custo da terra urbana nas áreas mais distantes ocupadas, além da escassez de lotes que abriguem estabelecimentos de grande

porte, faz com que os responsáveis por esses investimentos procurem áreas com grandes vazios, na maioria das vezes de valor bem inferior aos lotes dos espaços mais ocupados. Esse processo pode ser observado em vários pontos da cidade onde se localizam os supermercados, tanto da cadeia local como nacional. O Shopping Center Iguatemi, quando foi construído (1982) é um exemplo de espaço que não era ocupado e que, devido a suas características físicas, não possuía valor correspondente aos espaços localizados nas suas imediações. Nesse caso, o espaço ocupado por esse enorme complexo comercial e de serviços da cidade foi resultado de aterros e terraplenagem de um grande volume de terra que elevou o nível da várzea do rio Cocó. Está localizado entre a margem direita do rio e a Av. Washington Soares, num ponto próximo à ponte que atravessa esse rio, colocando o bairro da Água Fria, localizado à Sudeste, em contato com a Zona Leste de Fortaleza.

O bairro da Água Fria, também de ocupação recente, constitui uma área de grande valor na cidade. A essa parte de Fortaleza dirigem-se aquelas famílias que buscam grandes espaços para edificar suas luxuosas residências. Trata-se de um bairro com características agrárias (Zona rural-urbana), o que pode ser constatado pela presença de vacarias que ainda resistem na área, em função do hábito de parte da população que procura o leite não industrializado. Alguns poucos conjuntos habitacionais de pequeno porte ali foram construídos (IPASE, Santa Luzia do Cocó e Alvorada), num período em que não se esperava a transformação rápida do bairro, então com características marcadamente rurais, agora convertido em bairro de elite.

No início dos anos 1970, este vasto espaço da cidade, localizado entre a várzea do Cocó e o mar, foi escolhido para dar lugar a um loteamento, logo de início ocupado por grandes estabelecimentos que, de pronto, provocaram a formação de um

fluxo de pessoas para o bairro.

Trata-se da construção da UNIFOR - Universidade de Fortaleza, instalada em 1973, a construção do Centro de Convenções, Imprensa Oficial do Ceará (IOCE) e da Academia de Polícia Militar do Ceará. Posteriormente, foram construídos o Centro Administrativo do Banco do Estado do Ceará, o Museu do Automóvel e o Centro de Treinamento da Secretaria Estadual de Educação. Mais tarde, outros investimentos foram feitos na área, como a melhoria da Av. Perimetral no trecho que faz a ligação entre o Cais do Porto e o Distrito de Messejana.

Houve também o surgimento de outras áreas ou quarteirões com características de bairro de luxo como o Vereda Atlântica, no alto de dunas da Praia do Futuro, Papicu, nos arredores da Cidade 2.000 (Conjunto Habitacional), além de outros com características ainda mais luxuosas, surgindo a partir da construção de várias residências de alto padrão que alteraram o valor da terra urbana em áreas desprovidas de equipamentos básicos e de infraestrutura. O mesmo processo vem ocorrendo também na Zona Oeste, parte da cidade caracterizada como área de concentração de população proletária, da massa assalariada. Nessa Zona, o processo se dá em menor escala e com o valor da terra alterado apenas nos lotes que sofreram a mudança de uso ou aquele que, ainda vazios ou permanecendo com o antigo uso estão localizados bem próximos ou quase no interior das áreas afetadas pela mudança de uso. O caráter usual de se dividir a cidade em Zona Leste e Zona Oeste, não deve encobrir o fato de existirem bairros típicos de classe média na Zona Oeste, como a Parquelândia, São Gerardo e Parque Universitário, como também bairros proletários e favelas no interior da Zona Leste. Ao mesmo tempo destacamos o fato de se estar formando com maior nitidez uma Zona Sul, mais autônoma em relação às demais. É sem dúvida a divisão

Leste/Oeste a mais nítida, por serem essas partes da cidade por demais favorecidas. É naquela Zona Sul, especialmente no bairro da Maraponga, que se tem observado bem o processo acima mencionado de valorização dos lotes, sem que isto afete a valorização do bairro em seu conjunto. De tradicional área de sítios e chácaras com intensa arborização, a Maraponga vem, aos poucos alterando sua fisionomia, a partir da construção de quarteirões de residências para as famílias de classe média que querem modificar sua forma de habitar, mas não possuem renda que lhes possibilitem adquirir residências em bairros melhores. Na maioria das vezes são padronizadas no seu interior, porém diferenciadas na fachada, o que, em parte, já satisfaz as exigências dos compradores.

Este conjunto de mudanças (além de outros não mencionados), depois de uma análise mais acurada, se revela como fundamental para a compreensão de um processo de produção do espaço urbano.

A reestruturação por que vem passando a cidade através da localização de grandes conjuntos habitacionais na parte Oeste e Sudeste e em expansão para os municípios vizinhos, a escolha de espaços vagos para a localização de novos supermercados e centros de compras, que são grandes focos de geração de tráfego e construção desordenada de quarteirões de residências, de padrão quase sempre superior aos existentes em sua volta, vêm provocando alterações marcantes na vida da cidade, modificando, em muito, suas relações intraurbanas. A partir dessas constatações, presume-se sob que condições habitam aqueles “marginalizados” desse processo. A massa operária, empregada, subempregada ou desempregada vê-se impedida, por uma questão de renda, de ter acesso a compra de moradias a partir de padrões impostos pelo modelo capitalista de produção da habitação. No caso brasileiro,

esse padrão se dá pela ação direta do poder público, através do sistema financeiro da habitação. Esse, por sua vez, dinamiza o setor de construção civil, propiciando maior expropriação da força de trabalho da mão-de-obra operária, bem como a acumulação do capital.

A população favelada hoje, em Fortaleza (Tabelas 9 e 10) corresponde a um quarto do contingente demográfico total do município. Salienta-se o fato de só ser considerada “favela” para fins estatísticos órgãos oficiais a concentração de pobreza em áreas desprovida de infraestrutura básica e onde seus ocupantes não tenham título posse da terra. Em Fortaleza, além das favelas, a cidade conta com um número considerável de bairros proletários que têm um arranjo espacial desordenado, caracterizado por ruas interrompidas por construção de residências no seu leito. A ausência de saneamento básico dá um aspecto de obra inacabada em decorrência de valas e córregos nas ruas. Neles, é comum a presença de chafarizes com suas filas intermináveis, além dos montes de lixo depositado pela população residente nestes bairros, nos terrenos baldios, áreas reservadas para construção de praças ou áreas de lazer. O mesmo ocorre nos córregos d’água ou lagoas existentes nas proximidades desses bairros. Tais aspectos completam a identificação desses bairros miseráveis e na, maioria das vezes, periféricos que predominam na cidade.

Estes fatos no conjunto dão a Fortaleza um arranjo urbano pouco adequado em relação às demais cidades brasileiras maiores ou de mesmo porte (Tabela 8).

Tabela 9 – Número de Favelas, Casas, Famílias e População Favelada do Município de Fortaleza - 1981

LOCALIZAÇÃO	Nº DE FAVELAS	Nº DE CASAS	Nº DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
ZONA 1	13	1.601	1.761	8.805
ZONA 2	37	10.574	11.633	58.165
ZONA 3	40	19.673	21.642	108.210
ZONA 4	30	6.528	7.179	35.895
ZONA 5	28	6.240	6.865	34.325
ZONA 6	38	5.033	5.537	27.685
ZONA 7	38	10.494	11.548	57.740
TOTAL	224	60.143	66.165	330.825

Fonte: PROAFA, 1982

Tabela 10 – Número de Núcleos, Casas, Famílias e População Favelada do Município de Fortaleza - 1981

LOCALIZAÇÃO	Nº DE NÚCLEOS	Nº DE CASAS	Nº DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
ZONA 1	01	13	14	70
ZONA 2	12	186	205	10.025
ZONA 3	08	114	127	635
ZONA 4	05	62	68	340
ZONA 5	04	75	83	415
ZONA 6	08	129	143	715
ZONA 7	06	108	119	595
TOTAL	44	687	759	3.795

Se nos loteamentos mais recentes estas são as características dominantes, nos assentados há mais tempo apresentam-se desgastados devido a má conservação. Completa a extrema situação de deficiência de infraestrutura urbana, a intensa competição pela terra que vem ocasionando o surgimento de novas favelas, adensamento das já existentes, reduzindo cada vez mais, nestes casos, os espaços destinados à circulação.

Tabela 11 – Pessoas Economicamente Ativas e Valor do Rendimento Médio Mensal das Pessoas Economicamente Ativas, Por Sexo Segundo as Classes de Rendimento Mensal - RMF

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL	PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS			VALOR DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS (R\$)		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	726.958	431.964	294.994	351.294	316.732	155.471
Até ½ Salários Mínimos	102.329	19.657	82.672	27.271	30.456	26.512
Mais de ½ a 1 Salário Mínimo	154.150	83.541	70.609	79.073	80.790	77.054
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	182.784	123.096	59.688	132.223	132.753	131.130
Mais de 2 a 3 Salários Mínimos	77.885	57.597	20.288	228.289	227.863	229.500
Mais de 3 a 5 Salários Mínimos	67.686	48.572	19.114	355.325	956.439	352.494
Mais de 5 a 10 Salários Mínimos	47.165	35.203	11.962	661.862	661.050	664.250
Mais de 10 a 20 Salários Mínimos	24.691	19.233	5.448	1.319.942	1.310.423	1.353.549
Mais de 20 Salários Mínimos	12.904	11.622	1.282	2.937.611	2.944.147	2.678.357
Sem Rendimento (1)	56.512	33.116	23.396	-	-	-
Sem declaração	862	327	535	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD - F. IBGE- 1984.

Os níveis de renda dominante na Região Metropolitana de Fortaleza falam por si da extrema situação de penúria em que vive a grande maioria da população desta aglomeração metropolitana.

Na Zona Oeste de Fortaleza a parte de área central, mais precisamente nas imediações do antigo porto (Poço da Draga), ambas transformadas rapidamente em áreas industriais com

grande movimento de carga e descarga de mercadorias e matérias-primas, vem ocorrendo uma constante procura de terras pelos operários, especialmente nas áreas de dunas contíguas à Zona Industrial da Francisco Sá, o que corresponde ao grande conjunto da favela do Pirambu, a maior da cidade. O início da ocupação das dunas, por população constituída de migrantes e operários, parece gerar um processo de segregação espacial, ficando toda essa parte da cidade, durante um longo período, ocupada pelos segmentos mais pobres. A área próxima do antigo porto abrigou por muito tempo a “Zona de Meretrício”. A presença do porto com suas atividades de carga e descarga, a necessidade de armazéns e trapiches ocasionava constante presença de trabalhadores braçais naquela área. Os baixos salários, o desemprego acentuado e a dificuldade de acesso à casa própria, ou mesmo o pagamento de aluguel, estão ligados à formação de favelas nestas áreas próximas ao local de trabalho desta mão-de-obra. A partir da instalação destas atividades nestes espaços da cidade, inicia-se o processo de favelização de Fortaleza, evidenciado pela construção de barracos nas imediações das fábricas e do porto antigo.

A localização da “Zona de Meretrício” nas redondezas do porto, na antiga Praia Formosa e a ocupação das dunas que margeiam o litoral em direção norte/noroeste por favelados foram, sem dúvida, fatores que levaram durante algum tempo ao desinteresse dos fortalezenses pelo litoral, com a finalidade de aí se fixar. A construção do porto novo na ponta do Mucuripe (iniciada na década de 1940) transferiu para aquela área da cidade alguns armazéns. Posteriormente, foram construídos os moinhos de trigo e o terminal petroleiro para atender às necessidades do Estado quanto ao fornecimento de combustível, asfalto e outros derivados de petróleo.

Esta nova concentração porto-industrial deslocou parte da “Zona de Meretrício” para o atual bairro do Farol, nas ime-

dições do porto novo, ao mesmo tempo em que propiciou a ocupação das dunas dessa área por favelas. Trabalhadores que prestavam serviço no cais do porto antigo, como outros incorporados a essa atividade, devido às maiores proporções do porto novo, instalaram-se ao lado de pescadores, antigos ocupantes daquele espaço da cidade. A forma como se estruturou a ocupação do litoral de Fortaleza está inicialmente ligada ao surgimento de suas principais vias de circulação que, durante anos e mais anos, desprezaram completamente o litoral quanto aos seus traçados. Basta observar a planta da cidade para se perceber como os estabelecimentos mais importantes dos primórdios da cidade foram construídos com desprezo pela fachada marítima. Outro fato que pode ser demonstrado para ilustrar esse aspecto é a distância do mar de alguns estabelecimentos tradicionais da cidade, tais como o Palácio do Governo, Mercado e principais praças.

Mesmo as praças e estabelecimentos localizados mais próximos da linha de praia nas imediações da área central, não são geradores de fluxo e refluxo de pessoas como os localizados mais distantes - direção Sul - Praça do Ferreira, Praça José de Alencar e as principais vias comerciais - Guilherme Rocha, Liberato Barroso etc.

A construção da Estação Ferroviária com frente voltada para a direção Sul denota bem a não valorização do mar no período de sua edificação (segunda metade do século XIX). A necessidade de se estabelecer ligação entre o antigo porto (como também o novo), por meio de sistema de transporte ferroviário gerou espaços que foram, até certo ponto, desvalorizados a partir de sua implementação. Esses espaços foram ocupados, quase sempre de forma linear ao longo da ferrovia, por uma população de baixa renda, ou melhor, se constituiu em uma grande favela na cidade com este arranjo possibilitado pela ferrovia.

A construção de um ramal que colocasse o antigo porto em conexão com a via férrea exigiu, inclusive, uma obra mais complexa, visto que há a necessidade de se transpor um declive entre o pequeno tabuleiro onde se assentou a cidade inicialmente (parte Central) e a praia. Este se estende desde as imediações da Av. Filomeno Gomes, alcançando o declive gradativamente até chegar ao porto, atravessando a área de baixo meretrício, o chamado “Arraial Moura Brasil”. A transferência do porto para a ponta do Mucuripe exigiu a construção de um novo ramal que parte de Parangaba, margeia a pista do aeroporto Pinto Martins, atravessa a Av. Borges de Melo, depois a Aguanambi, prosseguindo pelas encostas suaves que descem dos rios Aguanambi para o Cocó, alcançando a área de salinas, a Varjota até alcançar o Mucuripe.

A origem do processo de favelização de Fortaleza está ligada aos constantes deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários que se dirigem para a cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que praticamente impede o acesso desses lavradores à terra e outros meios de produção. Nos períodos de estiagem mais prolongados este processo se intensifica. A cidade, à medida que oferece melhores condições e dispõe de empregos industriais ou outros, reforça, até certo ponto, estes deslocamentos. Embora esse processo tenha começado no final do século passado, é a partir deste século que se instalam na cidade as indústrias ligadas ao beneficiamento de produtos agrícolas. A maior dinamização deste setor provoca o surgimento de novas oportunidades de emprego, o que inicia o constante fluxo de deslocamento para a capital. A cidade de Fortaleza, com a sua condição de capital, constitui uma espécie de refúgio, à medida que se torna praticamente impossível a permanência no interior. Essas condições deram um constante fluxo de migrantes não só para Fortaleza, como também para as cidades médias do Estado,

mantendo sempre um significativo número de mão-de-obra disponível desempregada, que vai ter o custo de sua força de trabalho em constante processo de aviltamento.

A partir dos anos 1960, quando a SUDENE instituiu uma nova política de industrialização da região e, em decorrência dela, Fortaleza recebeu um razoável impulso no setor industrial. Nessa fase da história recente brasileira, o país atravessava um “boom” econômico de industrialização acentuada, criação de amplas frentes de trabalho com a abertura de rodovias, construção de Brasília e de hidrelétricas, e quanto à população camponesa nordestina agonizava. A rigidez da seca de 1958, a insatisfação geral dos trabalhadores do campo, agora organizando em forma de “ligas”, coloca em pânico as oligarquias nordestinas, notadamente a açucareira e a algodoeira.

Neste contexto, as condições de trabalho, calcadas em relações sociais injustas, tornam-se cada vez piores.

A saída encontrada pelo Estado foi propiciar um rápido implemento no setor industrial no Nordeste, que culminou com o crescimento acentuado da população das capitais, especialmente Fortaleza, Salvador e Recife. Os empregos gerados não absorveram toda a mão-de-obra disponível.

No ambiente urbano, diante das dificuldades de emprego renda, os migrantes acabam encontrando nas favelas a única forma disponível de permanecer na cidade. A princípio, logo que chegaram a Fortaleza, esses migrantes permanecem um certo período na residência de parentes ou amigos. Após um certo tempo, devido a problemas de espaço, entre outros, para resolver a questão, acabam se fixando em favelas.

A localização das favelas na cidade não segue uma espacialidade que poderia se estabelecer observando as condições do terreno, como acontece noutras cidades. Na maioria das vezes, elas se localizam em áreas sujeitas a inundações, nas dunas ou

morros com muita dificuldade de acesso. Em Fortaleza, ocorre o que é dominante noutras cidades, porém, é também comum a localização de favelas em áreas “nobres” e mesmo alhures, sem as tais dificuldades de acesso.

Constatamos que, em muitos dos casos, o processo se dá dessa forma, conforme relato de moradores das favelas do Farol e da Santos Dumont.

Uma moradora da favela do Farol deu esse depoimento quando lhe foi perguntado como ela foi morar ali (Origem da informante - Município de Acaraú - atividade do marido: pescador).

Bem, primeiro veio o Seu Chico, procurou o terreno, quando encontrou, avisou prá gente e nós veio com todos os filhos. Depois veio nosso compadre Zé com a Dona Corrinho. Dona Corrinho falou com o irmão dela que veio com a mulher e as três crianças. A gente morava tudo perto lá em Acaraú. Começamos logo o nosso barraco e estamos aqui até hoje. Agora tem muita gente daqui mesmo. Mas no começo a gente conhecia todo mundo.

Relato idêntico nos foi fornecido por um morador na favela da Santos Dumont (Origem do informante: Camocim - atividade anterior: pescador).

Um amigo de um outro amigo nosso disse que um companheiro lá do Camocim tinha conseguido um terreno vazio e que ninguém tinha reclamado ainda a ocupação. Quando soubemos, arrumamos nossos filhos pegamos alguma coisinha (a gente nunca tem nada) e saímos “prá ruma” de Fortaleza. Num instantinho “tava” todo mundo com sua casinha.

O processo parece ser sempre o mesmo. Logo que se descobre um lote vago, os primeiro ocupantes procuram consta-

tar se se trata de propriedade do Estado ou de particular. Se de imediato não é criado nenhum tipo de problema pela ocupação, inicia-se um processo mais efetivo de fixação, diferenciado, inclusive, pelo modelo e forma da habitação.

Hoje, como são frequentes as “ocupações”, essas já ocorrem em massa, ou seja, várias famílias se instalam simultaneamente. As casas em construção permanecem um certo tempo com o madeiramento das paredes e com o telhado, sem que se faça o enchimento das mesmas. Caso haja uma expulsão, é possível o aproveitamento quase integral de todo o material empregado. Caso não haja reação de imediato, inicia-se o processo de acabamento da habitação, perfuração de poços, instalação de energia elétrica, etc. Se nessa fase surgirem reações quanto à ocupação por parte dos proprietários, instaura-se uma verdadeira guerra na área, envolvendo polícia de um lado, a Associação de Moradores (em alguns casos já com o imprensa) de outro. A Igreja, através das CEB's, tem dado muita assistência nesses casos, oferecendo inclusive assessoria jurídica aos ocupantes.

Noutros casos, o que foi muito comum na cidade, quando do parcelamento da terra urbana através de loteamentos, grupos de pessoas, na maioria migrantes sem renda, construíam suas casas nos espaços reservados às ruas e praças. Desta forma, os proprietários dos lotes não podiam reclamar. Isso porque os seus lotes estavam livres. Entretanto, essa forma de ocupação criava sérios problemas de circulação e de valorização de grande parte dos loteamentos da área do Papicu e da Varjota, caracterizados por este tipo de ocupação. Após forte pressão vinda dos proprietários dos lotes, foi obtida uma política de erradicação de favelas por parte do poder público. Os agentes imobiliários exerceram importante papel na adoção dessa política.

A força de pressão destes grupos constituídos de proprietários e agentes imobiliários tem provocado verdadeira

alteração no arranjo espacial da cidade via ocupação destes loteamentos, com a construção de grandes edifícios. Em decorrência, a transferência das favelas localizadas nas vias de acesso tem sido constante.

A instalação de novas favelas ou construção de conjuntos habitacionais para a população tem tido importante papel na ampliação da malha urbana da cidade. Assim também, o capital imobiliário incorpora essa população, que, devido aos seus níveis de renda, não tinha acesso ao sistema financeiro da habitação, a uma economia de mercado. A construção da mercadoria “casa” por parte das empreiteiras, é uma forma de se estabelecer a política de erradicação de favelas.

Sob esse aspecto, no caso específico do arranjo espacial urbano de Fortaleza, é bem nítido o desenho decorrente da ação do Estado no planejamento do problema habitação, que vem sendo operacionalizado através da construção de enormes conjuntos habitacionais. Desta forma, o Estado resolve grande parte de seus problemas e se afirma como o conciliador dos interesses das classes à medida que assume um caráter duplo na sua ação de instrumento de classe e o de mediador de conflitos (MARANHÃO, 1982, p. 32). Se por um lado, ele parece resolver o problema habitação para uma enorme massa que vive em casas precárias, por outro lado, na política de converter ideologicamente o “comprador” do imóvel, com um financiamento a longo prazo, em proprietário, resolve toda uma questão de planejamento e execução de vastos projetos, envolvendo grandes grupos econômicos locais, regionais e mesmo nacionais que se dedicam ao setor habitação.

Nesse sentido e, dessa forma, o Estado concilia interesses conflitantes, “atende” à demanda por moradia e, concomitantemente, impulsiona um emaranhado de negócios que contém ao mesmo tempo o elemento indústria - tijolos, telhas, madeira,

fios, fusíveis, relógio, marcador de consumo de energia, tubos e conexões, cimento, ferro, louças, ferramentas - enfim, agiliza negócios e intensifica o comércio. Por sua vez, ele também acaba resolvendo questões mais amplas que atingem interesses dos grandes especuladores que veem suas terras valorizadas a partir dos investimentos realizados nas imediações, até então guardados como “lotes de engorda” que alimentam e sustentam a lógica da especulação imobiliária.

Por sua vez, a construção desses conjuntos habitacionais, a maioria deles fora do Município de Fortaleza, deverá provocar o deslocamento de parte da população da cidade, ou frear o acesso até o município da capital. O recenseamento de 1991 provavelmente acusará a participação inferior da população de Fortaleza na composição total da Região Metropolitana, se comparada com o resultado de 1980. Dos conjuntos previstos, quatro estão apenas projetados, e os demais já ocupados ou em fase de construção (Figura 5). Isso significa que a Zona Oeste da cidade e especialmente a Sudoeste, mesmo não possuindo a infraestrutura necessária, percentual significativo da população tem sido orientado para ocupá-la, provocando o avanço da malha urbana da capital para os municípios vizinhos. A ausência dessa infraestrutura tem criado sérios problemas à população, com o agravante de que são os segmentos demográficos de salários mais baixos que vêm ocupando as casas desses conjuntos (não é a renda individual que determina quem pode ingressar no sistema de financiamento da habitação, e sim, a familiar). Como o Distrito Industrial de Fortaleza, localizado em Maracanaú, não oferece empregos suficientes para o tamanho da população que aos poucos se aglomera nas suas mediações, intensificam-se as relações entre a população dos conjuntos e o centro de Fortaleza ou subcentros intermediários. As despesas das famílias aumentam com os deslocamentos casa-trabalho-casa, e mes-

mo casa-escola-casa, agora mais caros por serem também mais distantes do centro da cidade. Os conjuntos, quase sempre são construídos em áreas isoladas. Apesar de possuírem os equipamentos tidos como básicos, como escolas, postos de saúde, posto policial e centro comunitário (estes últimos, em alguns), os mesmos não funcionam, na maioria das vezes. Tais casos resultam em situações como a ocupação de certos estabelecimentos que foram construídos para sediar outros serviços. A partir do não funcionamento destes, lhes são dadas outras destinações, ou então, como acontece comumente em alguns conjuntos, os moradores das redondezas vão, aos poucos, retirando o material empregado na obra como telhas, madeiramento, portas, janelas e, em alguns casos, até mesmo tijolos para usarem nas suas habitações. Além da precariedade destes serviços que funcionam ou deveriam funcionar em instalações especiais, os moradores dos conjuntos reclamam muito da infraestrutura básica no que se refere ao abastecimento d'água, qualidade do revestimento das vias de acesso aos conjuntos, insuficiência da rede de esgoto sanitário, deficiência do serviço de coleta de lixo, de policiamento etc., além da quase inexistência de comércio no local. Tal situação é, praticamente, generalizada nos conjuntos habitacionais da Região Metropolitana de Fortaleza. Quanto aos transportes, além do preço alto das passagens devido a localização do conjunto (cada vez mais distantes), os ônibus são raros e aqueles que dependem do transporte ferroviário, contam com a desvantagem de ter que fazer longos percursos a pé, até chegar à estação ferroviária.

Reforça essa situação cada vez mais dramática e desesperadora dessas famílias dependentes desse sistema de transporte, a demora, visto que os trens trafegam com intervalos de uma hora.

No conjunto, as condições de transporte são péssimas, notadamente no horário noturno, provocando momentos de incompleta insatisfação para muitos dos aí residentes, principal-

mente quando têm problemas de saúde com as crianças e adultos e precisam transportar seus enfermos. Nesses momentos, apenas a solidariedade de alguns poucos que possuem transporte individual, ou proprietários de táxi residentes no conjunto, podem resolver a questão.

A situação de miséria, sem dúvida, prevalecerá. Não se resolve a questão da habitação sem se resolver a questão da renda. É lógico que os novos espaços criados, agora em forma de conjuntos, para uma população de baixíssimos níveis de renda, e, em muitos casos sem renda, serão convertidas em pouco tempo, em áreas problemáticas quanto aos serviços e equipamentos urbanos. Em primeiro lugar, a transferência dessas famílias para tais conjuntos, implica impor a elas novas necessidades inexistentes no ambiente das favelas (taxas de água, luz, impostos e, principalmente, transporte, pois a maioria dos conjuntos são construídos em áreas distantes).

Os lotes da Zona Leste apresentam um bom nível de ocupação, porém não nas mesmas condições em que ocorrem na Zona Oeste. Na Leste, principalmente na Praia do Futuro, Água Fria e Messejana - inclusive Cidade dos Funcionários - os lotes são mais caros, impedindo praticamente que aqueles segmentos de baixa renda tenham acesso à terra. Um grande número de lotes se encontra no “pousio urbano”, reservado à especulação imobiliária. As favelas e os poucos conjuntos habitacionais ali localizados estão constantemente ameaçados de transferência ou tendem a ficar cercados como “cidadelas” ou “guetos da pobreza”. Funcionam ainda como área de reserva de mão-de-obra barata, principalmente doméstica, lavadeiras ou biscateiros. O índice de ocupação ainda é baixo, apesar do alto coeficiente de parcelamento. Ao contrário, na Zona Oeste o parcelamento pressupõe o uso quase que imediato dos lotes. Aqueles loteamentos que já extravasaram os limites do município são mar-

cados pela presença da autoconstrução ou por pequenas unidades domiciliares que, na maioria das vezes, não atendem às necessidades de espaço exigidas pelas famílias que as ocupam. Os tamanhos dos lotes são também menores e, ao contrário do outro setor da cidade (Leste), a ausência de infraestrutura urbana é quase completa.

É com essa gama de problemas que Fortaleza se apresenta hoje, sendo esta situação agravada nos períodos de estiagem, devido ao maior número de migrantes que afluem para a cidade. Como se não bastasse, contrapõem-se à seca, os períodos de cheia, que ocorrem constantemente na cidade, deixando Fortaleza num estado deplorável. O regime pluviométrico registrado na cidade revela a incidência da estação chuvosa concentrada, principalmente nos primeiros meses do ano.

A cidade parece totalmente desprovida de meios capazes de resistir a esses problemas sociais. Por sua vez, a administração municipal e da região metropolitana não consegue desenvolver praticamente nenhuma atividade que atenda às necessidades da população como um todo, e especialmente à sua grande maioria constituída de operários empregados e desempregados ou mesmo subempregados. A máquina administrativa parece emperrada para solucionar os problemas urbanos ligados ao saneamento básico, compreendendo calçamento das vias, rede de abastecimento d'água, rede de abastecimento de energia elétrica, rede de esgoto sanitário, serviço de limpeza pública, serviço de coleta de lixo, controle da poluição, transportes, abastecimento de gêneros alimentícios, assistência à saúde, educação, segurança pública etc. Todo aparato administrativo e as organizações políticas e jurídicas emanadas do Estado exigem uma estrutura que, em muitos casos, dificulta todo o funcionamento da administração. Os movimentos populares foram impedidos durante muito tempo de se organizar. Os poucos que ensaiaram até mesmo

uma débil organização, foram amordaçados no período longo da repressão política e econômica que atravessamos. Seu papel, sem dúvida, é fundamental para atenuar a frieza e tendenciosidade da máquina administrativa.

Como todo país em desenvolvimento, o Estado é o grande patrão, é o bloco do poder, tanto mais paternalista quanto mais miserável for a massa. Além da infraestrutura básica provida por ele, há toda uma hierarquia de relações, mediadas ou não, que constituem os movimentos sociais mais palpáveis e patéticos no mundo periférico dos centros urbanos. O que se passa em Fortaleza no sentido de relação Estado-periferia retrata, em pequena proporção, o macro dos movimentos centro-periferia do mundo ocidental.



CAPÍTULO 3

PLANEJAMENTO E EXPANSÃO URBANA

Maria Clélia Lustosa Costa

Fortaleza, até o final do século XVIII, era uma pequena e acanhada vila sem nenhuma expressão econômica, tendo apenas o papel de capital administrativa. Na hierarquia urbana cearense, Fortaleza aparecia com pouca expressão, com menor porte e importância que as cidades de Aracati, Icó, Sobral, Camocim, Acaraú e Quixeramobim. Estas cidades desenvolviam atividades ligadas aos setores industrial, comercial e de prestação de serviços.

A criação de gado era a atividade econômica predominante da população do semiárido nordestino e, particularmente, do Ceará. Essa atividade tinha como objetivo fornecer carne, couro e animais de tração para as regiões canavieiras. Os pecuaristas também se dedicavam ao plantio de culturas de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca. Os diversos espaços cearenses quase não mantinham relações comerciais entre si. A produção da zona norte era concentrada em Sobral e deste centro descia os vales dos rios Acaraú e Coreau em direção as

vilas portuárias de Acaraú e Camocim. A zona leste, onde domina o vale do Jaguaribe, tinha como centro coletor de produção interiorana a Vila do Icó. Esta produção descia o rio Jaguaribe para ser exportada pelo porto de Aracati. Eram por este centro que também chegavam e eram distribuídos os produtos do exterior. Já a Região do Cariri, por suas características climáticas e econômicas, produzia cana-de-açúcar e mantinha relações mais importantes e diretas com o Recife.

A *Descrição Geográfica Abreviada do Ceará* (1816), do Ouvidor Rodrigo de Carvalho, retrata a situação em que se encontrava Fortaleza no início do século XIX. “Muito acanhada a capitalzinha”. Foi a expressão encontrada por Raimundo Girão diante do quadro descrito pelo Ouvidor:

A vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada: mas como só as mediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquiraz e parte do termo da vila de Monte Mar o Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menor que o de Aracati. Não há um só sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta; o tijolo, cal e a madeira são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A casa da Câmara estava arruinada e não havia Cadeia, servindo-se as autoridades civis de uma cadeia militar, o que dá motivo a uma infinidade de contradição das dependências criminais. (GIRÃO, 1979, p. 75).

Fortaleza cresceu, com seu traçado acompanhando os antigos caminhos que demandavam o interior – caminhos de Arroches, de Aquiraz, de Soure, de Jacarecanga, de Messejana, Picada do Mucuripe, da Pacatuba (Ver Figura 5).

É dentro desse quadro que se inicia a preocupação do poder público com a organização e o planejamento do espaço de

Fortaleza. Havia necessidade de construir obras públicas, elaborar normas para a expansão da cidade e oferecer as condições gerais necessárias para o desenvolvimento urbano. Com esse objetivo, o Governador da Província do Ceará, de 1812 a 1820, Coronel Manuel Inácio de Sampaio, convidou para ser ajudante de ordens o Tenente-Coronel Engenheiro Antonio José da Silva Paulet.

Paulet projetou e executou vários serviços e obras. Elaborou também um Plano Urbanístico que até hoje permanece sendo a matriz básica da cidade de Fortaleza. Desprezou o sentido de crescimento da Vila, que tendia a acompanhar as tortuosidades do riacho Pajeú “traçou o estilo quadrangular que se adaptava a natureza relativamente plana do terreno”. Silva Paulet, de formação europeia, inspirou-se no traçado em retângulo ou xadrez que era, na época, o modelo dominante, a exemplo das cidades hispano-americanas (GIRÃO, 1979, p. 77).

Por solicitação da Câmara e do Governador, foi incumbido de levantar a planta da vila, incluindo nela o contorno da nova “Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção”. O forte foi erguido pelas primeiras autoridades locais, com proteção aos ataques indígenas tendo sido, então, reconstruído em alvenaria. Nesse período surgem os serviços de Alfândega, o Mercado Municipal e chafarizes em diversas partes da Vila.

As orientações de Paulet continuaram respeitadas pela Corporação Comunal nos anos que se seguiram e tiveram, como seu maior e melhor defensor, o Boticário Antonio Rodrigues Ferreira, Presidente da Câmara no período de 1843 a 1859, cuja preocupação era o “aformosamento” da cidade que lhe foi confiada.

Ferreira teve como auxiliar o Engenheiro Adolfo Herbster, pernambucano, filho de suíço-alemão, que chegou ao Ceará em janeiro de 1855. Para Raimundo Girão, este engenheiro, “cuja

ação diretiva e técnica, vai constituir o melhor instrumento de disciplinação no crescimento de Fortaleza” (GIRÃO, 1979, p. 77).

Antes da contratação de Herbster foram levantadas duas plantas da cidade que eram simples desenhos cartográficos - a primeira em 1850 pelo arruador - cordoador do município, Antonio Simões Ferreira Tomás; a segunda, em 1856, a partir do levantamento cadastral da cidade pelo Padre Manuel de Rego Medeiros (Figura 10).

Esta planta mostra-nos que a cidade já se definia integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A descrição abaixo revela este fato. Para Girão, “é evidente o contraste entre a cidade antiga, tipicamente topográfica e a cidade nova, que aumentava obediente à geometria, ao traçado ortogonal retangular.” (GIRÃO, 1979, p. 79).

Uma publicação da extinta Companhia de Desenvolvimento de Fortaleza - CODEF - assinala que o Mapa do Padre Rego de Medeiros constatava que a “área urbana ia pouco além dos limites: oeste rua 24 de Maio (rua da Lagoinha); ao sul, rua Clarindo de Queiroz até a Barão do Rio Branco (rua Formosa) e da Pedro Pereira até a Cidade da Criança (Largo: 10 Garrote); ao leste, ao longo da margem esquerda do riacho Pajeú e uma já mais acentuada expansão entre a Avenida Pessoa Anta (rua do Chafariz) e a praia.” (CODEF, 1979, p. 21).

Adolfo Herbster elaborou algumas Cartas de Fortaleza, sempre “tendo em mira a sua remodelação e “notadamente” a sua ampliação.” (GIRÃO, 1979, p. 97).

A “Planta Exacta da Capital do Ceará” foi datada de abril de 1859” mês em que faleceu o Boticário Ferreira. Nesta planta, “Herbster incluiu vários elementos” como o levantamento do Sistema ecológico” as vias de acesso à cidade, a denominação dos logradouros públicos e registrou todo o equipamento público e privado existente.

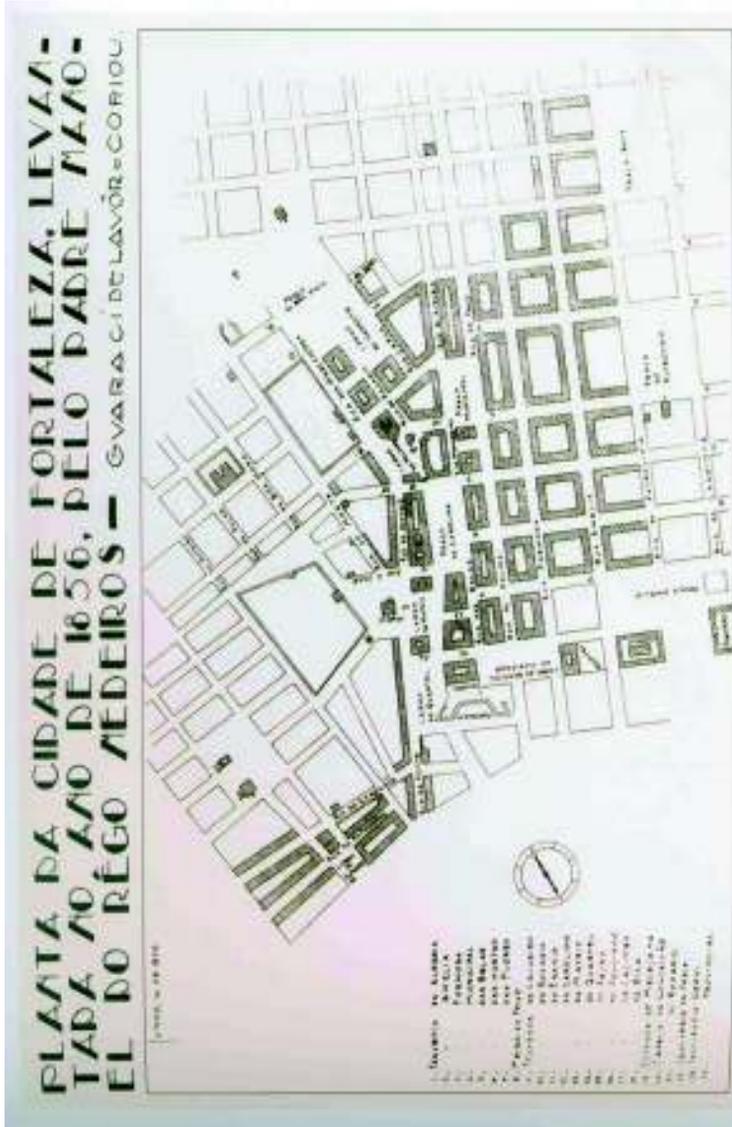


Figura 10 – Planta Exata de Manuel Rêgo de Medeiros

A preocupação com a organização do espaço urbano fortalezense ocorreu concomitantemente ao fortalecimento das capitais, resultante da nova ordenação política da Regência, que concentrava poderes nas sedes das províncias e ao crescimento econômico de Fortaleza, iniciado com a concentração de mercadorias e riquezas a partir da integração do Ceará na divisão internacional do trabalho, como exportador de algodão em 1818.

A Europa estava em plena Revolução Industrial. O avanço da indústria têxtil na economia inglesa gerava uma demanda crescente de algodão. O Ceará transformou-se num vasto algodão.

A cultura algodoeira no interior do Ceará expandiu-se significativamente a partir do século XIX, diante de grandes eventos internacionais, como a Guerra de Secessão americana e a queda de produção de outros fornecedores (SILVA, 1984).

A proximidade da Serra de Uruburetama, grande produtora de algodão, favoreceu a localização do Porto de Fortaleza. A utilização de barcos de maior tonelagem e, posteriormente, o emprego de navios a vapor, tornaram inviável o uso do Porto de Aracati, conduzindo esta cidade a um processo de estagnação econômica. Outras áreas da província passaram a escoar sua produção pelo Porto de Fortaleza.

A partir de então, passou a convergir para Fortaleza quase toda produção do Ceará, promovendo a antiga Vila, elevada a categoria de cidade em 1826, de simples e acanhado centro administrativo, em centro comercial, coletor e exportador da produção agrícola e distribuidor de bens industriais. Mas até a década de trinta deste século Fortaleza ainda sofria forte concorrência de centros interioranos como Icó, Sobral e Aracati.

A integração da economia estadual iniciou-se com a construção do Porto no Poço da Draga, que passou a competir com os portos de Aracati e Camocim e com a implantação de um sistema de transporte ferroviário, ligando a capital ao interior,

acentuando o comércio e facilitando o deslocamento da produção interiorana para fins de exportação.

Outros fatores impulsionariam o desenvolvimento de Fortaleza no período entre 1866 e 1873, como a criação de uma linha de navios a vapor ligando esta cidade diretamente à capital do País e a Europa, e a melhoria da rede ferroviária que se dirigia ao interior do Estado. A iluminação pública passou a ser feita com combustíveis a base de gás carbônico. Inaugurou-se a primeira linha de trem e começou a funcionar o serviço de canalização d'água (1867). Algumas ruas centrais foram pavimentadas com paralelepípedos. Nesse período, a Capital ultrapassou o famoso porto de Aracati em transações comerciais (CODEF, 1979).

Em 1863, de acordo com o ensaio estatístico de Senador Pompeu, a população era calculada em 16.000 habitantes, incluindo os subúrbios ocupados por palhoças. A cidade apresentava 960 casas de tijolos e telhas, 8 ruas calçadas e espaçosas e 8 praças, sendo 3 arborizadas e com cacimbas públicas (GIRÃO, 1977).

A expansão da rede de transportes ferroviários (Fortaleza-Baturité, 1876: Fortaleza-Cariri, 1926: Fortaleza – Sobral, 1934), posteriormente reforçada pelas rodovias, ampliou o raio de influência da capital, que passou a centralizar rapidamente o processo de comercialização, a prestação de serviços e a administração do Ceará, enfraquecendo os centros interioranos.

Diante das transformações sofridas no espaço de Fortaleza, Adolfo Herbst, sob a inspiração da Planta de Paris, remodelada pelo Barão de Haussmann, elaborou uma planta para a cidade, em 1875, visando o planejamento para sua extensão. Projetou um conjunto de largas avenidas, limitando o núcleo urbano da cidade. A oeste do centro urbano estava o Boulevard do Imperador (hoje avenida do Imperador), a leste o Boulevard da

Consolação (atual avenida D. Manuel) e, ao norte, o Boulevard Duque de Caxias (atual avenida Duque de Caxias). A proposta de Herbster foi tão significativa para Fortaleza que, até hoje, o centro da cidade está ainda circunscrito aos limites das avenidas por ele traçadas.

Já aposentado, em 1888, Herbster faz uma nova planta diretora para Fortaleza, “ampliando e consolidando ainda mais a enxadrezamento e a remodelação da cidade”. Mas esta proposta não foi implementada pelos administradores municipais, o que para Raimundo Girão trouxe “enormes prejuízos a um progresso mais conforme as regras de estatização urbanísticas.” (GIRÃO, 1979).

O crescimento horizontal da cidade orientou-se para a Zona Oeste, no sentido oposto ao litoral, pois a população de alto padrão, nesta época, não valorizava o mar e existia o preconceito de que o solo arenoso não se prestava a edificações, não suportando casas de mais de um andar. (GIRÃO, 1979). A cidade se expandia acompanhando a antiga estrada do Soure (hoje, Bezerra de Menezes / BR-222), e a Guilherme Rocha / Francisco Sá. Nesta área surgiu o bairro de Jacarecanga, onde aglutinavam-se as famílias de alto poder aquisitivo da cidade e que dominavam politicamente o Estado.

Em Jacarecanga foi instalado o colégio Liceu do Ceará para formar e educar os filhos dessa burguesia. Até a década de sessenta do século XX, apesar de ser público, o Liceu era considerado um dos melhores colégios da cidade. Por ele passaram muitos intelectuais, profissionais liberais e políticos de destaque no Ceará. Em 1880, foi instalado o serviço de transportes coletivos, realizado por tração animal pela empresa canadense Ferro Carril. “Saíam da praça do Ferreira rumo ao Boulevard do Rio Branco (Joaquim Távora), Benfica e Alagadiço (Bezerra de Menezes). Só mais tarde, em 1914, e que Ceará Tranway Light and

Power haveria de implantar o sistema de transporte elétrico em Fortaleza” (*Jornal Fort News*, 08 de junho de 88).

O desenvolvimento dos meios de transporte liberou os moradores da necessidade de viverem no núcleo central, fornecendo a expansão urbana. Essa situação teve início a partir da implantação dos bondes puxados a burro, depois os bondes elétricos, os trens e, atualmente, os ônibus, automóveis e outros meios de transporte comum às cidades modernas.

O Estado, ao implantar novas linhas de bondes, estradas de ferro e rodovias, direcionava o crescimento da cidade e valorizava novos espaços, tornando-se acessível em termos de transporte para a população. Assim é que, ao longo e no final das linhas, surgiram chácaras de famílias ricas do interior.

No final do século passado também foram inaugurados os serviços de iluminação pública e de calçamento. Já no século XX, teve início a operação de cabo submarino, do sistema telefônico e telégrafo e dos serviços postais. A cidade passou então por um período de prosperidade. Começaram a funcionar os primeiros cursos superiores – Direito, Farmácia, Odontologia e Agronomia. Também nesse período foram inaugurados o primeiro cinema (1910) e o Theatro José de Alencar (1910) (CO-DEF, 1979).

Em 1912, em função da chegada do automóvel, Ildefonso Albano assumiu a administração da cidade e determinou a retificação do alinhamento das casas, para que fossem alargadas as ruas e feitos melhoramentos na pavimentação. A cidade começou a se organizar em função do transporte individual e da população que tem recursos para adquiri-lo.

Fortaleza tornou-se o grande centro econômico do Estado, mudando a hierarquia urbana cearense. No início do século XX, a capital já concentrava uma gama de serviços, equipamentos e atividades, atraindo a população de outras cidades e da zona rural.

A implantação da oficina mecânica da RFFSA – Oficina do Urubu, na década de 1930, e da ferrovia que corta a Zona Oeste da cidade atraiu para as proximidades de seu leito as primeiras indústrias de beneficiamento de algodão e a mão-de-obra nelas empregada.

Surgiram os estabelecimentos industriais, “como resposta à crise internacional de algodão, que provocou a baixa do preço do produto. Os produtos da pecuária e o algodão eram a matéria-prima para as indústrias que favoreceram um incipiente desenvolvimento urbano. (SILVA, 1984).

A crise internacional de 1929, quando houve uma quebra nas exportações de produtos primários brasileiros, e a Revolução de 30, no Brasil, alteraram a divisão regional do trabalho e a organização do espaço brasileiro. Estas transformações internas refletiam a problemática mundial e a própria redivisão internacional do trabalho. O Brasil, país exportador de matéria-prima, iniciou o seu processo de industrialização via substituição de importações. O Ceará passou a exportar algodão, cera de carnaúba, outras matérias-primas e, principalmente, mão-de-obra para a região Sudeste. Teve início o grande e interminável fluxo migratório – cearenses que fugiam da destruição da economia agrária, em busca de trabalho.

Com as grandes secas e o agravamento da questão agrária, o homem do campo também migrava para Fortaleza. Surgiram as primeiras favelas (Pirambu, Zé Padre e Mucuripe), principalmente a partir de seca de 1932. A população imigrava e alojava-se também na faixa litorânea e nas dunas, áreas desprezadas pela população de mais alta renda. Exploravam a pesca ou trabalhavam na indústria, no comércio ou na prestação de serviços.

Fugindo da poluição das indústrias e da proximidade das favelas, a população de mais alto padrão de vida transferiu-se do bairro de Jacarecanga para a Aldeota, do outro lado da cidade (leste) que, em 1930, não passava de um extenso areal.

Assim, começava a ficar mais visível, a partir da década de trinta, o processo de diferenciação espacial e segregação residencial. A distribuição da população no espaço urbano de Fortaleza ficou nitidamente determinada pelo nível de renda.

Após os projetos urbanísticos de Adolfo Herbster, a partir de 1875, os prefeitos municipais não empreenderam nenhum outro plano, até a administração de Tibúrcio Cavalcanti. Os prefeitos Guilherme Rocha, Ildefonso Albano e Álvaro Weyne construíram obras, ajardinaram praças, porém sem obedecer a nenhum projeto sistematizado. (GIRÃO, 1979).

Na administração revolucionária do Prof. Tibúrcio Cavalcanti (1931/ 1932), foi levantada a planta de 1932 (Ver Figura 8), onde já estavam definidos os bairros da Aldeota, Prainha, Benfica, Joaquim Távora, Jacarecanga e Floresta. Em sua gestão foi implantado o projeto de arruamento de Adolfo Herbster .

Tibúrcio Cavalcante mostrou à Interventoria Federal a necessidade de se consultar um urbanista para elaborar um novo plano de urbanização para Fortaleza. Mas foi seu sucessor, Raimundo Girão, quem teve a oportunidade de contratar, após estudar demoradamente a matéria e ver de perto o que estava sendo feito em Recife e João Pessoa, o arquiteto Nestor Figueiredo, apesar de parecer contrário do Conselho Consultivo da Cidade. (GIRÃO, 1979).

No Plano de remodelação e extensão de Fortaleza, do urbanista Nestor de Figueiredo foi feita, sob a influência de Le Corbusier, a primeira proposta de zoneamento para a cidade de Fortaleza, Le Corbusier propôs separar analiticamente as funções urbanas – habitação, trabalho, lazer e circulação – dando origem a Carta de Atenas. É importante ressaltar a atualidade deste urbanista, pois o Congresso de Atenas aconteceu em 1933 (MARQUES, 1986).

A filosofia viária do plano propunha a “implantação de um

sistema radio concêntrico, de vias principais através de ruas periféricas e alargamentos das radiais.” (CODEF, 1979).

O plano de Nestor de Figueiredo foi interrompido quando o prefeito Raimundo Girão deixou o cargo em 1934. Sua elaboração só foi retomada em 1943, pelo prefeito Raimundo Alencar Araripe, que já tinha restaurado a comissão do plano da cidade em 1939, mas o plano não pôde ser executado, pois muitas modificações já haviam sido feitas na cidade (GIRÃO, 1979)

A cidade dos ricos expandiu-se então para o leste, ocupando as áreas melhores. A transferência do porto do Poço da Draga para a Barra do Mucuripe veio ratificar esta tendência, pois levou infraestrutura para esta área. Apesar de muitas discussões e polêmicas, as obras do Porto do Mucuripe foram iniciadas em 1938, originando uma série de problemas de ordem ambiental, tendo a ação das ondas erodido praias, derrubando casas e construções.

Na década de 1960, foi construído o ramal da estrada de ferro Parangaba- Mucuripe contornando e passando distante da área ocupada e fazendo a ligação Estação Ferroviária João Felipe-Zona Industrial-Porto e Porto-Interior do Estado.

Armazéns e depósitos próximos das docas do Porto Velho deslocaram-se para as Docas do Mucuripe na década de cinquenta a partir da atração do novo porto. Posteriormente, instalaram-se, na mesma área, moinhos de trigo, indústrias ligadas a exportação, fábrica de asfalto, companhias distribuidoras de derivados de petróleo e indústrias ligadas à pesca. Atraída pelos empregos nos serviços portuários e nas indústrias, a população pobre construiu favelas. A “zona do meretrício” também se transferiu para o farol do Mucuripe

O prefeito Clovis de Alencar Mota, na interventoria do Coronel Machado Lopes, aprovou em 1947, o anteprojeto do “Plano Diretor para Remodelação e Extensão de Fortaleza” ,

executado pelo engenheiro Sabóia Ribeiro, apresentado com um memorial justificativo resumindo suas idéias (CODEF, 1979).

Este plano tinha uma preocupação pioneira com a preservação dos leitos dos riachos e das áreas verdes e com a delimitação de áreas verdes de parques.

Na administração do prefeito Acrísio Moreira da Rocha, em 1948, Sabóia Ribeiro apresentou o projeto final do plano diretor, que enfocava a divisão e nomenclatura dos bairros, o sistema viário e os espaços livres. No plano também há indicações de zonas portuárias industriais, comerciais e residenciais, sem, contudo, estabelecer uma definição clara dos critérios adotados para esse zoneamento (CODEF, 1979). O plano malogrou.

Na análise de Raimundo Girão, o

o plano de Sabóia Ribeiro tecnicamente era digno de todos os elogios, mas não fora resultante de estudos mais aprofundados, mais realistas, das possibilidades econômicas da cidade, além de ter surgido, no tocante a sua adoção oficial, com grave erro de origem. Foi tornado obrigatório, ex-abrupto, mediante apressado Decreto-Lei, sem transmitir pelos crivos purificante da Comissão do Plano da Cidade (GIRÃO, 1979).¹

Na década de cinquenta, o crescimento populacional, a estrutura agrária, as grandes secas de 1951 e de 1958 e as enchentes de 1959 provocaram, através do intenso processo migratório de 90.5%. A população de Fortaleza passou de 270.169 em 1950 para 514.813 habitantes, em 1960. Esse crescimento populacional aumentou a defasagem entre o tamanho da população, a oferta de

¹ A falha apontada ao Plano de Sabóia Ribeiro foi a mesma do então Prefeito Raimundo Girão, em 1932, quando não aceitou o parecer contrário do Conselho Consultivo da Cidade, para elaborar novo plano de urbanização.

emprego e as condições de infraestrutura e serviços urbanos. O número de favelas cresceu e os problemas sociais se agravaram.

A política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek favoreceu a industrialização e direcionou o fluxo migratório para as grandes cidades. A implantação de grande indústria automobilística no Brasil exigiu a formação de uma nova política de organização espacial, visando a utilização do transporte rodoviário. O país foi rasgado por novas e extensas rodovias. Nas cidades foram construídos avenidas, ruas mais largas grandes estacionamentos, viadutos e autoestradas. O espaço urbano se organizou em função do automóvel, bem a que só tem acesso as classes média e alta, que podem pagar por este meio de transporte individual. Começaram a surgir os problemas urbanos das cidades modernas – os congestionamentos, os acidentes de trânsito, a poluição sonora e do ar. Gerados a partir da produção de bens para servir a comodidade de alguns, esses problemas afetam a toda população, que sofre suas consequências. É a privatização dos benefícios do transporte individual e a socialização das perdas decorrentes do seu uso.

Após a grande seca de 1958, foi criada a SUDENE, em dezembro de 1959. Os incentivos a industrialização foram a forma encontrada pelo Estado para “solucionar” os problemas da região Nordeste. O processo de industrialização visava neutralizar os efeitos negativos decorrentes do acelerado crescimento populacional e das péssimas condições de vida da população através do aumento na oferta do número de empregos. Recursos públicos provenientes do Imposto de Renda e de outras fontes eram transferidos para empresários que quisessem investir na região.

Fortaleza transformou-se em polo de atração das populações migrantes, apesar do incipiente processo de industrialização do Ceará. O número de empregos não acompanhava o crescimento populacional, gerando enormes deficiências nos

serviços urbanos, conforme foi retratado em levantamento realizado para o plano urbanístico de Hélio Modesto, em 1967.

Naquela época, Fortaleza possuía uma rede pública gratuita de água que atendia a 20% dos prédios da cidade, um serviço de esgotamento sanitário concentrado na zona central da cidade que servia a 20% das edificações e uma rede de energia elétrica para 70% dos consumidores potenciais. O maior déficit era o fornecimento de energia elétrica para o setor industrial (MARQUES, 1986, p. 118).

O crescimento populacional provocou um adensamento no núcleo central, obrigando seus habitantes a irem gradativamente se afastando para as áreas periféricas. Houve uma seleção de atividades permanecendo, no centro, as tipicamente comerciais. As classes mais abastadas dirigiam-se para a Aldeota, na Zona Leste, que já contava com características residenciais de alto nível. As classes menos abastadas se direcionaram para bairros periféricos nas zonas Oeste e Sul, onde já estavam instaladas algumas indústrias ao longo de via férrea. Eram áreas ainda não urbanizadas, sem infra-estrutura.

Este processo de incorporação de novas áreas à cidade foi precedido pela ação de especuladores imobiliários, que se apropriaram de terrenos localizados na periferia urbana e de loteamentos de antigos sítios que anteriormente tinham uso rural (Sítio Cocó, Sítio Alagadiço, Sítio Cambeba, Estância). Estes parcelamentos foram feitos de acordo com o traçado em xadrez, obedecendo à orientação estabelecida no Plano Diretor da Cidade.

Assim, áreas mais distantes foram sendo ocupadas, enquanto enormes terrenos, alguns parcelados, em torno do centro, ficavam em “pousio”, a espera de valorização.

Em 1960, de acordo com o arquiteto Liberal de Castro (1977, p. 32), Fortaleza, então com 520 mil habitantes, apresen-

tava uma área loteada para abrigar uma população de 2 milhões de pessoas. Seus cálculos foram baseados em um adensamento da ordem de 150 hab/ha.

Em 1963, Hélio Modesto, a partir do levantamento da situação da cidade, elaborou um novo Plano Diretor, em que “apresentava uma abordagem integrada, cujas proposições urbanísticas abrangiam só aspectos econômicos sociais e administrativos”. Esse plano adotava um zoneamento funcional, agrupando atividades não confluentes em locais adequados e levando em conta a estrutura socioeconômica da cidade expressa nas formas e tendências de uso e ocupação do solo. Baseadas em estudos da situação existentes na década de sessenta, em relação a ocupação diferencial do solo, estabeleceu uma classificação de quatro zonas diferenciadas em função do nível de renda da população. Ampliaram-se as possibilidades de crescimento vertical em determinadas áreas da cidade. Nas zonas residenciais -ZR-2-, foram permitidas edificações com até oito pavimentos. Na área central as construções puderam atingir até doze andares embora esse zoneamento ainda não abrangesse a área a leste do ramal Porto do Mucuripe – Parangaba. Propôs ainda a construção de avenidas e parques (CODEF, 1979, p. 37).

A proposta de zoneamento desse plano, baseado na rede, é a oficialização da segregação socioespacial.

De sua concepção, uma série de propostas foi adotada, como a

construção do trecho da Avenida Beira-Mar, voltando-se, finalmente, a cidade para o mar; construção da avenida Perimetral, anel que contorna a cidade e ligando entre si os bairros da periferia (da Barra do Ceará ao Mucuripe); abertura da avenida Luciano Carneiro, proporcionando melhores condições de acesso ao Aeroporto; elaboração de cartas aerofotogramétricas e ortofotocartas, cobrin-

do a área total do município, e implantação do Cadastro Imobiliário (CODEF, 1979, p. 40).

Em 1962, o Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado do Ceará – SAAGEC, iniciou a exploração do fornecimento d'água. Em 1963, a Aldeota era o primeiro bairro a ser beneficiado com a captação d'água subterrânea das dunas do Papicu, pois seus habitantes tinham maior capacidade de pagamento. A expansão da rede de energia elétrica, produzida pela CHESF na usina de Paulo Afonso, a partir de 1965, melhorou o abastecimento da cidade, favorecendo, sobretudo, o setor industrial (MARQUES, 1986, p. 118).

O movimento militar de 1964 deu novas diretrizes à política de desenvolvimento urbano, criando o BNH e o SERPHAU. O governo federal passou a concentrar mais recursos financeiros e a controlar política e administrativamente todo o aparelho de Estado, reduzindo a autonomia dos Estados e municípios.

Uma nova forma de região administrativa, baseada em dados de polarização e integração municipal foi criada pela Constituição de 1967 – as regiões metropolitanas, entre elas a de Fortaleza (CODEF, 1979, p. 42).

Com o patrocínio do Governo Federal, foi elaborado em 1972, o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza – PLANDIRF. O contrato de uma equipe do Sul do país provocou o um protesto dos arquitetos locais, pois a Escola de Arquitetura já tinha formado um grande número de profissionais, desde a sua criação. Tratava-se de mais uma interferência do governo federal incorporando grandes empresas ao planejamento urbano.

Segundo a orientação do PLANDIRF, foram implantados diversos projetos para o sistema viário (Avenidas Presidente Castelo Branco, Borges de Melo, Aguanambi, Zezé Diogo e o 4º

anel viário) e programas socioeconômicos – instalação de centros comunitários e desfavelamento com a construção de conjuntos habitacionais.

O PLANDIRF propunha a incorporação de novas áreas à cidade, com aberturas de vias e construção de pontes sobre o Rio Cocó, uma antiga barreira à expansão urbana. A cidade ultrapassaria a linha férrea Mucuripe – Parangaba e o Rio Cocó, incorporando o Sítio Cocó e as terras além do rio, o atual bairro da Água Fria.

Naquela época, governava o Estado do Ceará o Coronel César Cals, que pertencia à família Diogo, proprietária de terras (Sítio Cocó) na Zona Leste da cidade. O prefeito era o engenheiro Vicente Fialho.

Uma ação conjunta entre Governo e empregadores incorporou à cidade o bairro Água Fria, da zona leste, através de doações pelos Grupos Edson Queiroz e Patriolino Ribeiro, de terrenos vizinhos para a construção da Imprensa Oficial e do Centro de Convenções. Estes equipamentos foram instalados nas proximidades do mesmo Grupo Edson Queiroz, que deu início a suas atividades em 1973. A instalação desses serviços fez com que o governo, usando o dinheiro do contribuinte, levasse água, telefone e asfalto até lá, atravessando áreas ainda não habitadas pelos latifundiários urbanos (BRANDÃO, 1986).

Em 1973, foram implantadas as regiões metropolitanas, entre elas, a de Fortaleza, composta atualmente pelos municípios de Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Caucaia, Maracanaú, Euzébio e Fortaleza. Foram criadas, também, a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF e Companhia de Desenvolvimento de Fortaleza – CODEPE, que passaram a controlar e supervisionar as atividades do planejamento físico e socioeconômico da RMF e do Município.

Sob o governo do Coronel Adatao Bezerra, que nomeou

o Prefeito Evandro Aires de Moura, (1974/1978), um novo plano diretor físico de Fortaleza foi aprovado pela lei 4.486, de 12/03/75. Este plano dividia o município em zonas, legislando sobre os usos e ocupação do solo, com o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano (CODEF, 1979)

O Plano Diretor Físico propunha, com relação ao sistema viário, acentuação do esquema radioconcêntrico da cidade. Assim foi prolongada a Avenida Santos Dumont (1976), sob o pretexto de dar acesso ao conjunto Cidade 2000, a construção da Avenida Zezé Diogo (Dioguinho) e da Praça 31 de Março, na Praia do Futuro. Também foi prolongada a Avenida Antonio Sales, facilitando o acesso ao Centro de Convenções, Universidade de Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará e Academia de Polícia os quais à época, só tinham como opção a Avenida Santos Dumont e a rua Francisco Gonçalves.

O conjunto Cidade 2000 que foi pretexto para o prolongamento da Avenida Santos Dumont, foi construído em 1972. Quando de sua construção, a área onde hoje está assentado, era isolada da malha viária básica da cidade. Os aspectos ligados a sua implantação e as características de vários momentos da vida do conjunto foram o objeto principal de tese de mestrado que discutiu sua construção e ocupação, a valorização do entorno no contexto da Zona Leste de Fortaleza, bem como toda problemática segregacional revelada na variada gama de dificuldades contidas no cotidiano dos moradores.

Nesse período, com a expansão do sistema viário para o leste, ocorreu um acelerado processo de especulação imobiliária abrindo-se novos loteamentos, sem nenhuma fiscalização do Poder Municipal e sem nenhuma infraestrutura, construindo-se residências de alto padrão em lotes de grandes testadas. Além dos problemas sociais provocados pela especulação imobiliária, que expulsa a população de menor renda para periferias distan-

tes, surgiram novos problemas decorrentes da degradação ambiental gerada por aterros de lagoas e riachos e pelo desmonte de dunas.

Data dessa época, o início dos problemas de ordem ambiental na Cidade 2000 com o surgimento do novo divisor de águas para a Zona Leste, pela construção da Avenida Santos Dumont e o aterro da Lagoa de Três Corações, localizadas nas adjacências do Conjunto. O aterro se deu apesar da existência da lei dos recursos hídricos que preserva, legalmente, todos os mananciais da cidade.

Como se vê, ocorreu uma acentuada expansão para a Zona Leste da cidade em direção a Praia do Futuro ultrapassando a via férrea e o Rio Cocó considerados antigamente barreiras naturais ao crescimento urbano. A ação do poder público e obediência ao PLANDIRF e à Lei Nº 4486/73 na construção de grandes obras públicas, instalação de infraestrutura e equipamentos urbanos, incorporam à cidade o Sítio Cocó (hoje dividido nos bairros Vicente Pinzon, Papicu e Cocó), as terras de Patriolino Ribeiro (bairros Água Fria e Edson Queiroz), o Sítio Colosso, o Sítio Alagadiço (Casa José de Alencar) e o Sítio Cambeba (sede do Governo do Estado).

A criação da Universidade Federal do Ceará (1955), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959) e a instalação de filiais de empresas privadas e sedes dos órgãos federais (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) - DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil - BNB) permitiram a constituição de um novo segmento de classe média formada por professores universitários, executivos de empresas privadas e técnicos do setor público. Associada a burguesia comercial industrial e apoiada no Sistema Financeiro da Habitação, a classe média conquistou as áreas reconhecidas como nobres, situadas na Zona Leste. A capacidade de poupança dessa classe tem con-

corrido para alimentar a especulação imobiliária, acelerando o processo de parcelamento do solo não só na capital, mas também em outros municípios periféricos notadamente no litoral de Caucaia, Beberibe, Aquiraz, Cascavel, Pacajus e São Gonçalo do Amarante.

Oliveira em “O Estado e o Urbano no Brasil” ressalta o papel das chamadas classes médias na ampliação do setor terciário e da organização do espaço da cidade. O Estado tem direcionado seus investimentos e planos para atender, sobretudo, os reclamos advindos das demandas da classe média (OLIVEIRA, 1982, p. 19).

A pressão dos especuladores sobre os poderes Legislativo e Executivo tem alcançado diversas conquistas, conseguindo alterações no zoneamento da cidade que visam ampliar a densidade populacional e a taxa de ocupação dos terrenos das zonas mais valorizadas da cidade. Este é o caso da alteração da Lei 4.486, de 12/03/1975, no zoneamento especial da orla marítima, pela Lei Nº 4.821 de 12/12/1976 (CODEF, 1979).

A valorização do espaço da Zona Leste e principalmente das áreas litorâneas, levaram a uma redução da zona industrial do Mucuripe acerca da metade de sua área inicial, pois esta atividade era incompatível com o uso residencial de alto nível das adjacências (MARQUES, 1986).

Entre 1976 e 1978, na política urbana nacional de planejamento integrado, instalou-se em Fortaleza um escritório do GEIPOT, com o objetivo de elaborar estudos referentes ao transporte urbano, através do convênio entre o Ministro dos Transportes e o Governo Estadual. Mais uma vez, o Governo Federal desenvolveu projetos que interferem na malha urbana do município, sem consulta às autoridades locais.

Ainda durante o governo de Adauto Bezerra, foram construídos o interceptor oceânico e o emissário submarino, com o objetivo de melhorar as condições de saneamento da cidade. Foi

ampliada a rede de esgoto, beneficiando a Zona Leste, apesar do emissário ter sido construído na Zona Oeste, na praia do Kartódromo (Leste- Oeste), em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros. Os sistemas de esgoto atendem as edificações construídas a leste, a partir do ramal ferroviário Mucuripe-Parangaba, atingindo até o gradiente (espigão) da Avenida Antônio Sales. A oeste, a rede só atinge até a Escola de Aprendizes Marinheiros, onde sai o emissário, mar adentro.

Problemas técnicos no funcionamento do emissário e um número significativo de indústrias não ligadas à rede pública de esgotamento sanitário têm trazido consequências negativas para a população que habita as proximidades do emissário. O índice de poluição de suas praias, onde há elevada concentração de coliformes fecais e dejetos industriais, é altíssimo, sendo consideradas pelos órgãos representativos da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), impróprias para os banhistas. Mesmo assim, pela falta de opções de lazer de seus habitantes, as praias são muito frequentadas durante os finais de semana.

Quando voltou a governar o Estado, o Coronel Virgílio Távora (1978/82), que já havia sido governador no período 1962-1966, nomeou para o cargo de Prefeito da Capital, o médico Lúcio Alcântara, filho do ex-governador Waldemar Alcântara.

Nessa administração, foi construído o Centro Administrativo do Ceará, numa área de 47 hectares de terreno do governo estadual. A concentração de prédios públicos visava melhorar o rendimento do serviço burocrático e facilitar a vida de quantos demandam as repartições públicas a fim de tratar de assuntos a elas pertinentes. A construção do Centro Administrativo foi criticada desde o seu lançamento, sobretudo pelos políticos do partido de oposição (PMDB), tanto por sua localização no Sítio

do Cambeba, a 14 km do centro da cidade, quanto pelos gastos com a obra. Mais de 20 milhões de dólares foram investidos na operação, contribuindo com mais de 40% do endividamento externo do Estado, num momento de seca, quando havia carência de recursos para financiar as “frentes de trabalho” dos programas de emergências nas regiões semiáridas (*Diário Do Nordeste*, 21 de novembro de 1987).

Outras críticas estavam relacionadas com os elevados custos para instalar infra-estrutura na área e criar um sistema de comunicação com o resto da cidade. Para o transporte dos funcionários, a administração estadual mantém ônibus especiais alugados; quem precisar resolver problemas nos órgãos públicos ali localizados tem que se deslocar de carro ou esperar longas horas pelos ônibus de linhas, que só recentemente entraram em circulação.

A administração do Prefeito Lúcio Alcântara foi marcada pela construção dos polos de lazer na Barra do Ceará, na Lagoa do Opaia, no Alagadiço e na Praia do Futuro; pela urbanização da avenida Beira-Mar, e pela construção do Parque Ecológico do Cocó. O Governo municipal aparentava ter preocupações com o lazer da periferia e a preservação ambiental.

Na verdade, os polos de lazer tiveram mais importância na criação alternativa de diversão para o proletariado do que a de evitar que os chamados espaços burgueses fossem invadidos pela periferia. Isto de fato aconteceu na gestão municipal seguinte, de César Cals Neto, que criou o programa “Vamos à Praia”, colocando ônibus especiais ligando os bairros periféricos às praias consideradas de elite.

O Plano Diretor Físico para a cidade foi aprovado por Lúcio Alcântara, com a sanção da Lei Nº 5.122-A de 13 de março de 1979. A lei foi alterada e complementada – duas vezes – poucos meses após sua aprovação, com a promulgação das leis 5151-A, de 16.05.79, e 5161, de 04.06.79.

Essa legislação vigora até hoje, embora tenha sofrido várias alterações, a partir da pressão exercida sobre os vereadores por setores imobiliários interessados em aumentar a densidade permitida e assim os seus lucros com o solo criticado. Também houve tentativa de volta de algumas densidades mais baixas nas áreas de dunas e próximas aos recursos hídricos, de acordo com as leis anteriores.

O Prefeito Lúcio Alcântara promoveu o I Fórum de Debates Adolfo Hebster, em abril de 1980. No seu pronunciamento de abertura dizia que o encontro visava tornar-se “importante instrumento indutor de implementação necessária e crescente de um sistema de administração participativa no âmbito do município de Fortaleza.” (PMF, 1980, p. 13).

Durante o seu governo, o Fórum se repetiu por três anos seguidos, tratando dos temas: “Estudo e Avaliação da Legislação Básica do Plano Físico de Fortaleza”, e “Transportes”. Estes fóruns contavam com a participação de representantes de diversos órgãos públicos, empresas, entidades civis, professores e estudantes universitários.

Apesar deste convite à participação e dos riquíssimos debates sobre temas importantes para o planejamento de Fortaleza, as inúmeras propostas encaminhadas durante os eventos não foram implantadas. A participação da sociedade civil nas discussões não alterou a proposta, apenas serviu para fortalecer o discurso de participação e legitimar esta administração “democrática” e seu Plano Diretor.

O Plano Urbano para Fortaleza, com base na Lei 5122A, difere dos anteriores, porque, para dividir a cidade em zonas, em vez do critério de renda passa a utilizar a densidade populacional. Este critério, aparentemente mais técnico e neutro, atende mais de perto aos interesses da classe dominante, ligada a especulação imobiliária. (MARQUES, 1986, p. 20)².

Um dos aspectos criticáveis na lei são os índices menores de áreas verdes e institucionais nos loteamentos de interesse público, em relação ao que é válido para outros loteamentos, de acordo com a Lei Nº 5324, de 07 de dezembro de 1979. Para os loteamentos de maneira geral, a lei estabeleceu que serão reservados 15% do total do terreno para áreas verdes e 5% para áreas institucionais. Nos loteamentos de interesse público, são construídos os conjuntos habitacionais com alta densidade, para a população de baixa renda, o que justificaria, ao contrário do que prevê a nova lei, maiores áreas de lazer e institucionais, proporcionais ao número de moradores.

A instituição do lote mínimo com a dimensão de 135m² de área e testada de 5,5m, também provocou sérias implicações na vida da cidade. A pertinência de sua discussão reside no fato de que o estabelecimento dessa dimensão torna impossível atender às normas sanitárias “que recomendam um afastamento entre o sumidouro que é a parte do esgoto que permite a infiltração no subsolo, e o poço de, no mínimo, 30 metros[...]” (MOTA, 1980, p. 130). A insistência de sistemas de abastecimento d’água e esgotamento sanitário na maioria das áreas loteadas impede a aceitação da justificativa oferecida no texto da lei, de que o tamanho do lote facilita o acesso da população mais pobre. Criando condições para o surgimento de problemas de ordem sanitária, piorando o nível da qualidade de vida, não seria a solução para os problemas econômicos da população.

O engenheiro sanitarista Suetônio Mota sugere que se exija nos processos de parcelamento do solo as características, dimensões e localização de áreas institucionais, e que seja exigida

² A análise da Lei Nº 5.122-A, de 1979 e suas complementares que serão discutidas neste trabalho, se baseia nas contribuições, propostas e críticas efetuadas durante o 1º Fórum de Debates Adolfo Herbster, sobretudo as apresentadas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – seção Ceará, por Suetônio Mota, representando a ABES e pelo relatório final do evento.

a drenagem do terreno antes de se iniciar a divisão para os loteamentos. Dessa forma, a Prefeitura poderia impedir que recursos hídricos sejam aterrados e que a vegetação seja devastada, e, escolher, no loteamento, as áreas mais adequadas para o lazer e o setor institucional.

O zoneamento proposto nesta legislação não revela preocupação em relacionar a densidade da população com as condições naturais da superfície, isto é, com a direção dos ventos, profundidade do lençol freático, topografia, insolação, tipos de solo, vegetação. Tampouco preocupou-se o legislador em pensar a densidade em função do atendimento de infraestrutura e de serviços básicos. Zonas industriais e de alta densidade estão localizadas em áreas sem nenhuma infraestrutura, com lençol freático quase superficial e nas proximidades de rios e lagoas, como é o caso da zona industrial da Francisco Sá.

Áreas que foram ocupadas desta maneira já apresentam problemas ambientais, como é o caso dos alagamentos de casas, solos, edifícios e de saturação de fossas nos bairros do Papicu e de Fátima, e da poluição de lagoas, rios e praias pelos sumidouros de edifícios, casas e indústrias. Esse processo está acontecendo na Praia do Futuro, onde inexistente rede de esgoto e é permitida a construção de edifícios de até doze pavimentos. Como são permitidas altas taxas de ocupação do solo de até 70% nas zonas residenciais (ZR-3) e na zona especial de praia 7 (ZE-7), eleva-se o índice de impermeabilização do solo, já acentuado pelo revestimento asfáltico das vias públicas.

Nos últimos anos de estiagem (1979/1984) Fortaleza recebeu construções como se nunca mais fosse ocorrer um período chuvoso. O solo foi pouco a pouco impermeabilizado, lagoas e riachos foram aterrados. Os “invernos rigorosos” com chuvas de até 225 mm em 15 horas ininterruptas (Diário da Nordeste,

31/04/1985) e a inexistência de galerias pluviais, têm provocado sérios prejuízos à cidade, como a destruição, do sistema viário; o extravasamento do leito dos rios, principalmente os canalizados (Aguanambi, Jardim América, Pajeú, Jacarecanga); os alagamentos nas áreas de depressão; o ressurgimento de lagoas aterradas, e a inundação de várias áreas da cidade, levando ao desabrigo milhares de pessoas. O conjunto Cidade 2000 também sofreu graves consequências, visto que foi projetado em período de seca, quando grande parte das áreas alagáveis devido a formação de lagoas temporárias, não foram observadas.

A Lei Nº 5.122-A, de 1979 e suas complementares, transformaram as áreas mais valorizadas da cidade” como Aldeota, Meireles, Varjota, Papicu e parte do Cocó em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3). Na Lei Nº 4.486 de 1975 estes bairros eram considerados zonas residenciais de baixo e média densidade demográfica (ZR-1 e ZR-2) onde era permitido a construção de prédios com o máximo de três pavimentos. Este fato favoreceu uma extraordinária margem de lucros para as empresas imobiliárias, com a renda diferencial da terra urbana.

A implantação desta nova lei (5122-A) produziu mudanças não apenas no zoneamento de diversas áreas da cidade, mas também na tipo de uso e ocupação do solo em cada uma dessas zonas, em termos de número de pavimentos, taxa de ocupação do solo e subsolo, índice de aproveitamento, taxa de recuo (frente e fundos dos lotes) e índice de impermeabilização do solo. A partir da análise e cálculo de todos esses índices e taxas, chegasse a determinação da densidade populacional de cada zona e se pode prever os problemas que advirão em função das condições ambientais e da infra-estrutura existentes.

De acordo com esta legislação, a área do município ficou subdividida em zonas com uso predominantemente residencial com baixa, média e alta densidades (ZR-1, ZR-2 e ZR-3), em

zonas industriais, considerando o índice de poluição (ZI-1, ZI-2 e ZI-3) e zonas comerciais. Para cada uma das zonas foram fixados os seguintes elementos: área e testada mínimas dos lotes para fins de construção, índices de aproveitamento do terreno (I.A), taxa de ocupação dos lotes (T.O), recuo mínimo e outros aspectos relacionados ao uso devido dos lotes. A lei também determina, para cada uma das zonas, outras categorias de uso e características básicas das atividades que poderão ser exercidas para complementar ou não sua função principal, como por exemplo, serviço e comércio local.³

As zonas residenciais de baixa densidade (ZR-1) podem ser ocupadas por até 210 habitantes/ha. Nas zonas residenciais de média densidade (ZR-2), a ocupação pode atingir os índices de 280 hab/ ha. E nas zonas residenciais de alta densidade (ZR-3) é permitido a construção de edificações com até doze pavimentos e uma densidade máxima de 340 hab/ha.

Outro aspecto discutível são os índices de aproveitamento e taxas de ocupação dos solos e subsolo possíveis nas zonas especiais que “foram determinadas em função, da proximidade, da praia, do tipo do solo e, da infra-estrutura em tais áreas.” (Lei 5.122-A).

³ Definição dos termos técnicos, de acordo com a Lei Nº 5.122-A/1979: Taxa de ocupação do solo - (T.O) - A percentagem da área do terreno ocupada pela projeção horizontal de edificação, não sendo computados, nessa projeção, os elementos componentes das fachadas, tais como: brizes, jardineiros, marquises, pérgolas e beirais; Índices de aproveitamento - (I. A) - O quociente entre a soma das áreas construídas de todos os pavimentos do edifício e área total do terreno, não sendo computado, no total da área da edificação, os locais destinados a estacionamento, lazer, pilotis, rampa de acesso, elevadores, circulação comunitária, depósitos de até **10m²**, apartamento do zelador de até 4m² e subsolo, direção dos ventos/aeração urbana/forma de ocupação da faixa litorânea. Observou-se também, o seu potencial turístico e o nível de atendimento de infra-estrutura.” (PMF, 1979)

As justificativas oferecidas pela exposição de motivos que instruiu a legislação básica do Plano Diretor de 1979, são bastante válidas para a escolha de zonas especiais, mas se contradizem com o tipo de ocupação permitida nessas áreas. Diz a Mensagem do Prefeito:

Sua inclusão se deve a preservação de aspectos paisagísticos típicos da zona de praia estreitamente relacionados a relevo, vegetação e recursos hídricos, além de dever preocupações com a relação entre si.

As Zonas Especiais de proteção verde, paisagistas e turísticas. ZE-1, margeiam os rios e lagoas, correspondendo algumas a áreas preservadas pela Lei de Recursos Hídricos, como os Manguezais - o caso do rio Cocó em sua jusante. Apesar de serem áreas de preservação, a densidade populacional permitida é de 140 hab/ha. Atualmente esta área e toda a bacia B-2, do Rio Cocó são objeto de estudos mais aprofundados para novo Zoneamento, depois do Decreto Nº 7.302, de 29 de janeiro de 1986 que cria a Área de Proteção Ambiental do Rio Cocó.

A ZE-2 - Zona especial de renovação urbana - contempla casos específicos de desmembramentos de lotes e reurbanização de bairros, a exemplo do Centro e da Praia de Iracema

As Zonas especiais de uso predominantemente institucional - ZE-3 - correspondem, na planta de Fortaleza às áreas dos campi universitários (UFC, UECE, UNIFOR), Base Aérea de Fortaleza, Escola de Aprendizes Marinheiros, 23º Batalhão de Caçadores e Estádio Governador Plácido Castelo - Castelão.

As Zonas especiais de praias e dunas (ZE-4, ZE-5, ZE-6, ZE-7) têm possibilidades de uso múltiplo. As Zonas especiais localizadas no leste de Fortaleza, destinam-se a uma população de renda mais alta, que pode pagar para morar nas regiões litorâneas e de dunas, construindo casas e edifícios com índices de

aproveitamento e taxa de ocupação do solo menores que nas zonas de praia do setor oeste. Neste setor, as praias e dunas estão ocupadas por favelas e bairros de população pobre, tendo sido classificadas no Zoneamento como de alta densidade (ZR-3). É a própria institucionalização da segregação residencial.

Apesar de algumas áreas de praias e dunas terem sido classificadas como zonas especiais, visando à preservação ambiental e dos aspectos paisagísticos, a determinação de índices de aproveitamento entre 1,0 e 1,5, da taxa de ocupação do solo entre 33 e 50% e subsolo com 40%, e do gabarito de até 12 pavimentos, não se levou em conta, como prevê a lei, as condições ambientais e a ausência de infraestrutura, especialmente o saneamento básico.

A Zona especial de praia Z-7 é ocupada pela faixa de terrenos próximas à avenida Beira-Mar e à Praia de Iracema. A Avenida Beira-Mar tem os preços mais altos de terras da cidade sendo, por isso mesmo, ocupada por luxuosíssimos edifícios de apartamentos e hotéis “cinco estrelas”.

Recentemente, a sua ocupação tem sido alterada pois, antes da implantação da nova lei, só era permitida a construção de edificações com até cinco andares. Bares, restaurantes tradicionais e antigas residências são substituídos por prédios de apartamentos de luxo e hotéis de até dezoito andares. Além dos corredores dos polos de adensamento é a única área da cidade onde se permitiu tal gabarito. Este gabarito e adensamento correspondente poderão impedir a penetração das brisas marítimas e a circulação do ar pelo resto da cidade.

As diversas Zonas Especiais, com exceção da ZE-7, não têm rede de esgotos e algumas nem rede d'água, estando próximas a recursos hídricos e ao mar. Os altos índices de ocupação e de aproveitamento e a possibilidade de construção de edificações de até doze pavimentos, vão provocar sérios problemas

de saneamento. Além da destruição do relevo, da vegetação e da poluição dos recursos hídricos.

A preservação dos recursos naturais através da legislação de Zoneamento e o preço da terra nas áreas de maior potencial paisagístico e de clima mais agradável segregam ainda mais os diversos segmentos da sociedade. A população mais pobre formada por pescadores, favelados e pequenos agricultores de subsistência vai sendo expulsa destas zonas para dar lugar às chamadas classes médias, através da venda da posse ou da propriedade da casa ou pela política de desfavelamento adotada pela Prefeitura.

Em algumas áreas os núcleos favelados resistem aos projetos de desfavelamento que os deslocam para os conjuntos habitacionais muitas vezes distantes dos seus locais de trabalho e sem nenhuma infraestrutura e serviços. A resistência e a luta dos moradores de alguns núcleos resultaram na conquista do direito de se estabelecer no local onde viviam, como ocorreu nas favelas do Campo do América, Castelo Encantado, e de terem suas áreas urbanizadas, como na Favela Santa Cecília. Houve ainda a construção de conjuntos habitacionais no próprio local de moradia, a exemplo das áreas de Santa Terezinha, Nossa Senhora da Paz, Dois de Julho, na planície litorânea e nas dunas, e Novo Lagamar, na planície de inundação do Rio Cocó.

Mas a grande questão que perpassa toda essa discussão é a valorização dos terrenos dos grandes proprietários, com o direcionamento do crescimento de Fortaleza para a região Sul-Sudeste, a partir da implantação de obras e de toda a infraestrutura e serviços necessários para o seu funcionamento.

Estes e outros fatores justificam a crise de credibilidade por que passa o planejamento urbano ao se constituir em um “instrumento de controle social e de manipulação da população mais carente nas mãos da burocracia político-administrativa, a serviço do Estado e, conseqüentemente, das classes dominan-

tes, surgindo, então o discurso do planejamento participativo. Mas existem muitas formas e meios de participação, muitas das quais podem ser facilmente identificadas com formas paternalistas de manipulação ou cooptação.” (IAB, 1973).

É impossível crer no discurso de um planejamento voltado para oferecer condições de vida a toda sociedade e não a algumas classes sociais, ou seja, direitos de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos. Pois, na sociedade capitalista, o planejamento é um instrumento do governo e foi concebido como elemento otimizador e “racionalizador” das atividades urbanas, com vistas ao favorecimento, pelo viés da organização do capital, objetivando a uma maior rentabilidade do organismo da cidade (IAB, 1986, p. 5).

Isto significaria ordenar um processo de urbanização que garanta essencialmente o crescimento urbano, “cujo componente mais determinante é a economia, em detrimento do ambiente e das demandas sociais”. (IAB, 1986, p. 06) .

A análise das políticas urbanas implantadas e a forma como são elaboradas e alteradas as leis revelam que esta é a forma de planejamento imposta aos habitantes de Fortaleza.

Sobre a legislação urbana de Fortaleza vale ainda ressaltar que, na administração Lúcio Alcântara, foi assinado um Decreto-Lei permitindo a ligação de esgotos domésticos tratado às galerias pluviais, aos canais e riachos, bem como o esgotamento destes diretamente para o Mar, nas áreas onde não existam redes de esgotos. O elevado custo de tratamento desses dejetos e a dificuldade de fiscalização por parte da Prefeitura têm levado a crescente poluição dos recursos hídricos e das galerias pluviais.

A presença de lixo, entulho, insetos e ratos em terrenos públicos e sua invasão por particulares, foi o motivo encontrado para a assinatura do Decreto N^o 5.974 de 20 de novembro

de 1981, que atribui à Empresa de Urbanização de Fortaleza - EMURF “a administração de áreas institucionais e de lazer existentes nos conjuntos habitacionais, pertencentes ao Município, e que não venham tendo a utilização devida”. Permitiu-se à EMURF alugar-las ou permutá-las “mediante justo preço, sem prejuízo da destinação legal do terreno”.

Os efeitos deste decreto se fizeram notar mais intensamente no início de 1986, quando os jornais locais denunciaram a cessão ou doação de grande número de praças numa cidade tão carente de áreas verdes públicas.

Em 1981, para um total de 200,83 ha de áreas de praças 19,2% eram urbanizadas, 17,55% ocupadas por usos institucionais, 19,47% invadidas e 43,78% eram livres. (Diário da Nordeste, 15/04/1986). Para uma população de 1.308.839 habitantes, em 1980 existiam 124,91ha de áreas urbanizadas, correspondendo a 0,95 m²/ hab.

O arquiteto José Alberto de Almeida, do IAB/CE, constatou que se “fosse adotado o percentual de 15% de áreas verdes atualmente exigido pela legislação urbanística, a quantidade de praças geradas seria da ordem de 2.406,5 ha”, existindo, portanto, um déficit de 1.756,3 hectares. (Diário do Nordeste 15/04/1986).

Para que ocorra a doação ou venda de praças é preciso um processo de desafetação⁴ ou simplesmente de cessão do terreno. O processo de desafetação tem que ser aprovado pela Câmara dos Vereadores. A cessão “se restringe a um contrato de 20 ou 30 anos através do qual o particular se compromete a devolver a praça à municipalidade.”⁵

Além das praças, 380 terrenos da prefeitura com extensão

⁴ Desafetação consiste no processo de alteração de uso já existente em determinada área para outro tipo de uso proposto.

de 1.176.68 m², estavam alugados a particulares por valores ínfimos de até Cz\$ 3,00 (Diário da Nordeste 14/04/1986). Existiam ainda, na SUPLAM, 50 pedidos de concessões por particulares.

Dentre as áreas públicas invadidas ou alugadas na Zona Leste destacam-se a praça Almirante Alexandrino; a praça Cerro Cora, criada em 1947 e atualmente tomada por casas modernas e Mansões; a praça Barão da Passagem, criada em 1960, ora ocupada pelo DENTEL; a Praça Humaitá, doada à Rádio Dragão do Mar que a vendeu ao Colégio Lourenço Filho, e ainda; as praças Epitácio Pessoa e Desembargador Eurico Monteiro. (Diário do Nordeste 14/04/1986).

É grande o interesse por esses terrenos públicos principalmente na Zona Leste da cidade, onde o preço da terra é alto, chegando a haver pressões e promessas de indenização por parte grupos econômicos para conseguir a saída de posseiros e favelados.

Em 02.04.1982, foi inaugurado o Shopping Center Iguatemi, apesar da mobilização por parte das entidades que protestavam contra a construção deste grande equipamento na planície flúvio-marinha do Rio Cocó. Construído numa área de mangue que tinha sido desmatada e usada durante muitos anos como salinas, a instalação desse centro comercial demonstra um claro desrespeito a lei dos recursos hídricos no Estado do Ceará e a

⁵ Segundo informação de funcionário da EMURF, para alugar um terreno através desta repartição, o interessado deverá dar entrada a um requerimento localizando a área e uso a que se destina. É feito um croqui do terreno e examinado o uso proposto para verificar se na área é permitida a ocupação desejada. Se for possível a locação, o terreno é avaliado de acordo com o preço de mercado da área e cobrado 1% de seu valor de aluguel mensal. As benfeitorias feitas, como construções, são incorporadas a propriedade pública não cabendo à Prefeitura pagar nenhuma indenização e, sim, o cálculo do novo aluguel em função do novo valor adquirido no final do contrato.

força dos grupos econômicos.

A construção do Shopping Center Iguatemi aumentou o fluxo de veículos para o bairro Água Fria, que já tinha grandes equipamentos como a UNIFOR, IOCE, Centro de Treinamento do BEC, Colégio Farias Brito e uma crescente ocupação por residências de classe média, gerando constantes engarrafamentos. A instalação destes equipamentos criou a necessidade de ampliação de ponte sobre o Rio Cocó e da Avenida Perimetral, o que ocorreu em 1981.

O prolongamento da Avenida Borges de Melo e a construção de outra ponte sobre o Rio Cocó, na administração do Prefeito César Cals Neto, criaram outra alternativa para ligação da Água Fria com o Bairro de Fátima e outros bairros da zona oeste e sudeste. Os grupos ecológicos e urbanistas locais protestavam, alegando que a Borges de Melo era “uma avenida que sai do nada e não chega a nada, além de ter cortado o mangue”.

Aparentemente isto era verdadeiro, mas já havia muitos outros planos de valorização e projetos de loteamentos para a região cortada pela nova avenida.

Em 1983, houve uma tentativa de mudanças na legislação para redefinir o zoneamento de 600 hectares nos arredores da favela do Lagamar. “O pretexto utilizado foi a doação de 50 ha ao BNH, como forma do ressarcimento pelos trabalhos de drenagem do Rio Cocó, para fins de urbanização da favela do Lagamar”. (MARQUES, 1986, p. 172).

O projeto pretendia mudar a lei de zoneamento para a área, classificada em Zona Especial (ZE-1) e Zona residencial de média densidade (ZR-2), transformando-a em Zona residencial de alta densidade (ZR-3).

A mobilização de entidades civis, o protesto da população e o apoio de políticos impediram este ato, que iria destruir parte

dos mangues do Rio Cocó e poluir suas águas.

Apesar das críticas, a favela do Lagamar foi urbanizada e nela construído o conjunto Novo Lagamar, de alta densidade, numa zona de proteção paisagística e turística o que traz de volta discussão sobre a solução de problemas de caráter social isolado de questões mais amplas, relacionadas com o impacto ambiental e a qualidade de vida da população.

Em 1985, a AUMEF recebeu um anteprojeto de loteamento de 201 hectares desta área. Se compararmos os mapas dos dois projetos, podemos verificar que este último é apenas uma parte destacada do projeto de 600ha proposto em 1983. Como diz a canção de Caetano Veloso, “é força da grana que [...] destrói coisas belas” – os manguezais do Rio Cocó.

Eram os mesmos grupos imobiliários querendo a incorporação de suas terras às zonas urbanizadas de Fortaleza. O processo iniciou-se com a inauguração da Avenida Borges de Melo, passando dentro da área, e da nova ponte sobre o Rio Cocó. Mas o movimento ecológico intitulado SOS Cocó, em prol da preservação dos mangues e da planície e inundação do rio, impediu a aprovação deste projeto de loteamento às margens do Rio Cocó, embora a ideia continue em estudo.

O movimento exigia do Governador Gonzaga Mota, no ano de 1985, a aprovação, na íntegra, da proposta apresentada pelo grupo de pesquisadores coordenado pelo arquiteto Marccondes Benevides.

Este movimento ambiental organizado por diversas entidades (AGB, IAB, Partido Verde e outras) surgiu em julho de 1985, após as denúncias de degradação do patrimônio ambiental do Cocó. O grupo fez estudos sobre a questão e elaborou documento propondo a preservação da bacia de drenagem B-2 do Rio Cocó⁶.

Foram muitas as negociações entre o movimento SOS Cocó e a AUMEF, chegando a uma proposta final de decreto que foi encaminhada ao Governador para ser assinada, mas que acabou, propositalmente, esquecida.

Ainda no Governo Gonzaga Mota, em 1985, a Organização de Moradores e Amigos da Praia de Iracema, com o apoio de diversas entidades preservacionistas conseguiu que a Câmara dos Vereadores e depois o Prefeito César Cals Neto, aprovassem o projeto de lei do Vereador Samuel Braga mudando o zoneamento desta área, mesmo assim vários projetos de construção de espigões foram aprovados, enquanto a lei esperava na mesa do Prefeito por sua assinatura. Estes edifícios de apartamentos poderão alcançar preços maiores já que se localizam em áreas de preservação histórica, onde se encontram diversos bares frequentados por artistas e intelectuais.

As administrações dos últimos prefeitos de Fortaleza devem ser analisadas dentro do quadro das transformações políticas nacionais - o processo de abertura, a campanha das diretas, a eleição de Tancredo Neves, a eleição dos prefeitos das capitais, em 1985, e dos governadores, em 1986. Só assim poderemos compreender melhor de que forma os diferentes grupos de interesses políticos e econômicos têm interferido na produção do espaço urbano de Fortaleza.

Com efeito, em 1982, foi eleito diretamente para governador do Estado do Ceará, o economista Luiz Gonzaga Mota, após uma aliança entre as três correntes do PDS, isto é, entre os grupos políticos leais aos coronéis Adauto Bezerra, Virgílio Távora e César Cals Neto Filho.

⁶ Bacia b-2 do rio Cocó - divisão da rede hidrográfica da região metropolitana de Fortaleza, de acordo com o plano diretor de drenagem.

A vice-governadoria ficou com o Coronel Adauto Bezerra que, mais tarde, aderiu ao PFL. Pelo acordo, o prefeito deveria ser o deputado César Cals Neto, filho de um dos coronéis, chefe de uma das correntes que se mantém no PDS.

Para as secretarias do Estado e do Município e para os demais cargos em comissão foram nomeadas pessoas ligadas a estes grupos. O Estado do Ceará e a prefeitura municipal de Fortaleza tiveram administrações confusas e descoordenadas pela falta de integração entre os representantes das diversas facções governistas.

As alterações no quadro político nacional, notadamente a partir da eleição de um candidato do PMDB à Presidência da República, levaram o então governador a romper com o PDS e aderir ao PMDB.

Com a aprovação, pelo Congresso, de eleições diretas para prefeitos das capitais, Fortaleza elegeu, para surpresa de muitos, a deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT, Maria Luiza Fontenele.

A nova administração municipal enfrentou uma série de dificuldades e limitações tanto internamente, quanto no seu relacionamento com os demais poderes públicos. A crônica dependência do município era agravada pela situação financeira da prefeitura de Fortaleza. As diferenças políticas com os governos estadual e federal dificultavam as transferências de recursos para a municipalidade, trazendo graves prejuízos para toda a população.

O resultado da eleição para prefeito de Fortaleza, em novembro de 1985, mostrou o descontentamento da sociedade local com as lideranças políticas que governavam o Estado. Os eleitos pelo povo eram de partidos políticos que se opunham aos governos federal (PMDB/PFL) e estadual (PMDB). Ao assumir o governo municipal, em janeiro de 1986, a prefeita se defrontou com graves dificuldades financeiras e administrativas

para gerir a cidade.

Começou uma articulação entre os prefeitos das capitais para discutirem e encaminharem suas reivindicações ao governo federal e ao poder legislativo. Dezoito prefeitos participaram do 1º Encontro de Prefeitos das Capitais Brasileiras, em 13 de maio de 1986, na capital baiana, e elaboraram a carta de Salvador.

No documento, os prefeitos exigiam um acréscimo no valor que recebiam do fundo de participação dos municípios. Queriam, ainda, que o governo federal criasse um fundo especial destinado às capitais, formado por 25% da arrecadação do FLNSOCLAL. Reivindicavam, também, o parcelamento, em sessenta meses, dos encargos sociais devidos até 31.12.1985. Afirmavam que não poderiam esperar pelas decisões do congresso constituinte e requeriam a adoção, no mais curto prazo, de nove medidas: 1 - consolidação de suas dívidas com instituições financeiras; 2 - concessão pelo governo de um financiamento emergencial; 3 - o parcelamento automático de seus encargos sociais pendentes, como o FGTS, o IAPAS, o PIS e o PASEP; 4 - reforma tributária de emergência; 5 - participação especial no FINSOCIAL; 6 - participação no salário educação e municipalização da merenda escolar; 7 - agilização do atendimento de seus pleitos pelo governo federal; 8 - agilização das ações comunitárias da administração federal nos municípios; e 9 - participação nos conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento regional. (*Folha de São Paulo*, 14 maio 86, p. 24).

O governo da Prefeita Maria Luiza Fontenele, desde sua instalação, enfrentou longos períodos de greves do funcionalismo público, sobretudo no ano de 1986, quando os servidores públicos passaram mais da metade do ano paralisados ou funcionando precariamente. Isto tem emperrado a máquina administrativa, trazendo sérios problemas para a cidade em termos de limpeza e saúde pública, sistema viário e de transportes, e

oferta de serviços municipais.

As greves foram deflagradas por conta dos atrasos, de até três meses, do pagamento do funcionalismo. Quando da posse da prefeita, o déficit dos recursos financeiros para o ano administrativo de 1986, exigiu demissão de aproximadamente 10 mil funcionários e a redução, em termos reais, dos salários dos que permaneceram na ativa.

As greves foram organizadas pelas associações de servidores criadas e dirigidas pelos antigos diretores, chefes de setores e técnicos ligados a grupos políticos que perderam o controle dos órgãos públicos e estavam desgostosos com a linha política da chamada administração popular.

Realmente, a prefeita fez uma verdadeira limpeza nos quadros do funcionalismo, demitindo centenas de funcionários contratados irregularmente no período eleitoral, ou que estavam acumulando cargos, ou porque simplesmente não compareciam ao local de trabalho, por morarem em outros municípios e até em outros Estados.

Alem do boicote dos técnicos e burocratas remanescentes das administrações anteriores, que dominavam as informações básicas, outros problemas contribuíram para aumentar as dificuldades enfrentadas pelo novo governo municipal. A falta de quadros gerenciais dentro das esquerdas cearenses, sobretudo do PT, e as lutas dentro do Partido pelo controle do poder municipal, provocaram frequentes alterações na equipe dirigente.

Estes problemas geraram grande decepção na população que, cansada dos políticos tradicionais, acreditava que um governante descomprometido com o poder econômico, transformaria as condições de vida dos fortalezenses. Mas as mudanças não ocorrem isoladamente em uma cidade, pois ela faz parte de um Estado, de um país do mundo capitalista, que dita leis que regem a sociedade e que se materializam em todos os proble-

mas do espaço urbano.

O resultado desta decepção foi uma grande derrota do PT nas eleições de 1986. Beneficiando-se de uma coligação com o Partido Socialista Brasileiro - PSB, por um equívoco, o Partido dos Trabalhadores ainda conseguiu eleger dois deputados estaduais.

Mas, apesar das dificuldades na administração municipal, quanto ao funcionamento dos órgãos públicos, algumas decisões importantes foram tomadas, como a reativação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), que propiciaram uma participação das entidades engajadas nas lutas urbanas. Estes Conselhos apoiaram a prefeita nos vetos a projetos de iniciativa da Câmara Municipal de Fortaleza, contrários aos interesses da população.

O PROFAVELA (programa de urbanização das favelas de Fortaleza), projeto de lei que dispõe sobre a legalização e urbanização das favelas, foi encaminhado pelo Poder Executivo municipal à Câmara dos Vereadores sendo aprovado, após muitos debates, pela pressão de entidades profissionais e de associações de bairros e favelas de Fortaleza.

A maioria da Câmara dos Vereadores fazia muitas restrições a esse projeto, em função dos interesses dos proprietários de terra que viam seus terrenos ameaçados de desapropriação.

Como tem ocorrido em quase todos os estados brasileiros nos últimos anos (1986/7), a crescente migração campo/cidade os elevados preços dos imóveis e de seus aluguéis e as altas taxas de desemprego, provocaram o aumento no número de ocupações em áreas urbanas de Fortaleza. A prefeitura liberou algumas áreas do município para a instalação da população desabrigada já radicada em Fortaleza e também da proveniente de outros Estados. Desde o início da administração Maria Luiza Fontenele, em 1986,

até abril de 1988, a Fundação de Serviço Social já tinha cadastrado mais de cem ocupações de terra em Fortaleza. Na época, alguns dos partidos de esquerda e também os de direita, interessados em desestabilizar a administração da PMF, foram acusados de incentivar as ocupações e até mesmo indicar os terrenos mais propícios - áreas públicas institucionais e verdes (*O Povo*, 21/04/1988).

Não só as áreas de periferia foram ocupadas, mas também as praças públicas do centro da cidade e as zonas de praia. Estas últimas, por cerca de 6.000 camelôs, vendedores fixos e ambulantes que, na luta pela sobrevivência, encontravam como alternativa de trabalho, o mercado informal (*Diário do Nordeste*, 07/05/1988).

As praças e ruas do centro se tornaram intransitáveis, com a presença de barracas ocupando o local de passagem de pedestres. A venda de produtos perecíveis (frutas e animais abatidos) na praça e a presença de famílias morando em barracas sem nenhuma infraestrutura sanitária aliada ao fato de existência de greves constantes no setor de limpeza pública, tornaram estas áreas insalubres, com a proliferação de insetos e ratos transmissores da dengue e da “leptospirose”.

Muitas polêmicas se travaram sobre a retirada dos camelôs. As classes média e alta há muito já utilizavam o centro de comércio e serviços da Aldeota e seus shopping centers, afastando-se do centro principal, que servia a população da periferia. Apesar da sujeira, a população de baixa renda, que recebe diárias ou pagamento por jornadas semanais e sai apressada de seus locais de trabalhos em busca do transporte público, aproveita para fazer as compras domésticas nesses verdadeiros mercados “persas” que se formam nos terminais de ônibus.

Em 1986, depois de campanha publicitária nos meios de comunicação, conscientizando a população para o problema, os camelôs foram retirados de algumas praças e da Avenida Beira-Mar. Da praça José de Alencar, já em 1987, também foram retira-

dos os terminais de ônibus. Antes da transferência para as áreas indicadas pela PMF, os vendedores passaram por um processo de seleção pois, entre eles, havia muitos empregados do mercado formal que eram utilizados pelos lojistas para venderem seus produtos, sem pagar impostos.

Uma das grandes lutas em que se envolveu a prefeita Maria Luiza quando de seu mandato no legislativo estadual, foi a questão ambiental, visto ser interligada à qualidade de vida da população. Como deputada estadual participou, junto com as entidades civis, da luta pela preservação do Rio Cocó.

Ao assumir a Prefeitura de Fortaleza, assinou o decreto municipal 7302/86, que criou a Área de Proteção Ambiental do Rio Cocó (APA) na qual está inserida a Cidade 2.000, protegendo de imediato toda a área e criando um grupo de apoio técnico (GAT) formado pelo Instituto de Arquitetos Brasileiros, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Sociedade Cearense do Meio Ambiente e representantes de órgãos estaduais e municipais para a delimitação dos usos permitidos na APA do Cocó.

Depois de 22 meses de trabalho, constantemente interrompidos pelas greves, técnicos da SUPLAM, com a participação de outros órgãos, elaboraram uma proposta de zoneamento para a APA do Rio Cocó. O documento foi enviado para discussão com as entidades ligadas a questão ambiental, visando o seu aprimoramento.

Esta proposta apresenta algumas falhas, pois a visão da questão ambiental das entidades não consegue ser captada pelos técnicos que estão amarrados as leis que visam o expansionismo urbano, pela pressão do setor imobiliário e pela ideia de propriedade privada como motor da organização espacial, não se submetendo aos interesses sociais.



CAPÍTULO 4

O CENTRO DE FORTALEZA NA CONTEMPORANEIDADE

Eustógio Wanderley Correia Dantas

A compreensão da inserção do comércio ambulante no Centro da cidade de Fortaleza, dar-se-á a partir da análise da história da cidade, história esta que viabilizará o entendimento do processo de (re)produção do Centro e suas implicações na delimitação do papel e importância do comércio ambulante nesta área da cidade.

Para tanto utiliza-se da análise diacrônica (história do espaço), que é uma condição para o entendimento de como o Centro foi produzido e reproduzido e, ao mesmo tempo, apropriado por seus habitantes no plano do vivido, até o momento em que Fortaleza se transforma numa metrópole.

A intenção ao trabalhar a partir da análise diacrônica, é a de entender o movimento do comércio ambulante inserido no processo de constituição da cidade moderna, dado que aponta para o urbano em constante realização, urbano

entendido enquanto modo de vida, que faz com que a cidade se reproduza “na contradição entre a eliminação substancial e manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida.” (CARLOS, 1992).

Essa contradição, apontada por CARLOS, é basilar na leitura do processo de constituição do Centro da cidade de Fortaleza, ou seja, da transformação do uso, com a definição e redefinição da centralidade no tempo, levando à reunião de condições espaciais propícias para a sustentação da atividade do comércio ambulante na área central. Transformação dada enquanto resultado da tendência posta: a da transformação do “locus” do encontro e da festa em “locus” do consumo.

Fala-se em tendência à transformação e não em transformação, por existir no cotidiano o virtual, posto como necessidade de apropriação/usufruto da cidade e que emerge como resistência ao processo de normatização do espaço, segundo a lógica da sociedade de consumo.

A análise da tendência à transformação do lúdico, do local do encontro e da festa no local do consumo, será feita como condição para compreender a inserção do comércio ambulante no Centro e sua reprodução baseada na transformação do uso. Tal transformação será a delimitadora da modificação da articulação público-privado, a ponto do Centro quando era cidade, produzida e apropriada por seus moradores, transformar-se, no momento em que ocorre o processo de explosão-implosão da cidade, em “locus” privilegiado do consumo, que vai reunir condições espaciais propícias para a inserção do comércio ambulante e fazer com que esta atividade adquira proporções e importância nunca antes vista.

1 Quando o Centro era a Cidade

Fortaleza, atualmente considerada pelo IBGE como a quinta capital brasileira, nem sempre desfrutou desta posição privilegiada. Em descrição elaborada no início do século passado (por volta de 1816), pelo então Ouvidor Rodrigues de Carvalho, tem-se a idéia do “raquitismo” da pequena vila.

A vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada; mas como só as imediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquirás e parte do termo da vila de Monte-mor-o-Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menor que o de Aracati. Não há um só sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta; tijolo, a cal e madeira são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A casa da Câmara estava arruinada e não havia cadeia, servindo-se as autoridades civis de uma cadeia militar, o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminais. (GIRÃO, 1972).

O apontamento de condições propícias para a reversão deste quadro, dá-se com a Guerra da Secessão. Embora este conflito tenha ocorrido nos Estados Unidos da América, seu desdobramento – inviabilização deste país em fornecer algodão à Europa, especificamente – faz com que o Ceará insira-se na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor de algodão fibra-longa ao mercado europeu. Essa demanda resulta na expansão da cultura algodoeira no Ceará, que leva à estruturação de um sistema de transporte ferroviário ligando Fortaleza ao Sertão. Esta ligação via sistema de transporte ferroviário é considerada por Silva (1992) como promotora do “[...] acelera-

mento das relações do sertão com o litoral, via Fortaleza, o que sem dúvida foi muito importante para a cidade”, e sua expansão.

[...] no Ceará, a partir de Fortaleza, aumentou consideravelmente a função comercial da cidade. Dessa forma, o seu raio de ação ampliou-se para além das zonas produtivas de Uruburetama e Baturité, para atingir o Oeste e Sul do Estado, isto é, acompanhando a própria expansão da cultura algodoeira. (SILVA, 1992).

Desta forma deixa-se claro a importância que a estruturação da rede ferroviária teve na constituição de Fortaleza como grande Centro Urbano. Embora tal assertiva seja inquestionável, ela não explica por si só, o porquê do beneficiamento que Fortaleza recebeu em detrimento de outras cidades, dentre elas Aracati, que possuía um comércio mais desenvolvido, e Camocim que possuía melhores condições físicas para a implantação do porto exportador de algodão e outras matérias-primas.

Para Lemenhe (1991), esse prevailecimento de Fortaleza em relação às demais cidades cearenses, dá-se graças a sua condição de capital que propicia a obtenção de benefícios, devido a política centralizadora do império levar à constrição dos gastos públicos noutros núcleos urbanos. A resultante é a de que há o prevailecimento de Fortaleza em relação às demais cidades cearenses, por conta das “decisões tomadas pela administração provincial, relativas a contratos com companhias de navegação e à sucessão de investimentos em infra-estrutura rodo-ferroviária” (LEMENHE, 1991), principalmente a ferroviária, ligando a capital cearense ao interior e objetivando a exportação de algodão pelo porto e distribuição de bens importados.

O domínio que passa a ter, devido a sua posição enquanto capital, é o determinante do crescimento econômico de Fortaleza, que será expresso na materialização de estabelecimentos

comerciais (estrangeiros e nacionais) dedicados ao comércio, tanto externo, quanto interno. A Tabela 1 aponta as proporções deste dado, pois “já em 1862 contavam-se 277 estabelecimentos”. (LEMENHE, 1991).

Tabela 1 – Fortaleza: estabelecimentos comerciais (1862)

ESTABELECI- MENTOS	ESTRANGEIROS	BRASILEIROS	TOTAL
Escritórios de Comércio	07	05	12
Armazéns	12	04	16
Lojas de Fazenda	15	38	53
Casas de Roupas e Calçados	05	06	11
Tabernas	24	49	73
Quitandas	16	87	93
Boutiques	01	03	04
Açougues	06	09	15
TOTAL	76	201	277

Fonte: Brasil (1964, p. 414), In: LEMENHE (1991, p. 122)

Conseqüentemente, dava-se a consolidação, em Fortaleza, do maior mercado consumidor de produtos importados, expresso na “ampliação da capacidade de acumulação dos maiores comerciantes, associada à expansão do pequeno comércio e dos serviços públicos, gerais e provinciais, na capital [...]”, resultado e base da ampliação da “[...] faixa de consumidores do núcleo. Além do mais, a migração para a capital de proprietários rurais e seus dependentes contribuiu para o fortalecimento do comércio interno.” (LEMENHE, 1991).

A autora, ao tratar do processo de constituição da cidade de Fortaleza, o faz segundo o termo de produção no sen-

tido “strictus”, apontando somente para a produção material. Torna-se pertinente, portanto, refletir em torno do termo produção, visando dar uma maior amplitude à análise.

Quem dá uma contribuição nesta discussão é Lefebvre (1972), quando propõe a utilização do termo produção no sentido “lato”. Tal noção faz com que o termo produção adquira

um sentido amplo e forte. Este sentido se desdobra. A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa a criação de obras (incluídos o tempo e o espaço social) quer dizer, a produção por si mesmo do ser humano no curso de seu desenvolvimento histórico, o que implica a produção de relações sociais. Enfim tomado em toda sua amplitude o termo abarca a reprodução. (LEFEBVRE, 1972)

Parte-se do princípio de que o processo de reprodução espacial se dá a partir das necessidades de reprodução da vida humana. Por conseguinte, falar do Centro quando era a cidade é falar da área de ocupação inicial de Fortaleza, área produzida e apropriada pelos indivíduos no âmbito do vivido e cujos usos presentes vão delinear a articulação entre público e privado.

Nestes termos, far-se-á uso das crônicas de NOGUEIRA (1980), por apreender essa articulação no âmbito do vivido, quando descreve de uma forma excepcional as formas de usufruto do Centro em áreas como as atuais praças do Passeio Público, da Estação e de algumas ruas desde os anos de 1800.

No Passeio Público, nos idos de 1879, além de ocorrerem fuzilamentos e enforcamentos de criminosos políticos e criminosos comuns, também aconteciam os encontros da elite da sociedade fortalezense. A elite deslocava-se para lá com o intuito de ouvir as bandas do 15^o e da Polícia, para “prosear” (conversar) e/ou para o exercício de patinação (skating-rink).

Na atual praça da Estação (antigo Campo da Amélia), nos idos do decênio 1860-1870, ocorriam as Cavalhadas, que consistiam num jogo entre cavaleiros com elmos emplumados ao correrem de lanças em punho ao tirarem argolas suspensas numa trave.

Já no que se refere às ruas, o cronista fala da formação, nas calçadas, de “rodas de prosistas” que se reuniam para conversar. Constituíam-se numa prática caracterizadora de um nível de sociabilidade elevado entre os moradores, ao dar-se a extensão do espaço privado (a casa) no espaço público (a rua), a partir da colocação de cadeiras nas calçadas.

Além dessa apropriação muito frequente, a rua propriamente dita era apropriada por festas e procissões de enterros.

Festas como a de Entrudo e dos Mascarados ocorriam nas ruas e adentravam nas casas. A primeira, pautando-se no hábito dos fortalezenses de molharem as pessoas no período do Carnaval, consistia na formação de grupos que entravam nas casas do Centro com o objetivo de molharem tudo, inclusive os donos. A segunda festa era composta por grupos de mascarados a entrarem nas casas, nos momentos de festas carnavalescas, para dançarem e beberem à vontade sem serem reconhecidos pelos donos da casa. Ambas aconteciam nas festas carnavalescas no período de 1830-1870 e inserem-se naquelas formas de apropriação que, segundo DAMATTA (1987), transcendem o limite entre o público e o privado, pois “unificam o mundo por meio de uma visão onde rua e casa tornam-se espaços contíguos, reunidos por uma convivência temporária utópica, de espaços rigidamente divididos no mundo diário”.

Nos enterros formavam-se verdadeiras procissões que percorriam várias ruas do Centro. A descrição abaixo nos dá uma idéia de como elas desdobravam-se:

Abria o préstito uma cruz negra cuja peanha pendia uma saia, que era um pano de veludo preto com franjas douradas, afetando a forma desta peça de vestuário.

As irmandades marchavam em longas filas, solene e silenciosamente. Precedido pela cura da Sé, vinha o féretro, levado por quatro empregados da misericórdia, vestidos de preto, com cartolas de oleado reluzente, casacas e calças debruadas de amarelo.

O caixão repousava sobre duas travessas cujas pontas descansavam sobre largas correias, que os condutores traziam a tiracolo.

Eram estes os gatos pingados, pobres homens ridicularizados. Que, aliás, prestavam um grande e penível serviço a mortos e vivos, pois não lhes custava pequeno esforço percorrer dois ou mais quilômetros em marcha lenta, carregando peso, vestidos e sob um sol de fogo.

Pelos anos de 1880 cobria-se o féretro com um largo pano preto com franjas e cruz dourada ao centro, pendendo de cada canto um cordão com borlas, nos quais seguravam as pessoas mais chegadas ao morto, assim o modo de quem, realmente, o conduzisse ao dormitório.

Vestido de rigoroso luto; parentes e amigos acompanhados, descobertos; e se as posses ou posição social do morto o permitiam, uma banda de música acompanhava o funeral, o qual, ao aproximar-se da Sé, era recebido com sinais dobrados ou singelos, conforme as circunstâncias.

Até a catedral todos iam descobertos; mais daí para o cemitério, todos se cobriam porque já estava encomendado o corpo. (NOGUEIRA, 1980).

Singulares eram os enterros dos “anjinhos” (crianças), por serem festivos e risonhos. A família do morto convidava várias crianças para acompanharem o ritual, fornecendo-lhes guloseimas enquanto esperavam a saída. “Depois, lá se ia o alegre bando acompanhado, não raro, por músicos que tocavam

durante o trajeto, polcas, quadrilhas e outras peças alegres.” (NOGUEIRA, 1980).

Portanto, no que se refere à Fortaleza de outrora, não só os clubes, as praças e as calçadas das ruas eram os locais das festas e dos encontros. A rua, em dados momentos, colocava-se como tal, e as cenas que nela ocorriam indicavam os nomes destinados às ruas.

A título de exemplo, Nogueira (1980) relata um fato, aludindo à cotidianidade dos fortalezenses e que determinou os nomes das ruas do Cajueiro, das Trincheiras e do Fogo. Trata-se de um conflito ocorrido entre um Governador e um açougueiro.

O incidente deu-se no início do século XVIII devido a um acidente sofrido pelo Governador Francisco Torres ao passar sob um cajueiro. Como estava a cavalo, um galho da árvore derrubou seu capacete, levando-o a pedir a Fagundes (açougueiro que cortava carne sob o cajueiro) para apanhá-lo. O açougueiro recusou-se a fazê-lo, sendo o Governador forçado a descer da montaria. Indignado por considerar esse ato desrespeitoso à sua pessoa, afirmou que iria mandar derrubar o cajueiro. Dito e feito, no dia seguinte vieram homens executar esta ordem.

Só não executaram a ordem, porque Fagundes os recebeu armado com facas, expulsando-os. O Governador, resoluto em sua atitude, não titubeou em fazê-los retornar acompanhados por soldados, mas o açougueiro já os esperava auxiliado por açougueiros, fiandeiros, merceeiros, carapinas, ferreiros e por pescadores, armados todos de pistolas e bacamartes e sitos nas trincheiras levantadas na encruzilhada de três ruas a abrirem fogo contra a tropa que, temerosa, recuou. Daí o nome dado às ruas do Cajueiro, das Trincheiras e do Fogo, aludindo à resistência e insatisfação desses fortalezenses em relação ao Go-

vernador português, que se personifica na atitude de Fagundes perante o governante.¹

O exposto até então aponta para a apreensão dos níveis de sociabilidade existentes em Fortaleza, mas ao fazê-lo não se pretende, simplesmente, fazer uma crítica à modernidade e aos modernistas, como o fez NOGUEIRA (1980) quando afirma que:

hoje a velocidade americana, que os brasileiros timbram em adotar, apesar do clima quente, vai lentamente estancando estas fontes de alegria e de consolação [...], oferecendo-nos para alívio às nossas dores os entorpecentes e o revólver.

Obviamente, para analisar as transformações ocorridas, não se pode romper com o passado, pois há a necessidade, conforme Berman (1986), de “continuar para sempre assaltado por ele, desenterrando seus fantasmas, recriando à medida que refazem seu mundo e a si próprios”. Embora em suas crônicas, Nogueira dê um indicativo desse passado expresso na articulação público-privado, a cidade por ele vista era apropriada por pessoas iguais e não como área de uso privilegiado da elite fortalezense. O que há é uma divergência quanto ao seu ponto de vista bucólico e idílico.

Ao utilizar-se de trecho do romance *A Normalista*, tem-se a retratação de outros aspectos da vida na capital cearense não apreendidos por esse autor.

¹ Hoje, a rua do Cajueiro, denominada de Pedro Borges, e as ruas das Trincheiras e do Fogo, que levam o nome de Liberato Barroso, apontam a modificação dos nomes das ruas que aludiam à cotidianidade dos fortalezenses. Modificação que caminha no sentido de apagar os rastros dos cidadãos e com a história dos fortalezenses, ao destinar nomes, às ruas e logradouros públicos, que aludem a vultos da história oficial.

E acrescentou que o Ceará era boa terra para os políticos e ricos, que o pobre em Fortaleza, ainda que pesasse quilogramas d'honradez, era sempre o pobre, maltratado, espeznhado, ridicularizado, perseguido, enquanto que o indivíduo mais ou menos endinheirado podia contar amplamente, largamente (e abria os braços) com a simpatia geral: tinha ingresso em todos os salões, em toda a parte, até no 'santuário da família', fosse ele, embora, um patife, um grandicíssimo canalha. Usava chapéu alto e gravata branca? Tinha um título de bacharel? não fizesse cerimônia, podia entrar onde quisesse [...]. (CAMINHA, 1976).

Na realidade, este desabafo de CAMINHA em seu romance, indica outra visão da cidade de Fortaleza e que aponta para sua elucidação enquanto área onde ocorria "a concentração da burguesia comercial e financeira [...] com seus estabelecimentos comerciais, de serviços e outros negócios, como também suas residências ..."² Daí ser predominantemente, o local do encontro e por vezes da festa desta classe. Fato explicador da existência, nesta área, dos melhores clubes da cidade, de praças arborizadas com bancos, cinemas e teatros como o requintado Theatro José de Alencar (1910).

É nesta perspectiva que PONTE (1993) vai afirmar, que é sob a égide do crescimento econômico fundamentado no setor comercial, que os agentes dominantes vão produzir, através do Estado, "um inédito mundanismo elegante, construindo sofisticados clubes e recriando áreas públicas destinadas a novas práticas diversionais e esportivas". O que vai denotar isto, além da construção e expansão das edificações privadas – grande parte para habitação – e o da expansão das

² SILVA, José Borzacchiello, **Os Incomodados Não se Retiram**, op. cit. p. 44.

edificações públicas,³ é o da criação de escolas, da Biblioteca Pública, do Instituto do Ceará, de Clubes Sociais, bem como, investimento no calçamento de ruas, iluminação pública, construção de chafarizes e de praça pública (Passeio Público), que conferem a Fortaleza “uma vida de cultura e ócio”. (LEMENHE, 1991).

No entanto, não se pode reduzir a intervenção estatal como determinada pelos interesses dos agentes dominantes. Embora em dados momentos reflitam-se alguns desses interesses no espaço, o Estado possui uma lógica própria. Para Lefebvre (1978), o Estado intervém incessantemente

[...] pelos diversos organismos e instituições consagradas tanto à gestão, quanto à produção do espaço. O espaço estatal [...] não tem o caráter caótico do espaço produzido pelos ‘interesses privados’. Ele se quer homogêneo [...] segundo uma racionalidade do idêntico e do repetitivo que permite introduzir nos cantos os mais remotos [...], a presença estatal, controle e fiscalização. (1978).

Não dá para esquecer que na cidade também se encontravam as classes de menor poder aquisitivo. Além da emergência dos grupos dominantes, há a formação, como consequência do crescimento econômico da capital cearense, da classe média (profissionais liberais e intelectuais), dos trabalhadores, subempregados e desempregados, que se encontravam em Fortaleza. Com exceção da classe média, os demais iam ocupar os mocam-

³ Quanto às edificações públicas temos: “Prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembléia Legislativa (1871), Asilo de Mendicidade (1877), Escola Normal (1884), Quartel do Batalhão de Segurança (1880), além dos mais antigos como o Palácio do Governo, Mercado Público, Palácio Episcopal, Tesouraria da Fazenda (MENEZES, 1895)” (LEMENHE, 1991).

bos míseros a que se refere Nogueira (1980), ao delimitar a área ocupada por Fortaleza de 1861:

Limitava-se ao N. pelas ruas da Praia e da Misericórdia; a L. pela rua de Baixo (Conde D'Eu); ao S. pela rua D. Pedro e a O. pela rua Amélia (Sen. Pompeu). Fora deste âmbito, excetuados o Palácio do Bispo, o Colégio das Irmãs e o Seminário, tudo eram areias, casas de palha, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência.

Não seria o simples “[...] cortejo de desempregados e miseráveis que se multiplicavam pelas ruas” (PONTE, 1993), conforme afirma PONTE, o determinante da intervenção do Estado. Tal intervenção vai dar-se como resultado da colisão entre duas práticas e duas concepções do espaço. Segundo LEFEBVRE (1978), trata-se de uma concepção logística (global, racional, homogênea), representada pelo espaço estatal que se quer espaço homogêneo, logo equivalente, permutável, intercambiável e, ao mesmo tempo, marcado pelo controle estatal e de uma concepção local (interesses privados, alvos particulares) representada pelos usos presentes e imaginados pelas classes e segmentos de classe de Fortaleza. É este dado que vai levar à materialização de um espaço homogêneo-quebrado e cujo resultado encontra-se expresso na adoção de políticas de expansão urbana e aformoseamento da cidade, acompanhadas de políticas de controle social, que reforçam a negação do Centro às classes de menor poder aquisitivo – trabalhadores, subempregados e desempregados.

A elaboração da planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbio, por Adolfo Herbster em 1875 (Ver Figura 7), nos dá mostra dessas políticas. Trabalhando sob o sistema de traçado urbano quadrangular, projetado por Silva Paulet em 1818, HERBSTER amplia o traçado da cidade, conferindo-

lhe três boulevards (atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) que margeavam o perímetro urbano central.⁴

A elaboração dessa planta, além do disciplinamento da expansão urbana, dava continuidade à proposta de aformoseamento da cidade através da tentativa de remodelação, com a construção de sobrados da elite fortalezense segundo um design moderno e de destruição de edificações e mocambos que não se inseriam obediamente à geometria. Girão expressa este intento antigo ao descrever transformações ocorridas em antigas ruas de Fortaleza. Para o autor

no trecho da [...] Rua da Boa Vista, então denominada Rua da Pitombeira, Francisco José Pacheco de Medeiros [...] erguera outro sobrado (1825), o primeiro de tijolo e telha a levantar-se em Fortaleza (onde teve a Intendência Municipal e hoje demolido) e pelo seu lado sul e que faziam os alinhamentos da Travessa Municipal (Rua Guilherme Rocha). Na outra esquina desta, com a Rua da Palma (Major Facundo), outro sobrado se levantou, de propriedade do Comendador José Antônio Machado, o pioneiro, na cidade, das edificações de mais de dois andares. O seu oitão ajudava os citados alinhamentos da Travessa Municipal, e a frente – os da aludida Rua da Palma. Esta com o nome de Rua Nova D’El Rei, teve início em 1814, graças ao interesse do boticário Bernardo José Teixeira. A denominação de Rua da Palma, adotada em

⁴ A única exceção a esse modelo quadrangular foi a rua existente ao longo da estrada de Messejana (atual Visconde do Rio Branco), por ser, segundo GIRÃO, “a necessidade dessa artéria, pra o transporte dos abastecimentos vindos dos tabuleiros do Ceará, [...] mais vital que os desejos artísticos do urbanista” (In: GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1979. p.80

1842, foi mudada em 1879, em homenagem ao Major João Facundo de Castro Meneses, político de marcado prestígio, assassinado em sua própria residência, a 8 de dezembro de 1841. Com a construção desses sobrados, rasgava-se o preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar. Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa – madeira, amarrada a cipós, com enxameio de barro – mostrando duas águas só, de telha vã caindo para trás e para a frente, em beira e bica ou beira e sub-beira, paredes lisas, raras com platibandas ou frontões, sem arabescos decorativos, sem frisos, sem colunatas, sem azulejos, sem coisa alguma que acusasse o menor gosto arquitetural. O resto, a maior parte, eram tugúrios de palha, mocambos míseros, dispersos à toa, onde, no mais extremo desconforto, a pobreza facilmente se resguardava da soalheira, naquele ardente lençol de areias brancas, que em compensação espalhavam doces luars argentinos, fazendo noitadas deliciosas e românticas [...]. (GIRÃO, 1979).

A tese, proposta por Pontes (1993), de que

[...] o plano de Herbster, com boulevards e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a capital, embelezando-a e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente para a observação dos olhares do poder e do saber urbanos e tornou-a mais aberta à circulação crescente de seus fluxos (de pessoas, mercadorias, policiais...),

deve ser ampliada, inserindo-se a tentativa do poder público de expulsar aqueles que residiam em mocambos do Centro. Deve-

¹¹ Utiliza-se o termo área de influência mais próxima para não descartar a influência da área central em relação às cidades do Estado do Ceará.

se pensar, sobretudo, que este projeto visava negar a cidade aos não considerados iguais – os que não compunham a elite fortalezense –, sendo Fortaleza, enquanto locus de encontro e da festa, pensada para a elite da população.

Aos que teimavam em permanecer no Centro restavam as políticas de controle social como complementadoras da tentativa de mantê-los afastados do locus de encontro e da festa da elite fortalezense, a partir da repressão do aparato policial e da atuação do governo, reforçada pela intelectualidade, em discipliná-los. Para tanto, instalam

escola primária e oficinas para os detentos da Cadeia Pública (1882); empreendem campanha de casamento de amasiados (1885) e constróem o Asilo de Alienados São Vicente de Paula (1886) para retirar os loucos de circulação, investimento disciplinar a que não escaparam os mendigos que são recolhidos ao Asilo da Mendicidade inaugurado no mesmo ano. (PONTE, 1993).

O controle social era tão incorporado pela elite fortalezense, que a presença de pobres nas festas públicas era tida como irresponsabilidade e falta de decência, pois, conforme JUCÁ (1993), “a forma de usufruir o lazer limitava-se aos mais favorecidos [...]” restando aos pobres “[...] apenas a participação em festas religiosas ou algumas atividades singelas [...]”. A título de exemplo tinha-se a festa dos Congos – festa originária da cultura negra – que

desde o princípio (...) dançavam pelo Natal, saindo pela primeira vez na “Noite de Festa” quando iam dançar em frente à igreja do Rosário, em honra à Santa desta invocação, depois do que iam representar, a chamado e mediante paga, em frente das casas de família. (NOGUEIRA, 1980).

Portanto, pode-se afirmar que as intervenções no espaço – através das políticas de expansão urbana, aformoseamento e de controle social – visavam também a criação de uma área asséptica, livre dos pobres. A razão ordenadora, respaldada na perspectiva higienista de disciplinamento e controle social, denotava a destinação social pretendida para a cidade, que era produzida e deveria ser apropriada no âmbito do vivido pela elite fortalezense. Neste momento, Fortaleza, locus do poder e moradia da elite, constitui-se concomitantemente, em locus privilegiado do encontro e das festas desses usuários, sendo este tipo de uso o norteador das lembranças e recordações dos saudosistas que teimam em não enfatizar as implicações pertinentes à exclusão de parcela da população fortalezense às benesses que a cidade poderia oferecer, e da existência de usuários que teimavam em usufruir da área central, embora não lhes quisessem permitir – a Feira Velha com seus usuários é um exemplo não negligenciável.⁵

Como resultado da negação da cidade às classes de menor poder aquisitivo, o que resta é a cidade explodida, ao consolidar-se o Centro em locus de poder, além de sua especialização funcional, com o crescimento das atividades terciárias (comércio e serviços), e elitização do espaço e das pessoas residentes.⁶

⁵ É na Feira Velha, situada na atual praça Valdemar Falcão, onde menciona-se sobre a existência das negras de tabuleiro e de comerciantes ambulantes em sua proximidade, bem como da existência de seus fregueses, com a predominância daqueles de menor poder aquisitivo.

⁶ Nogueira é quem faz uma análise simbólica da posição do conjunto arquitetônico – monumentos – que pode ser útil na apreensão dessa caracterização do Centro enquanto “locus de poder”: “Quer a tradição que tenham colocado a Estação Central onde ela está para que também fosse vista do mar, como já o era a Fortaleza, a Misericórdia e a Cadeia. Completava-se com a Estação um certo quadro que obrigava o navegante, bem de longe, a aproximar-se com respeito, pois aqui também havia Força e Humanidade, Rigor das Leis e Autoridade. Idéias do tempo[...]” (NOGUEIRA, 1980).

2 Centro e a Tendência à sua Transformação em “locus” de Consumo

A tendência apontada para o uso do Centro de Fortaleza é a da sua transformação em locus de consumo através da implantação de projetos urbanísticos. A planta elaborada por Herberster (1875), já apontava a tendência ao fortalecimento da área central em relação às áreas limítrofes, pois, através da estruturação de um sistema viário radiocêntrico, norteou-se o processo de consolidação do Centro enquanto área hegemônica. Hegemonia que ocorre ao se materializar o espaço da circulação com o afunilamento dos fluxos para o Centro.⁷

Fortaleza, com sua função centralizadora, ganha importância, tornando-se um grande centro urbano coletor e beneficiador da produção algodoeira advinda do interior – dado já apontado anteriormente – e concentrador dos órgãos públicos existentes no estado, escondendo “sob seus encantos de capital, [...] sua face de cidade voraz.” (LEMENHE, 1991). Esta Centralidade deixa de vincular-se à percepção prático-sensível (relacionada às exigências éticas e estéticas dos moradores do Centro) dos indivíduos e passa a ligar-se à especialização funcional.

Esse caráter centralizador do processo de urbanização capitalista, vai fazer com que as demais cidades cearenses percam em importância à capital. Ademais, o caráter centralizador também gera fluxos de pessoas de outras localidades para Fortaleza, devido a incapacidade destas localidades em fornecerem bens, serviços e empregos aos expulsos do campo - por conta da

⁷ Esta política visando o afunilamento dos fluxos para o Centro foi continuada. Tal dado percebe-se quando analisam-se as principais vias de acesso existentes atualmente na cidade de Fortaleza e cuja caracterização explicita a radioconcentricidade (Ver Mapa 2).

estrutura fundiária, agravada pelas secas que ampliam a situação de miséria vivida pelo homem do campo.

Essa urbanização centralizadora leva à modificação do ritmo do Centro de Fortaleza na primeira metade do século XX. Modificação que se dá devido ao movimento gerado pelas lojas, armazéns, indústrias, oficinas, clubes, cinemas e carros. Além disso, há o agravamento das tensões sociais, devido a crescente proliferação de pobres (trabalhadores e mendigos) a buscar melhores condições de vida na capital cearense.

É a modificação no ritmo do Centro e a presença tida como incômoda das classes de menor poder aquisitivo, consideradas, por vários estudiosos, como responsáveis pela transferência, a partir da década de 1920, das camadas dominantes para o Bairro de Jacarecanga e, em menor proporção, para o Bairro do Benfica e para a Praia de Iracema. Ponte (1993) é um desses estudiosos que buscam compreender o delineamento de “novos espaços burgueses” que reforçam “a segregação sócio-espacial entre ricos e pobres na cidade” (PONTE, 1993), a partir da alteração do ritmo e da inserção dos pobres. Para ele,

inquestionavelmente, naquele final de Primeira República, a tensão social entre os diversos segmentos sociais urbanos se agravou na Capital como de resto no país. O perímetro central crescia e recheava-se com o movimento acelerado de carros, lojas, armazéns, oficinas, cinemas, parques e clubes. Desta forma, o próprio ‘progresso’ acabou por afetar a comodidade e a privacidade das residências de seus agentes.

Mas não só. O movimento da multidão na Capital também se adensou (a população em 30 atinge os 100 mil habitantes) e na sua maior parte era formada pelos que a ordem capitalista civilizadora procurava disciplinar e que ao mesmo tempo produzia: os operários e demais categorias de

trabalhadores com suas greves, associações e partidos políticos, e os trabalhadores em disponibilidade, os mendigos, menores abandonados, prostitutas e todos os pobres com suas aparências e comportamentos tidos como selvagens, nocivos e constrangedores. (PONTE, 1993).

Embora admita-se que a presença dos pobres – devido ao fracasso da ordenação sociourbana, com a organização do assistencialismo médico-filantrópico⁸ e da atuação do aparato policial com medidas repressivas e disciplinadoras⁹ –, e a intensificação do ritmo do Centro, possam ter causado náuseas à elite fortalezense, não são, por si só, determinantes do deslocamento deste segmento da sociedade para outras áreas.

⁸“Subvencionadas pelo Estado (que só depois de 1930 organizaria as políticas públicas de assistência social), supervisionadas pela Igreja Católica Romana do Ceará e integradas por “senhoras de caridade”, médicos e grupos de intelectuais católicos da Capital, tais organizações, pela estreita aliança estabelecida entre sua ação beneficente e as práticas de assistência médica da medicina local, possibilitaram a transformação da filantropia de caráter caritativo (predominante nos meados do século XIX) em um novo modelo de assistencialismo: a filantropia higiênica. Retirando velhos, meninos e meninas pobres das ruas em nome da erradicação da mendicância, da delinquência e da prostituição urbana, e internando-os em asilos onde realizava a disciplina moral e social por meio da catequese e do trabalho adestrador do corpo e da mente, esta filantropia higiênica institucionalizada teve, sem dúvida, decisiva participação no processo de normatização social de Fortaleza.” (PONTE, 1993).

⁹ “[...] foi justamente nesse momento de conflito do pós-1915 que emergiu a questão de se adotar uma prática policial mais disciplinadora e menos repressiva, incluindo com a proposta - inédita no Ceará - de instituições regenerativas, onde os detentos pudessem cumprir pena trabalhando e produzindo.” (PONTE, 1993). A essas instituições regenerativas seriam enviados, na linguagem policial, os mendigos e vagabundos, que representavam, na prática, os trabalhadores sem emprego, as prostitutas e os menores abandonados.

Torna-se necessário considerar o processo de transformação do Centro em área prioritariamente comercial, prestadora de serviços e concentradora do poder. Esta especialização funcional, que tem peso no mercado de terras, vai delinear a especulação imobiliária como mola motriz do processo de transferência residencial e da não entrada das classes de menor poder aquisitivo no perímetro central. Seria, para Carlos (1992), a determinação dos modos de utilização (dos usos) “[...] pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica do acesso ao solo urbano”.

A modificação dos usos pelo valor resulta na explosão da cidade no sentido oeste, com a ocupação das áreas periféricas, tanto pelos ricos, quanto pelos pobres. Os ricos estabelecem-se nas áreas privilegiadas aqui citadas. Quanto aos pobres, Silva (1992) refere-se ao surgimento de bairros na zona oeste, vinculando-os ao papel das vias de acesso (caminhos e ferrovia) que orientavam e dimensionavam tal ocupação. Este processo dá-se sem a materialização de uma infraestrutura urbana: energia elétrica, água encanada, sistema de esgotamento sanitário, transporte coletivo, dentre outros, implicando na aglomeração de edificações precárias na periferia da cidade. Segundo o referido autor

data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favela. Entre 1930-55 surgiram as seguintes favelas na cidade: cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954). (SILVA, 1992).

A questão posta em relação a esse tipo de ocupação deve-se por motivos diferenciados do das classes de maior poder aquisitivo, por deslocarem-se para a periferia por serem os terrenos

mais baratos ou passíveis de ocupação, além da possibilidade de autoconstrução.¹⁰

Conseqüentemente, o quadro desta cidade explodida, com a criação de novos bairros nas imediações do Centro, pode ser percebido quando constata-se a importância da área central em relação a essas áreas que se constituem em sua área de influência mais próxima.¹¹

É também a partir dos anos 1930, que a elite fortalezense que permanecia nas proximidades do Centro – Jacarecanga, principalmente –, usufruindo das benesses nele encontradas, começa a distanciar-se ao estabelecer-se na zona leste, no Bairro Aldeota. Para LINHARES (1992), é a partir deste momento que

o funcional e o social passam a se distinguir em Fortaleza, fortemente e de maneira precoce. Sem dúvida, a cidade se organiza em torno de dois pólos: ao leste, a cidade da nova elite e, ao oeste, a cidade industrial e trabalhadora. Com o Castelo do Plácido, obra pioneira de residência de alto luxo da cidade, construída na Aldeota (de estilo duvidoso, como a maioria das construções da nova burguesia urbana), a alta burguesia passaria a construir em direção leste, bem longe do Centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestígio e aprendendo tropegamente uma certa arte de viver.

¹⁰ Não se quer assumir com isso a postura de que a ocupação de terrenos pelas classes de menor poder aquisitivo só ocorram em áreas não centrais, pois, na própria Aldeota vai ocorrer mais recentemente a ocupação de terrenos, a exemplo do ocorrido na Favela do Trilho, que está incrustada neste “bairro nobre”.

¹¹ Utiliza-se o termo área de influência mais próxima para não descartar a influência da área central em relação às cidades do Estado do Ceará.

O afastamento da burguesia, primeiro saindo do Centro e posteriormente de suas proximidades, continua sendo atribuído à presença da pobreza. Linhares (1982), para analisar tal processo, deveria compreender o funcionamento do mercado imobiliário e a modificação no nível do traçado urbano que reflete a substituição da solução ferroviária pela solução asfáltica. Tal indicativo é lançado por Mourão (1976), ao estudar as transformações que ocorrem nos centros das cidades. Ao fazê-lo, aponta a caracterização de “[...] uma cidade que cada vez mais passa a servir a roda [...] na medida em que a textura urbana se tornou um gargalo à circulação e às comunicações”.

Ao enfatizar a questão relativa ao traçado urbano deve-se lembrar de SILVA (1992), quando afirma que a atual chamada zona leste era de pouca utilidade e baixa ocupação, tendo esse quadro sido revertido com “[...] a abertura de um conjunto de avenidas projetadas por Adolfo Herbster em 1875 [...]”, que “[...] significou a integração deste espaço à área central da cidade [...]” e de Jucá (1993), quando enfatiza que “a maioria dos que ali residiam possuía condução própria”, fato que denota a importância do automóvel para os residentes do Bairro da Aldeota e o problema enfrentado por aqueles que não possuíam condução própria, explícito nas reclamações contra o serviço precário de transporte coletivo para a Aldeota - que atingia “os de menor padrão econômico de vida” que tinham de servir-se dessa linha “considerada uma das mais distantes do Centro [...]”.

É a transformação da morfologia urbana e o advento do automóvel, base para o deslocamento dos residentes nas proximidades do Centro à Aldeota. Com um sistema viário e um meio de transporte capaz de transportá-los rapidamente ao Centro, a elite fortalezense poderia, a partir de então, morar distante da área central. A ampliação do número de veículos em Fortaleza denotará tal aspecto e pode ser comprovado ao analisar-se a

Tabela 7, que versa sobre o número de veículos existentes em Fortaleza no período 1946-1949. Segundo os dados abaixo percebe-se, neste período, o aumento no número de automóveis na ordem de 203,87% (852 automóveis em 1946 para 1.737 em 1949) e de auto-ônibus na ordem de 456,00% (50 auto-ônibus em 1946 para 228 em 1949).

Tabela 7 – Veículos Existentes em Fortaleza (1946-1949)

	AUTOMÓVEL	AUTO-ÔNIBUS	CAMIONETE	OUTROS	TOTAL
1946	852	50	94	1.244	2.240
1947	731	37	93	627	1.488
1948	1.349	205	72	1.232	2.858
1949	1.737	228	50	1.833	3.848

Fonte: O Povo, Jornal, 11/07/51, In: JUCÁ (1993).

A adoção da solução asfalto cria um novo estilo de vida, que “[...] não tende a desenvolver ou gratificar locais de encontro no âmbito da cidade [...]” (MOURÃO, 1976), dado que provoca uma diminuição-reestruturação-perda de níveis de sociabilidade no Centro. Concorde-se em termos com tal assertiva, pois se, de um lado, é notório que a estruturação da cidade está vinculada à consolidação do modo de vida urbano que aponta à tendência de diminuição das relações comunitárias, haja vista as relações passarem cada vez mais a serem mediadas pela mercadoria (promovendo a coisificação das relações), de outro lado, também ocorrem movimentos de contraposição a essa tendência, com a tentativa de apropriação do Centro como local de encontro e da festa de uma outra classe - as classes de menor poder aquisitivo que não dispõem de espaços dessa natureza na periferia.

Essa modificação no uso aponta para o processo de implosão do Centro, fenômeno que, segundo LEFEBVRE, ocorre in-

ter-relacionado ao processo de explosão. O Centro, que outrora assimilava as atividades comerciais e de serviços, bem como as funções de lazer e residencial da elite fortalezense, modifica-se. Há o fortalecimento das primeiras em detrimento das segundas, incluindo-se ainda o assédio, cada vez maior, dos pobres à área central.

Expressão da tendência à transformação do Centro em locus de concentração de bens e serviços a serem consumidos, é a superação do Passeio Público pela Praça do Ferreira, como denotador da vitória do negócio sobre o ócio.

No Passeio Público toda a arquitetura convidava ao encontro e ao lazer. Nogueira (1980), ao falar desse “pedaço da cidade” através da descrição de sua ornamentação, dá uma idéia de como tudo colaborava para o ficar.

A ornamentação do Passeio conta de estátuas e figuras que contam, entrando pelo portão da rua Formosa: 1. Prometeu, apontando para o céu; 2. Mercúrio; 3. Menino montado em um golfinho; 4. Estátua (de cores?), na Avenida Mororó; 5. Estátua conhecida por Gladiador desde os tempos de Tito Rocha, mas que à falta do escudo, da espada e do capacete que os gladiadores exibiam na arena, mais parece representar um atleta grego ou romano empenhado em qualquer jogo; 6. Uma deusa (Vênus?), conforme à morada do Sr. R. Liebmann; Vênus de Milo na Avenida Mororó no extremo fronteiro ao quartel; 8. Diana(?); 9. Vênus e Cupido(?) junto ao botequim do Amárrilio; 10. Duas Esfinges guardando a escada que desce para o segundo plano; 11. A famosa ‘Gua do Passeio’. Sapo de louça grande e horrível. Estas estátuas e figuras são quase todas do tempo de Tito Rocha. (NOGUEIRA, 1980).

Ademais, o autor ainda fala da existência, no terceiro plano do Passeio Público, de um lago construído que era

alimentado pelas águas do riacho Pajeú. As margens eram revestidas de pedras vindas do Mucuripe; e bem ao centro, sobre uma coluna destas pedras, de tridente em punho, uma estátua de Netuno olhava e dominava o oceano. Pela tarde e nas noites de luas vogava-se, cantando ao redor dessa estátua. (NOGUEIRA, 1980).

Já na Praça do Ferreira, a simbologia máxima era dada pela Coluna da Hora. Situada no centro da praça e tendo no topo um enorme relógio, que iria reger, desde então, a vida dos usuários do Centro. Tal perspectiva significa a substituição de uma duração vivida e concebida como emocional pelo tempo que passa a ser medido e quantificado, representando o que Damatta (1987) afirma ser, a consequência da consolidação do capitalismo como sistema econômico dominante, ou seja, a apresentação de tempo e espaço “[...] de modo mais individualizado, ‘desembebedos’ do sistema de ação social e encapsulados num sistema homogêneo e hegemônico de duração, de medida e até mesmo de percepção e relacionamento”. Por conseguinte, embora os cidadãos em dados momentos venham a se apropriar da praça enquanto local do encontro, estão, desde então, regidos por uma nova ordem, a do tempo que redimensiona suas vidas na máxima maior: tempo é dinheiro.

O poema de Adoniram Barbosa expressa esse dilema no encontro de duas pessoas:

Não posso ficar nem mais um minuto com você / Sinto muito amor, mas não pode ser / Moro em Jaçanã, se eu perder esse trem que sai agora às onze horas, só amanhã de manhã.

O processo de urbanização centralizador vai caracterizar a cidade de Fortaleza como monocêntrica; monocentricidade esta que vai levar à geração de um fluxo constante de consumi-

dores e transeuntes na área central, uma vez que nos outros pontos da cidade os habitantes não encontravam bens materiais e imateriais disponíveis.

Ao serem atraídos pelo Centro, as classes de menor poder aquisitivo também se inserem neste movimento, embora as medidas de disciplinamento visassem negar-lhes a possibilidade de usufruto desta área privilegiada. Chama-se a atenção para a criação de um fluxo de transeuntes e consumidores das classes de menor poder aquisitivo, pois acredita-se ser ele o viabilizador maior do comércio ambulante, o qual vai ter como “público base” este segmento da sociedade. Dado que coloca em voga, para o Estado, a necessidade de disciplinamento do uso do espaço público pelo comércio ambulante. Embora já tenha sido comentada a existência deste tipo de atividade no século anterior, é só nos anos 30 deste século que o Poder Municipal vai tentar discipliná-lo através de um decreto específico, o Decreto 70 de 1933.

Art. 433 - O pagamento do imposto do ambulante não dá direito a estacionar nos logradouros públicos, sinão o tempo necessário para efetuar a venda.

Parágrafo único – Quando concedida qualquer localização, não é permitida a colocação de mesas, cadeiras ou outros objetos que possam impedir o livre trânsito público.

Art. 434 - Os vendedores de doces, biscoitos, pastéis, empada, balas e sorvetes são obrigados ao uso de calçados e ao vestuário convenientemente asseiado sob pena de multa de 10\$000 e apreensão da mercadoria.

Art. 435 - É vedada a concessão de matrícula de vendedor ambulante a pessoas que sofrerem de moléstia contagiosa ou asquerosa. (*Jornal O Povo*, 1933).

Com este decreto, há a redução da problemática relacionada à apropriação do espaço público pelo comércio ambulante a

questões de saúde pública e de trânsito, dado que vai caracterizar toda a intervenção da Prefeitura no período compreendido entre os anos 1930-1960.

Jucá (1993) dá mostra deste tipo de tratamento dedicado ao comércio ambulante entre os anos 40-60. Para o autor, a continuidade da intervenção da Prefeitura Municipal de Fortaleza em 1947, dá-se com a pretensão do Diretor de Saúde Pública em

retirar das ruas as bancas de café anti-higiênicas e as chamadas ‘garapeiras’, que não dispunham de água encanada e geralmente se localizavam nas ruas centrais. Também a inspetoria do Trânsito procurava afastar os pequenos vendedores ambulantes da rua Conde D’Eu, onde se situam os armazéns de estivas e cereais [...]. (JUCÁ, 1993).

Embora fossem, segundo Jucá (1993), resultado do tipo de modernização implementada, que vai gerar um mercado de emprego restrito e, portanto, não viabilizador da absorção desse segmento da sociedade, os comerciantes ambulantes vão ser tratados e “[...] perseguidos como estorvo do desenvolvimento comercial”. Este tratamento e perseguição ocorrem de maneira violenta, com a destruição e/ou apreensão da mercadoria vendida pelo comerciante ambulante seguida, em alguns casos, de agressão física e/ou moral:

Os guardas de trânsito retinham todas as bancas e caixões usados pelos vendedores. Nem as cafeteiras escapavam da fiscalização na Praça da Sé, nas ruas Conde D’Eu, Barão do Rio Branco, Governador Sampaio, no Passeio Público [...]. (JUCÁ, 1993).

Quando se fala da adoção dessas medidas meramente repressivas e disciplinadoras, quer-se guardar as dimensões dessa problemática. Fortaleza, embora explodida, continua acentu-

adamente monocêntrica e, neste momento, é no Centro onde concentrar-se-ão as atividades hegemônicas da cidade. Daí ter-se falado do comércio ambulante tido como estorvo ao desenvolvimento comercial.

Por conseguinte, até os anos 1960 pode-se afirmar como o fez Jucá (1993), ou seja, que as intervenções da Prefeitura vão inserir-se, simplesmente, na tentativa dos grandes comerciantes em buscar “manter o controle sobre os pequenos vendedores na principal área comercial” de Fortaleza. A problemática só vai tomar maior peso, quando se consolidam novos centros - a cidade torna-se policêntrica - e o tratamento dado ao comércio ambulante ocupa espaço relevante nas políticas de urbanização implementadas.

3 A Construção da Cidade Policêntrica

Ao falar do centro urbano, CASTELLS (s/d) aponta o processo de constituição da cidade policêntrica quando afirma que

[...] a concentração espacial de certas atividades de intercâmbio num lugar situado em relação simétrica com as várias zonas urbanas está a ser substituída, aqui e ali, por estruturas multinucleares [...].

Trata-se, neste caso, do apontamento da policentralidade como tendência posta à cidade moderna, o que implicará numa nova centralidade, a partir do momento em que o centro irá manter relações diferenciadas com os novos centros e o restante da estrutura urbana.

No caso de Fortaleza, tal processo terá início após os anos 1970, com a consolidação de uma infraestrutura de comércio e serviços nos bairros chamados nobres, principalmente, através da construção de centros de compra acessíveis aos possuidores

de carro (os shopping são a expressão maior desses centros). Em estudo realizado nos anos 1970, SOUZA explicita este processo ao falar da formação de centros comerciais de bairros, destacando com sua explanação dois núcleos de maior expressão na época: o bairro da Aldeota e o bairro do Montese, com suas especificidades. Para a autora,

relacionado com o alto poder aquisitivo da população surgiu na Aldeota um comércio de luxo constituído, na maioria, por filiais de lojas sediadas no Centro da cidade, que adaptaram antigas residências de alto padrão à função comercial. Encontram-se estabelecimentos comerciais nas avenidas Santos Dumont e Barão de Studart. Na primeira localizou-se um centro comercial a partir de 1973 [...]. Paulatinamente, foram se instalando nas cercanias do 'Center Um' (Shopping) novos estabelecimentos comerciais do mesmo padrão, procedendo-se assim uma transformação do uso do solo urbano naquela área que deixou de ter função tipicamente residencial.

O comércio da Av. Gomes de Matos (no Montese) parece ter surgido devido a função de conexão regional rodoviária [...] aí se desenvolveu o predomínio de pequenas lojas de autopeças, o que parece demonstrar a importância da função de conexão regional”.

A saída das classes alta e média alta do Centro e o advento da diversificação do comércio em outras áreas da cidade, vai denotar a concorrência empreendida por áreas como a Aldeota e Montese, ao Centro. Estas áreas fundam-se enquanto concentradoras de residências e de uma rede de comércio diversificada que vai levar à redução do atrativo do Centro.

Tal fato assemelha-se ao que LEVI atesta ter ocorrido nas cidades norte-americanas. O centro perdendo seu peso, devido ao advento do automóvel e a transferência das residências do centro.

Foi, no caso de Fortaleza, a concentração inicial de residências nos bairros da Aldeota e do Montese a criadora de condições para a consolidação de uma infra-estrutura de comércio e serviços voltada, em parte, para o atendimento da demanda de seus moradores, e o automóvel que deixa de ser somente condição para poder morar em bairros distantes do Centro e torna-se, num segundo momento, sustentáculo e caracterizador de toda atividade comercial e de serviços implantados nestes bairros.

A opção automóvel faz com que o fluxo de pedestres nas calçadas dos bairros considerados nobres, perca em intensidade para o fluxo de carros a deslocar-se de uma loja a outra, dado expresso na importância que as áreas para estacionamento dos automóveis adquire nesses locais da cidade. Ademais, o requinte e sofisticação das formas das áreas consideradas nobres - e cujo Shopping Center é a expressão máxima -, tendem a inibir o fluxo de usuários das classes de menor poder aquisitivo. Carlos (1992) aponta este dado ao relatar que

[...] dentro de um ônibus que passa pela porta do Shopping Center Eldorado (um dos Shoppings da metrópole paulista - um dos nossos templos do consumo) um cidadão atento que presenciou o seguinte diálogo entre dois jovens - que pela aparência e modo de se expressarem poderiam ser incluídos na classe de renda baixa - 'Nossa! Que coisa mais bonita e chique!'. E o outro retruca: 'É lindo mesmo'. O outro completa: 'É, mas claro que a gente não pode entrar, né?'. O outro concorda: 'É, eu acho que não!'

O resultado é a diminuição, nestas áreas, dos "contatos sensoriais" nas ruas, ocorrendo o que LEVI denomina de "eclipse da rua".

É a possibilidade de atendimento de suas necessidades materiais e imateriais fora do Centro da cidade de Fortaleza o motivador do abandono do Centro pelos segmentos das classes de maior poder aquisitivo da sociedade fortalezense, tornando-se seus “novos usuários” , basicamente, a “população de baixa renda, camelôs e pedintes” (*O Povo*, 1979).

A inserção desses “novos usuários”, juntamente com a criação de novos centros, são os caracterizadores da perda de hegemonia do Centro em relação a outros bairros. Agora, são este tipo de consumidores que abundam, devido a existência de um sistema de transporte coletivo estruturado numa rede viária radiocêntrica, contribuidor para que o deslocamento de um ponto da cidade para outro, com raras exceções, passe pelo Centro – especificamente nas praças transformadas em terminais de ônibus, ponto de embarque de passageiros. A estruturação de tal sistema de transporte coletivo no Centro, dá-se ao abandonar a opção automóvel com a priorização do fluxo dos pedestres em detrimento do fluxo do automóvel, dado que leva à consolidação de um comércio de passagem, frequentado na sua grande maioria, por consumidores das classes de menor poder aquisitivo.¹²

Esse processo de inserção de “novos usuários” é apontado por SILVA (1992) como sendo resultante da conversão do Centro Tradicional em Centro da Periferia. Para o autor

[...] a população burguesa e amplos setores da classe média encontram sub-centros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente pela zona central. Esta por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças,

¹² Entretanto é bom lembrar que embora abandonando a opção automóvel, o espaço ainda caracteriza-se enquanto espaço da circulação. Ver : LEFEBVRE, 1978).

antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia em suas horas de ócio, hoje são convertidas em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praça do Ferreira, Parque da Criança e General Tibúrcio). Na verdade todas estão convertidas em verdadeiros mercados que abastecem a população na periferia distante, principalmente os conjuntos habitacionais construídos recentemente e que não possuem infra-estrutura necessária para o atendimento da população residente.

O que Silva (1992) denomina de conversão do Centro Tradicional em Centro da Periferia, é a redefinição do Centro em relação à estrutura urbana. Dado gerador de sua modificação através da geração de fluxos e refluxos de transeuntes advindos dos bairros pobres. Fluxos e refluxos que se dirigem para o Centro, na busca de bens materiais e imateriais e que passam pelo Centro, com o objetivo de deslocamento para outros bairros de Fortaleza. Este fato é o determinante e, ao mesmo tempo, é condicionado pela transformação das praças em terminais de ônibus e pela presença do comércio ambulante na área central, visto que essas condições espaciais fazem do Centro um local privilegiado para o exercício do comércio ambulante. Consequentemente, não é de se estranhar o aumento da concentração de comerciantes ambulantes nas proximidades das lojas, nos cruzamentos das ruas principais, nas praças transformadas em terminais de ônibus e/ou nos momentos das festas promovidas nas praças, adquirindo, portanto, maior visibilidade que o comércio ambulante de outrora.

A expressão desse “novo uso” do espaço público é notória. Entretanto, deve-se lembrar que a transformação do Centro em Centro da Periferia, não se dá com a transfe-

rência total de todas as atividades hegemônicas existentes na área central.

Contudo, não se pode esquecer da permanência de outras atividades na área central. Embora ocorra a transferência de dadas atividades, como as relatadas pelo O Povo, em 04/01/84:

a transferência da Assembléia Legislativa, do Palácio da Abolição, Câmara Municipal, o Centro Administrativo do Estado, e a construção de sedes de entidades administrativas do poder Público Federal, como DEN-TEL, Receita Federal e etc, a maioria deles transferida para o bairro da Aldeota [...]. Também saíram do Centro equipamentos de lazer, e o cinema [...], além do mais, outras formas de comércio passaram a competir com o Centro [...].

As sedes dos bancos Central, do Brasil, do Nordeste e da Caixa Econômica Federal, juntamente com as sedes de outros bancos particulares, permaneceram no Centro, bem como a Prefeitura (até início dos anos 1990) e outros órgãos públicos municipais e federais. O que ocorre de fato, após os anos 1970, é o fortalecimento, no Centro, das atividades comerciais e de serviços voltados para o atendimento da demanda das classes de menor poder aquisitivo da sociedade fortalezense.

Desprezar esse processo pode levar, por um lado, ao não entendimento da existência de conflitos entre os diversos usos presentes no Centro - aqueles que representam os anseios das atividades hegemônicas (comércio estabelecido e empresários ligados ao turismo) e aqueles que personificam os anseios das atividades hegemônicas (comércio ambulante, dentre outros) - e, do outro lado, ao não entendimento da intervenção do Estado, numa perspectiva racionalizadora que visa dar conta das dificuldades postas ao livre fluxo de transeuntes no Centro.

Projetos de Urbanização (como o Plano de Ação Imediata de Transporte e Tráfego (PAITT), o Estudo de Transporte Coletivo de Fortaleza (TRANSCOL) e o Plano Diretor de Transportes Urbanos Para a Região Metropolitana de Fortaleza (PDT-FOR)), são adotados após os anos 1970 e explicitam essa preocupação das gestões municipais em consolidar no Centro, um espaço livre para a circulação do pedestre sem a presença considerada incômoda do carro individual¹³ e do comércio ambulante.¹⁴

Embora diferenciando-se quanto aos problemas gerados, o carro e o comércio ambulante são eleitos os maiores problemas da área central, ou seja, à normatização do Centro que caminha no sentido de torná-lo concentrador de consumidores e de tentar atrair os consumidores perdidos - classes de maior poder aquisitivo.

Entretanto, deve-se lembrar que uma coisa é tratar da problemática relativa ao fluxo de veículos e os empecilhos trazidos aos usuários do centro, ou seja, a rua que outrora apropriada pelo cidadão, hoje transforma-se no espaço da máquina (do automóvel), restando ao primeiro acotovelar-se nas calçadas em um fluxo intenso, e outra coisa é, tratar da problemática relativa a um

¹³ Conforme reportagem veiculada no *Jornal O Povo*, em 06 set. 78, tem-se a idéia exata desse tipo de tratamento em relação ao carro: “[...] um espaço nobre que deveria ser utilizado, com exclusividade pelo pedestre, foi alienado[...] a favor da máquina[...] e na medida em que estes se expandiram em decorrência do crescimento da cidade; surgiu o caos que hoje se observa”.

¹⁴ Conforme reportagem veiculada no *Jornal O Povo*, em 23/07/78, tem-se a idéia exata desse tipo de tratamento em relação aos vendedores ambulantes: “[...] este comércio assume já uma posição incômoda para tradições históricas que sobrevivem, apesar dos pesares, nas ruas, nos prédios, nas praças, em tudo aquilo que é documento da vida da cidade, dos seus primórdios”.

“novo uso” do espaço público – comércio ambulante que se apropria do espaço público –, e imputar-lhes a culpa pela não presença das classes de maior poder aquisitivo no Centro.

Tal equívoco acontece por tratarem erroneamente da perda de hegemonia do Centro, enquanto sinônimo de esvaziamento, ao não considerar o reforço de dadas atividades comerciais e de serviços. Embora ocorra o deslocamento das residências das classes de maior poder aquisitivo, de vários órgãos públicos, casas comerciais e de serviços do Centro, há, concomitantemente, o fortalecimento das atividades comerciais, sendo o Centro concentrador de “57% dos estabelecimentos comerciais de Fortaleza.” (SOUZA, 1978). A diferenciação é a de que passa a se caracterizar, predominantemente, por ser um tipo de comércio voltado para a população de baixa renda, que frequenta o Centro, tanto por ser local de passagem ou de trabalho, quanto local onde dispõem de bens materiais e imateriais.¹⁵ Acrescenta-se a isto: o aumento de pedintes e desempregados a permanecerem no Centro visando garantir a sobrevivência.¹⁶

Com o aprimoramento e fortalecimento das atividades comerciais e de serviços em outras áreas da cidade, as demais atividades comerciais e de serviços existentes no Centro – notadamente após os anos 1970¹⁷ – voltam-se para atender, principalmente, a demanda das classes de menor poder aquisitivo da sociedade fortalezense. Daí, poder-se afirmar com certeza, de que não ocorre o esvaziamento do Centro, mas o fortalecimen-

¹⁵ Buscam o Centro, haja vista, não encontrarem na periferia, locais que contemplem a demanda por bens, serviços e lazer.

¹⁶ Para SILVA seria o movimento em que “a burguesia exclui o Centro de sua vida na mesma medida em que o bairro inclui os excluídos da periferia”, In: SILVA, José Borzachiello da. Diário do Nordeste, Jornal, em 06/06/94

¹⁷ Foi nos anos 1970, que também ocorreu a inauguração do primeiro “Shopping Center” da cidade, o Shopping Center Um.

to de sua vocação comercial e de serviços, acentuando-se sua importância em relação à periferia da cidade, a ponto de Silva (1992) denominá-lo atualmente de “Centro da Periferia”, por consubstanciar-se em “locus” privilegiado para a população de menor poder aquisitivo e, em alguns casos, em ponto de encontro desse segmento da sociedade fortalezense.

O Centro, outrora locus do poder, local do encontro e da festa da elite fortalezense, tem sua centralidade redefinida, passando a locus de consumo que é apropriado por outros segmentos da sociedade fortalezense, tanto para o consumo, quanto em menor proporção para o lazer. Utiliza-se o termo menor proporção, para buscar externar a essência desse processo: a tendência posta no sentido de transformar o lúdico, o lugar da festa e do encontro, no lugar do consumo.

A resultante é a de que o Centro tende a se tornar normatizado e concentrador de consumidores, as ruas, propriamente ditas, passam a ser utilizadas pelo automóvel e as calçadas tornam-se locais de circulação de consumidores em potencial, que disputam espaço com o comércio ambulante, que se insere no Centro graças à possibilidade de apropriação privada do espaço público.

Tal apropriação privada do espaço público denota um tipo de uso do espaço público que, segundo Costa (1989),

atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou a qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade.

Ao apropriar-se dos significantes existentes no Centro, o comércio ambulante impõe um novo espaço e um novo uso, esboçado fundamentalmente numa forma de apropriação privada

do espaço público, que conforme Carlos (1992), expressa o processo de normatização do cotidiano, pois “[...] nesse caso a rua não permite a constituição de um grupo a partir da relação com o outro. Eventuais contatos são medidos pela mercadoria oferecida-comprada [...]”. O que, para a autora, representa a invasão da rua “pelo mercado”. Invasão entendida como subordinação ao mundo da mercadoria, onde o único contato posto é o “imposto pela troca que seduz, tenta e transforma a cidade em vitrine [...]”, em suma, subordinação do sentido do uso ao valor de troca que empobrece acentuadamente o cotidiano dos usuários do Centro. Com o desenvolvimento da atividade do comércio ambulante, o ficar em meio ao fluxo intenso acontece mediatizado pela troca e não como a possibilidade de encontro, daí sua inserção à lógica da sociedade de consumo.

Ao proceder desta forma, contribui para a diminuição progressiva das relações diretas entre as pessoas. Portanto, pode-se afirmar que o comércio ambulante, assim como o comércio estabelecido, contribui para a ampliação do mundo da mercadoria. Ampliação significando, conforme Granou (1973), que todas as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e “na medida em que toda mercadoria se troca no mercado, isto quer dizer que [...] não pode haver relações sociais ou relações entre os homens [...] que não sejam mediatizadas pela aquisição de mercadorias e por um consumo [...]”. Consumo que não significa simplesmente uma relação de troca (de valor), mas a substituição das relações sociais diretas a partir da “[...] produção de não-troca entre os homens, não comunicação”.

Lefebvre (1972) reforça esta assertiva – a da produção da não-comunicação no consumo -, quando afirma que

o consumo não cria nada, nem sequer relações entre os consumidores. Não é mais que algo devorador. O ato de consumir, ainda que provido de significações na sociedade chamada de consumo, é um ato solitário.

O comércio ambulante, juntamente com o crediário, ao atuarem como forma viabilizadora do consumo, atendem ao “grande sonho” das classes de menor poder aquisitivo, as quais espelhando-se na classe média – que personifica o ideal da realização via consumo -, anseiam em tornar-se consumidores.¹⁸ Devido ao baixo poder aquisitivo da maioria daqueles que passam a usufruir o espaço do Centro, tal anseio somente será atingido através do comércio ambulante, o qual lhes dará possibilidade de inserção na sociedade de consumo, por causa dos preços baixos dos produtos vendidos. Tais preços são conseguidos porque os envolvidos nesta atividade não têm muito ônus com pagamento de impostos e direitos trabalhistas (Tabela 8), que seriam repassados ao preço final do produto¹⁹ e com a consolidação de indústrias de fundo de quintal, podem dispor de produtos similares aos lançados pela mídia (produtos da moda com etiquetas falsas), atendendo aos anseios consumistas de seus clientes, os quais não poderiam dispor destes lançamentos devido ao alto preço.

¹⁸Tudo por conta da transformação da ideologia da produção e o sentido da atividade criadora em ideologia do consumo.

¹⁹Interessante frisar que, embora esta argumentação seja utilizada como crítica ao comércio ambulante, comerciantes estabelecidos também adotam o mesmo artifício ao fornecer produtos para serem vendidos por ambulantes que se tornam vendedores sem carteira assinada, fugindo desta forma do pagamento de impostos. Jucá (1993, p.173) percebe este dado quando critica a visão de que “a ação da Federação das Associações das Indústrias e do Comércio do Ceará (FACIC) transpareceria através da perseguição dos fiscais [...]”, por saber “[...] que muitos ambulantes eram mantidos e apoiados por comerciantes [...]”.

Tabela 8 – Comércio Ambulante: pagamentos de taxas e impostos (área central)

CUSTOS DO COMÉRCIO AMBULANTE	NÚMERO DE AMBULANTES
Vigia	08
Associação (APROVACE)	12
PMF (cadastro)	05
Transporte	01
Depósito	08
Luz	01
INPS	02
Aluguel	03
Sem custos	03
Não informou	01

Fonte: Pesquisa Direta, 1991

É possível perceber na paisagem urbana a mudança de uso e de frequentadores do Centro de Fortaleza. Se até então os prédios mais modernos eram construídos no Centro, a partir dos anos 1970, ocorrem, simplesmente, reformas de prédios com a modificação das fachadas, buscando sua adequação a um estilo moderno, com a colocação de lajotas, vitrines e luminárias. O comércio ambulante adquire maior visibilidade com a inserção de um maior volume de formas, cores, sons e cheiros, vinculados ao exercício desta atividade. As exceções vinculam-se a algumas atividades hegemônicas ainda existentes no Centro, sendo as mesmas caracterizadas por construções com design moderno. Como exemplo, pode-se citar a matriz da Caixa Econômica Federal e os prédios do Grupo C. Rolim, na rua Conde D’Eu, a matriz do Banco do Nordeste do Brasil, na rua Barão do Rio Branco, o Banco Central, na avenida Duque de Caxias, dentre outros.

4 Comércio Ambulante: Luta Pelo Usufruto da Centralidade

Com a redefinição da centralidade, cabe ao comércio ambulante, a partir dos anos 1970, um papel essencial e explicitador das características do Centro, que perde sua hegemonia e torna-se o “Centro da Periferia”.

É justamente no Centro, predominantemente na área de maior fluxo de transeuntes, que o comércio ambulante irá estabelecer-se, consubstanciando-se, conseqüentemente, a modificação da paisagem urbana ao criar uma série de signos capazes de atrair consumidores e reforçar a característica do Centro enquanto locus de consumo, juntamente com o comércio estabelecido.

Embora ambos possuam práticas relacionadas ao processo de acumulação capitalista, que incorpora o próprio espaço vivido, não significa afirmar que se relacionam de forma harmônica na sua totalidade.

A tentativa de eliminação dos obstáculos à circulação dos consumidores no Centro - carro e comércio ambulante - traz em seu bojo a tentativa de retomada da hegemonia da área central enquanto locus do consumo. Só com a história do espaço, tem-se, conforme visto, condições de entender os motivos que levaram à inserção do comércio ambulante no Centro da cidade de Fortaleza e o papel e importância que vai adquirir a partir dos anos 1970 - por nutrir e nutrir-se da centralidade do “Centro da Periferia”, a qual não contempla o ficar. Esse uso dará margem a uma série de conflitos que resultarão do tipo de ocupação implementada e determinante da intervenção do Estado no sentido de modificar a destinação social do espaço público do Centro da capital cearense.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Lucio Gonçalo de. **Sessão de abertura da Câmara Municipal de Fortaleza.** Fortaleza: Prefeitura Municipal, 1981.

ALMEIDA, Jose Alberto et ali. Habitação e Transporte num Centro Urbano do Nordeste: o caso de Fortaleza. In: **Simpósio Habitação e Transporte, Reunião Regional SBPC,** Joao Pessoa, 1984. (Mimeo).

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da Indústria de Fortaleza face à Política de Industrialização do Nordeste.** Tese de Mestrado. São Paulo, USP, 1978.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Liv. Editora Ciencias Humanas, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia. **Poder político e produção do espaço.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1984.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Movimentos Urbanos e Contexto Sócio Político em Fortaleza. **Espaço & Debates**, São Paulo, Neru/Cortez e Moraes, v. 6, p. 76-87, Jun/set. 1982.

BECKER, Berta K. (Org.). **Orientação do território**: uma questão política? Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.

BEANARDES, Julia Adao. **Espaço e movimentos reivindicatórios** - o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BERMAN, Marshal, **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLAY, Eva Alterman. **A Luta pelo espaço - crise urbana ou crise de reprodução do capital**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BERGER, Peter. **La religion dans la conscience moderne** – essai d'analyse culturelle. (Col. Paris, Ed. du Centurion, 1971).

BETTANINI, Tonino. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOLAFFI, Gabriel. Para uma nova política habitacional e urbana. In: **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Planejamento urbano: reflexão sobre experiência recente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 3, novo 1982.

_____. A arquitetura do poder e o poder da arquitetura. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 9, p. 47-55, jul. 1984.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRASIL, Fundação IBGE. **Indicadores sociais para áreas urbanas**. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Ceará**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Censo Demográfico - Mão-de-Obra - Ceará**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílio - Ceará**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 5, p. 1-44, 1984.

_____. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios - 1984 - Regiões Metropolitanas**. Rio de Janeiro, 1985.

CALDAS, R. N. F. Evolução Histórica dos Planos de Fortaleza e Análise dos Sistemas de Desenvolvimento, **Revista de Planejamento do Município**, ano I, v. 1 - jul./dez. de 1974 - pp. 95-118.

CAMINHA, Adolfo, **A Normalista**. Texto, introdução e notas de SABÓIA RIBEIRO. São Paulo: Ática, 1975.

CAPEL, Horacio. L'image de la ville et le comportement spatial des citadins. **L'espace Géographique**. Paris, 1975.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo, Contexto, 1992, p.21

CARLOS, Ana Fani Alessandri, **A Rua**: a especialidade, o cotidiano e o poder, apresentado no IX Encontro Nacional de Geógrafos, Mesa Redonda: Espacialidade, cotidiano e poder, Presidente Prudente, Julho 1992. (Mimeo.)

CARVALHO.. Anya R. de - Expansão e Barreiras de Ocupação do Espaço Urbano de Fortaleza, **Revista de Planejamento de Fortaleza**, Secretaria de Planejamento do Município, Ano I, v. 1 julho/dezembro de 1974, p. 85-91.

CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. **Seca** - momento para repensar a pobreza do Nordeste (Uma análise a partir do Estado do Ceara). FIEC/IEL,1984.

CASTELLS, Manuel. **La question Urbaine**. Paris: François Maspero, 1975.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa: Edit. Presenya, 1975.

CASTRO, José Liberal de - Fatores de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza - **Separata dos Anais do XIX Congresso Nacional de Botânica**, Fortaleza, 1968 (1977), pp. 207-229.

CASTRO, Jose Liberal de. Cartografia Urbana de Fortaleza na colônia e no império e outros comentários. In: **Fortaleza – Administração** Lucio Alcantara, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Fortaleza, 1982.

CAVALCANTI, Clovis e DUARTE, Renato. **A procura do espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza**. Recife, SUDENE/FUNDAJ/MT,1980.

CENTRO de Estudos e Ação Social. A “Seca” no Brasil. **CADERNOS DO CEAS**, Salvador, 88:3-8, nov/dez, 1983.

CENTRO de Estudos e Pesquisa Josue de Castro. **Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano**. João Pessoa, 1985.

CETREDE. **A cultura da sobrevivencia**. Fortaleza, 1981.

CNBB - **Solo Urbano e Ação Pastoral**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1982.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

COHN, Amelia. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.

COSTA, Elizabeth Goldfarb, **Anel, Cordão, Perfume Barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nova Stella/EDUSP, 1989.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza**. 1988. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana/Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (mimeo.).

DAMATA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza (1975 a 1995)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (mimeo.).

DAVIDOVICH, Fany. Formas de Projeção Espacial das Cidades na área de influência de Fortaleza, **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 33, n9 2, pp. 39 - 101.

DELLER, Jean-Paul. **Promotion fonciere et stratification residential de la peripherie des metropoles de l'Amerique Andine tropicale**. Talance, CCGET, 1980.

DUQUE, Ignacio. **Especulación del suelo?** Madrid, Nuestra Cultura, 1979.

DUQUE, Ignacio. **Para comprender la ciudad**. Madrid, Nuestra Cultura, 1979.

DURAND-LASSERVE, A. **Evolution de la promotion foncière et immobilière a Bongkok (Thailande), Kuala Lumpur (Malaisie) et Colombo (Sri Lanka)**. Talance, CCGET, 1980.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: A construção da Cidadania, **Novos Estudos CEBRAP**, Sao Paulo, 10: 29, Out. 1984.

ESTADO DO CEARÁ. **PLANED** - Plano Estadual de Desenvolvimento. Governo Gonzaga Mota, 1983-87, Fortaleza, BNB, 1983.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2(4):11-23, abr. 1984.

FIBGE - Demográfico do Ceará, Volume I - Tomo VII - VIII Recenseamento Geral - 1970. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1976.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1971.

GIRÃO, Raimundo. Do bonde-de-burro ao ônibus de luxo. **Gazeta de Notícias**. Fortaleza, 13 de julho de 1975, p. 8.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1986.

GRANOU, André, **Capitalismo e Modo de Vida**, Porto, Edições Afrontamento, 1973.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS/
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - **As Migrações para Fortaleza, Fortaleza - Ceará** - Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

IPLANCE - **Macrocefalia de Fortaleza** - suas raízes. Fortaleza, 1982.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota, **Verso e Reverso do Perfil Urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)**, São Paulo, USP/ Depto. História/FFLCH, 1993 p.427

KOSTER H. - **Viagens ao Nordeste do Brasil** (Tradução e Notas de Luis da Câmara Cascudo) são Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

LEFEBVRE, Henri, **La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno**, Madrid, Alianza Editorial, 1972

LEMENHE. Maria Auxiliadora. Expansão e Hegemonia Urbana – O caso de Fortaleza. **Tese de Mestrado**. Fortaleza/UFC, 1983.

LEMENHE. Maria Auxiliadora. **As Razões de Uma Cidade**, Fortaleza, Stylus Comunicações, 1991.

LEVI, Jacques. Centro da Cidade: todas as direções, In: **Espace et Temps** n° 33, Paris, 1986

LINHARES, Paulo, **Cidade de Água e Sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**, Fortaleza, Editora Fundação Demócrito Rocha, 1992 p.201

MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Fortaleza, Dissertação de Mestrado (mimeo) - Mestrado em Sociologia - UFC, 1986.

MARTINS, Paulo Henrique N. Estado Burges e Natureza do Planejamento no Nordeste. In: **Capítulos de Geografia do Nordeste** (Manuel Correia de Andrade, org.). Recife, UGI, 1982.

MOURÃO, Fernando Augusto A. Do Cento Histórico ao Ponto de Encontro, In: **Cadernos de Geografia Urbana, nº 16**, São Paulo, USP/Inst. De Geografia, 1976.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. Fortaleza, Ed. I JFC/PMF, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização, In: **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. São Paulo, CEDEC, Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço & Debate**, Nº 6, São Paulo, Cortez Editora, 1982.

O Povo, Jornal, em 25/06/79

PONTE, Sebastião Rogério, **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**, Fortaleza, Fundação Democrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA: - **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza** - Consórcio SERETE S.A. Engenharia S.D. Consultoria de Planejamento Ltda., 1972.

_____. **Fortaleza** - A administração Lucio Alcantara - Março 79/Maio 82. Fortaleza, PM F, 1982.

_____. **Plano Diretor da Cidade de Fortaleza** (Urbanista Hélio Modesto)

_____. **Secretaria de Urbanismo**, 1963.

_____. **Plano de Ação Municipal (PAM) 1975/1979**.

_____. **Programa de Desfavelamento de Fortaleza** - Conjunto Alvorada e Marechal Rondon.

REIS FILHO, Nestor Goular. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo, Pioneira, 1968.

REZENDE MELO, J. T. - Diretrizes Urbanísticas para Fortaleza **Revista de Planejamento** - Fortaleza - Secretaria de Planejamento do Município, Ano I, Vol. 1 - julho/dezembro de 1974, pp. 119 - 136.

SILVA, José Borzacchiello da. **Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Marlene Maria da. **O norte cearense**. Recife, SUDENE, 1985.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**. São Paulo, Ed. Moderna, 1984.

SOUZA BRASIL, Tomas Pompeu de - **O Ceará na Independência** Volume 11 - Fortaleza, Tipografia Minerva, 1926.

SOUZA, M. Salette de - *Approche du Fait Urbain au Ceará (Brasil)* **Tese de 3^{eme} Cycle**, Université Louis Pasteur Strasbourg - 1974.

_____. Hierarquia Urbana no Ceará in **Desenvolvimento e política Urbana no Estado do Ceará** - SUDENE/SUDEC, 1975.

_____. **Fortaleza**: Uma Análise da Estrutura Urbana. Fortaleza, 3º. Encontro Nacional de Geógrafos/AGB, 1978.

SILVA, Jose Borzacchiello. **Ceará**: os movimentos migratórios – o homem sem terra e a marginalidade urbana. Revista Geonordeste, Aracaju, 1 (2):46-51, 1984.

SUDEC/FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DE FORTALEZA - **Mão-de-Obra na Área Metropolitana de Fortaleza**, Fortaleza, Tipografia Progresso, 1973.

SUDENE/SUDEC - **Programação Habitacional para o Estado do Ceará**, Fortaleza, 1971.

SILVA, José Borzacchiello da. **Os Incomodados Não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**, Fortaleza, Multigraf Editora, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Movimentos sociais populares**: aspectos econômicos, sociais e políticos. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 3(25):107-132, 1980.

YUJNOVSKY, Oscar. **La estructura interna de la ciudad** - el caso latinoamericano. Buenos Aires. SIAP. 1971: 61-103.



